

Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

ANAIIS DO III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



editora
itacaiúnas

**ANAIS DO III SEMINÁRIO DE PESQUISA
EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**

Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

**ANAIS DO III SEMINÁRIO DE PESQUISA
EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



editora
itacaiúnas

Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

**ANAIS DO III SEMINÁRIO DE PESQUISA
EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua-PA
2020

© 2020 por Márcio Júnior Benassuly Barros
Todos os direitos reservados.

Editor do III SEPDAM

Márcio Júnior Benassuly Barros

Conselho editorial

João Santos Nahum/ UFPA

Márcia Aparecida da Silva Pimentel/ UFPA

José Antônio Herrera/ UFPA

Bruno Nunes Batista/ IFC

Wildoberto Batista Gurgel/ UFRSA

André Luiz de Oliveira Brum/ UNIR

Josimar dos Santos Medeiros/ UEPB

Mário Silva Uacane/ Universidade Licungo / Moçambique

Francisco da Silva Costa/ Universidade do Minho / Portugal

Editora-chefe

Viviane Corrêa Santos (UEPA)

Revisão

Os autores

Diagramação

Ana Paula Cunha

Projeto de capa

Walter Rodrigues

Foto da capa: Márcio Júnior Benassuly Barros.

Lago do Maicá, município de Santarém, 2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A532 Anais do III seminário de pesquisa em políticas públicas e dinâmicas territoriais na Amazônia / varios autores ; organizado por Márcio Júnior Benassuly Barros. - Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2020. 332 p. ; 14cm x 21cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-85-9535-173-8

1. Geografia. 2. Políticas públicas. 3. Território. 4. Amazônia. I. Barros, Márcio Júnior Benassuly. II. Título.

2020-234

CDD 910
CDU 91

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia : Território 910
2. Geografia : Território 91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	19
FOTOS DO EVENTO	24
ANÁLISE DAS DEMANDAS DE POLÍTICA URBANA APRESENTADAS PELO BAIRRO DO SANTARENZINHO NO CONTEXTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM - PARÁ EM 2019	35
<i>Aline de Matos Soares, Heloína Pimentel de Sousa, Tainá Gualberto Araújo.</i>	
COMPARATIVOS NA ÁREA URBANA DE SANTARÉM, PA: EQUIPAMENTOS URBANOS NO BAIRRO CENTRO E DIAMANTINO	45
<i>Samuel Ivan Oliveira Moura, Amily Caroliny Martins da Silva</i>	
ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS URBANAS NO CONTEXTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PLANO DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA EM 2017: O CASO DO BAIRRO PRAINHA	53
<i>Aline Lana S. Pedroso, Ana Clara A. Viana, Dayana dos S. Silva, Ederson Junio F. De Oliveira, Marlon Vítor O. Gomes, Mayons Andrio da C. Moura</i>	
OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ EM SANTARÉM/ PA: CAMPO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS	61
<i>Jacilene Cleice da Silva Rego, Francilene Sales da Conceição</i>	
ANÁLISE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA VERA PAZ EM SANTARÉM- PARÁ NO CONTEXTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE 2018	75
<i>Jarleane Maria de Castro Caetano, Edeley de Sousa Guimarães, José Henrique de Jesus Pinto, Lauro Victor Campos Bezerra</i>	

UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE BELTERRA, PARÁ..83

Kaio Mathaus Silva de Almeida

AS FORÇAS PERIFÉRICAS NAS FRANJAS DO CAPITALISMO: UM TERRITÓRIO INSURGENTE E AUTÔNOMO NA AMAZÔNIA?.....95

Fabiano de Oliveira Bringel

OS GRANDES PROJETOS NO MÉDIO RIO TAPAJÓS (PA) E A RESISTÊNCIA TRANSLOCAL.....113

João Elbio de Oliveira Aquino Sequeira

RESILIÊNCIA RURAL: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS LOCAIS DA COMUNIDADE DE JACAMIM, SANTARÉM (PA).....125

Bruna Gabrielle Fernandes Cunha, Elenice Azevedo da Silva, Leandro Lemos Esquerdo, Antônia Maria Uchôa Pereira,

A COMUNIDADE QUILOMBOLA MATÁ E SUAS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, ÓBIDOS-PA.....133

Priscila Ribeiro dos Santos

ANALISE DAS DEMANDAS DE POLÍTICAS RURAIS APRESENTADAS PELO DISTRITO DE ALTER DO CHÃO NO CONTEXTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, PARÁ EM 2018.....141

Ana Vitória Santos Soares, Diana Souza Cruz, Maria Helena M. F. Carvalho, Rafaela Kalila Batista,

EXPANSÃO DA LAVOURA DA SOJA SOBRE TERRAS CAMPONESAS EM COMUNIDADES DA RODOVIA PA 370 EM SANTARÉM, PARÁ.....149

Márcio Júnior Benassuly Barros.

DENDECULTURA: LUTA E RESISTÊNCIA EM CAXINGUBA-MOJU/PA.....159

Auristela Correa Castro, Patrícia Brito Tavares, Aquiles Vasconcelos Simões

AVALIAÇÃO DO ALCANCE DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BELTERRA – PARÁ.....167

Bianca Larissa de Mesquita Sousa, Bruna Carolina de Mesquita Viana, Luísa Falcão de Oliveira de Sousa, João Paulo Soares de Cortes

YÂDÉ KIIRÎBAWA YEPÉ WASÚ!, NOSSA UNIÃO É NÓSSA FORÇA! UMA REFLEXÃO SOBRE A LUTA TUPI-NAMBÁ PELA DEFESA DE SEU TERRITÓRIO.....177

Hudson Romário Melo de Jesus

PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NO PLANALTO SANTARENO.....187

Luísa Falcão Oliveira de Sousa, Bianca Larissa de Mesquita Sousa, João Paulo Soares de Cortes

ORLA DE SANTARÉM: DESAFIOS PARA UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL.....197

Weden Mota da Costa, Everton Henrique Arruda da Silva, Filipe de Alcântara Furtado, Raquel Amorim da Mota, Rosângela Sales Pontes, Vitória Maria Repolbo da Silva

IMPACTOS SOCIOECONOMICOS DO PRONAF NA COMUNIDADE TERRA PRETA EM MONTE ALEGRE, PARÁ.....207

Lorena Catunda Garcia Martins

**AVANÇOS E CONQUISTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA NA ALDEIA VILA FRANCA/ARAPYUN -
SANTARÉM, PARÁ.....215**

Israel Monteiro Cardoso

**O ARTESANATO COMO ELEMENTO IMPULSIONA-
DOR DA ECONOMIA CRIATIVA E DO TURISMO NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ.....223**

Júlio César Viana Marinho

**AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SOLEDADE DO LAGO
GRANDE, SANTARÉM - PARÁ: O CASO DA ESCOLA MU-
NICIPAL 13 DE MAIO NO PERÍODO DE 2013 - 2018.....231**

Luana Rocha

**CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SANTARÉM
– PARÁ: REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE
DE CAXIAS.....241**

Angra Bezerra da Silva

**CONFLITOS ECOLÓGICOS DISTRIBUTIVOS DA
LOGÍSTICA GRANELEIRA NA AMAZÔNIA253**

Franciclei Burlamaque Maciel

**MIRITITUBA – ITAITUBA (PA) E A AVALANCHE DE
INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE
CARGAS (ETC) NO RIO TAPAJÓS.....263**

Márcio Júnior Benassuly Barros.

O COMPLEXO PORTÁRIO NO OESTE DO PARÁ.....277

Lorene Azevedo, Jessica Elen Sousa,

**POLÍTICAS PORTUÁRIAS E DINÂMICAS TERRITO-
RIAS NO OESTE: O CASO DE BELTERRA, PARÁ.....285**

Glauber Jullian De Sousa Cardoso, Hudson Jose Sousa da Silva - João Matheus da Silva Costa, Larissa da Silva Carvalho, Paula Esperança Viana Benathar

DINÂMICA DO COMPLEXO PORTUÁRIO NO DISTRITO DE MIRITITUBA, ITAITUBA – PA.....293

Ana Luíza Caldeira, Bianca Lopes, Monique Bastos

ANÁLISE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE SANTANA (AP) E AFUÁ (PA).....305

Edivan Oliveira da Silva, Elice Jackson Moreira Continho

ANÁLISE DO IGARAPÉ DO URUMARI: UMA VISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ.....315

Jarleane Maria de Castro Caetano Edeley de Sousa Guimarães, José Henrique de Jesus Pinto, Rafaela Kalila Batista da Silva, Ana Vitória Santos Soares

MATÉRIAS SOBRE O EVENTO DIVULGADAS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....325

APRESENTAÇÃO

O histórico do *Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (SEPDAM)* tem início em 2017 quando foi realizada a primeira edição do evento. O *I Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia: Ênfase Floresta Nacional do Tapajós e Agricultura (I SEPDAM)* foi realizado no período de 24 e 25 de Julho de 2017 na UFOPA e teve como *objetivo* apresentar a comunidade universitária os resultados dos projetos de pesquisa: Políticas públicas e dinâmicas territoriais: o caso da FLONA Tapajós, Belterra, Pará e Políticas públicas e dinâmicas territoriais: o caso do Pronaf na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará em execução no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA desde agosto de 2015.

Além dos resultados dos projetos anteriormente citados, a proposta do I SEPDAM buscou um diálogo e a divulgação das pesquisas, como forma de contribuir com a produção científica sobre políticas públicas ambientais e agrícolas com ênfase na realidade amazônica.

O *II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEPDAM)* foi realizado no período de 26 a 28 de novembro de 2018, no auditório Wilson Fonseca da UFOPA em Santarém, Pará. O II SEPDAM teve como *objetivo* propiciar um debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o co-

nhecimento científico sobre políticas públicas urbanas, rurais, ambientais e de logística com ênfase na realidade amazônica.

O *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)* ocorreu no período de 26 a 28 de novembro de 2019 no auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em Santarém, Pará. A realização do evento foi da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por meio do Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM).

O *objetivo do evento* foi promover o debate da execução e avaliação das políticas públicas na Amazônia e de como os reflexos de tais políticas se cristaliza no espaço amazônico. A proposta do evento buscou propiciar um debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o conhecimento científico sobre políticas públicas com ênfase no território amazônico.

O *tema central do evento* foi - *Políticas públicas e território na Amazônia do terceiro milênio*. O público – alvo do III SEPDAM foi discente de graduação e pós-graduação, profissionais e demais participantes.

O evento integra a área do conhecimento de ciências sociais aplicadas. Os impactos gerados pelo evento foi a consolidação do mesmo mediante a programação que contemplou o lançamentos de livros sobre Amazônia, realização de minicursos, mesas redondas com a participação de professores de diversas universidades do Brasil (USP, UNIFAP, UFOPA, UEPA) e demais instituições (Diocese de Santarém, SEDUC/PA, SEMAS/PA, ICMBio, INPA), além das apresentações de resumos e pôster e trabalho de campo.

O evento teve início na tarde do dia 26/11/2019 com a *abertura do Seminário*, que contou com a presença do Prof. Dr. Bruno Batista (PROPPIT), do Coronel Maués (Centro de Governo do Oeste do Pará), do Prof. Dr. Jarsen Guimarães (Instituto de Ciências da Sociedade), da Prof.^a Msc Évani Larisse dos Santos (Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional) e do Prof. Dr. Márcio Benassuly (Coordenador do III SEPDAM).

Na sequência tivemos a realização da *palestra de abertura* proferida pelo Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP\AP).

Finalizada a palestra de abertura teve início o *lançamento de livros sobre Amazônia* divididos em duas seções. Na seção 01, foi lançado o livro *Direitos Indígenas e Poder Judiciário - O Caso da Terra Indígena Maró* de autoria de Ib Sales Tapajós

Na seção 02, tivemos o lançamento do livro *Coletânea de Resumos do II SEPDAM* organizado por Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA) e Francilene Sales da Conceição (UFOPA).

No dia 27/11/2020, pela manhã ocorreu à realização de dois minicursos, o minicurso 01: *Elementos de cartografia para ordenamento territorial* ministrado pelo Prof. Dr. Rodolfo Maduro (UFOPA/PA). O minicurso 02: *A Cartografia do mapa* foi ministrado, pelo prof. Msc. Leandro Cazula (UFOPA/PA).

No período da tarde foi realizada a mesa 01: *Política, território e a questão agrária no Brasil: avanços e retrocessos*, com palestrantes da Universidade de São Paulo (Prof.^a Dr^a Valeria de Marcos), da Universidade do Estado do Pará (Prof. Dr. Fabiano Bringel) e do cacique Manoel (aldeia Ipaupixuna - Santarém). A mediação da mesa foi realizada pelo prof. Rogério Almeida da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No final da tarde ocorreu a *apresentação de resumos expandidos e pôsteres*, cujos responsáveis pelas avaliações foram o Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/AP) e a Prof^a MsC. Evani Larisse dos Santos da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Nesta seção de *apresentação de resumos expandidos e pôsteres* foram apresentados e incluídos neste documento os trabalhos apresentados no evento das seguintes instituições: Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal de Sergipe.

No período da noite ocorreu a realização da mesa 02: *Política, território e cartografia*, com palestrantes da Universidade de São Paulo (Prof^a. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Dr. João Elbio de Oliveira Aquino Sequeira, Prof.^a Msc Judith Costa Vieira, Prof.^a Dr^a Franciclei Burlamaque Maciel), da Diocese de Santarém (Guilherme Cardona Grisales) da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja). A mediação da mesa foi realizada pelo Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No dia 28/11/2019, pela manhã, ocorreu à realização de um trabalho de campo. O trabalho de campo 01 intitulado *Visita a Floresta Nacional do Tapajós: populações tradicionais e uso múltiplo dos recursos florestais*, sendo responsável o Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA) e o Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/AP).

No período da tarde, ocorreu à realização da mesa 03: *Políticas ambientais na Amazônia: avanços e retrocessos* que contou com palestrantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Marcelo Moreno) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Antônio Edilson

de Castro Sena) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (João Vitor Camargo Soares). A mediação foi realizada pelo Prof. Dr. Abner Vilhena Carvalho da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No período da noite foi realizada a mesa 04: *Comunicação de resultados de pesquisas de discentes sobre a Amazônia*, com a apresentação de pesquisas executadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ádria Oliveira dos Santos, Maíke Joel Vieira da Silva, Gilson Fernando de Jesus Rego e Lays Diniz dos Santos), do curso de Gestão Ambiental da Ufopa (Caroline Braga) e do curso de Geografia da Ufopa (Ney Rafael Gomes Monteiro). A mediação foi do Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Por fim agradecemos o apoio institucional da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR), do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), da Pró - reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A presente publicação foi custeada com recursos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA).

Nesta publicação prezado (a) leitor (a) você encontra os resumos apresentados e enviados a organização do evento pelos palestrantes, bem como os resumos das seções de apresentação de resumos expandidos e pôsteres. Desejamos excelente leitura dos *Anais do III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia*.

Belém do Pará, 13 de janeiro de 2020, numa tarde chuvosa.

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

Organizador Geral do III SEPDAM.

Líder do Grupo de Pesquisa GPDAM\UFOPA\CNPq

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Dia: 26/11/2019 (Terça – feira - manhã)

14: 00 às 18h: 00 - Inscrições e credenciamento para o evento.

Dia: 26/11/2019 (Terça – feira - tarde)

14h: 00 às 14h: 30 - Abertura do Seminário: Prof. Dr. Hugo Diniz (Reitor da UFOPA), Prof. Dr. Domingos Luís Wanderley Picanço Diniz (Pro - reitor de pesquisa), Prof. Dr. Jarsen Guimarães (Diretor do ICS), Prof^a Msc Evani Larisse dos Santos (Coordenadora do GPDR), Prof. Dr. Márcio Benassuly (Coordenador do evento)

14: 30 as 15: 30 - Palestra de abertura: Palestrante: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP\AP)

16h00min às 18h00min - Lançamento de livros sobre Amazônia

16h00min as 17h00min - Seção 01. Direitos Indígenas e Poder Judiciário - O Caso da Terra Indígena Maró. Ib Sales Tapajós (Advogado)

17h00min as 18h00min - Seção 02 – Coletânea de Resumos do II SEPDAM - Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA) e Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA)

Dia: 27/11/2019 (Quanta – feira - manhã)

09h00min as 12h00min – Minicurso 01: Elementos de cartografia para ordenamento territorial

Facilitador: Prof. Dr. Rodolfo Maduro (UFOPA/PA). Vagas: 15 vagas.

Local: Laboratório do Rondon.

09h00min as 12h00min – Minicurso 02: A Cartografia do mapa.

Facilitador: Prof. Msc. Leandro Cazula (UFOPA/PA). Vagas: 20 vagas.

Local: Sala do Rondon.

Dia: 27/11/2019 (Quarta – feira - tarde)

14: 00 às 17h30min - Mesa 01: Política, território e a questão agrária no Brasil: avanços e retrocessos.

Palestrante 01: Prof.^a Dr^a Valeria de Marcos (USP/SP)

Palestrante 02: Prof. Dr. Fabiano Bringel (UEPA/PA)

Palestrante 03: Prof. Dr. José Antônio Herrera (UFPA)

Palestrante 04: Narivaldo dos Santos (Quilombo Bom Jardim)

Palestrante 05: Neilton Miranda (STTR/Belterra)

Mediador: Prof. Doutorando Rogério Almeida (USP/UFOPA/PA)

17h30min às 18h30min - Apresentação de resumo expandido e pôster - Responsáveis pelas avaliações das apresentações Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/AP) e Prof.^a MsC Évani Larisse dos Santos (UFOPA/PA)

Dia: 27/11/2019 (Quarta – feira - noite)

19: 00 às 21h30min - Mesa 02: Política, território e cartografia.

Palestrante 01: Prof^a. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca (USP/SP)

Palestrante 02: Dr. João Elbio de Oliveira Aquino Sequeira (UFOPA/PA)

Palestrante 03: Guillermo Cardona Grisales (Diocese de Santarém)

Palestrante 04: Prof.^a Msc Judith Costa Vieira (UFOPA/PA)

Palestrante 05: Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja (SEDUC/PA)

Palestrantes 06: Prof.^a Dr^a Francilei Burlamaque Maciel (UFOPA/PA)

Mediador: Prof. Doutorando Leandro Cazula (USP/UFOPA/PA)

Dia: 28/11/2019 (Quinta – feira - manhã)

06h30min as 12h00min – Trabalho de campo 01: Visita a Floresta Nacional do Tapajós: populações tradicionais e uso múltiplo dos recursos florestais. Responsável - Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA e Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/AP) 25 vagas.

06h30min as 12h00min – Trabalho de campo 02: Visita a Aldeia Açaizal - territórios em disputa na gleba Ituqui.

Responsável - Prof. MsC. Eneias Barbosa Guedes (UFOPA/PA) 25 vagas.

Dia: 28/11/2019 (Quinta – feira - tarde)

14: 00 às 17h30min - Mesa 03: Políticas ambientais na Amazônia: avanços e retrocessos.

Palestrante 01: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos (Sec. Adjunto SEMA/PA)

Palestrante 02: Antônio Edilson de Castro Sena (3ª Região do ICMBio)

Palestrante 03: João Vitor Camargo Soares (INPA)

Palestrante 04: Caetano Scannavino (ONG Saúde & Alegria)

Mediador: Prof. Dr. Abner Vilhena Carvalho (UFOPA/PA)

17h30min às 18h30min - Apresentação de resumo expandido e pôster - Responsáveis pelas avaliações das apresentações Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/AP) e Prof.^a MsC Évani Larisse dos Santos (UFOPA/PA)

Dia: 28/11/2019 (Quinta – feira - noite)

19: 00 às 21h30min - Mesa 04: Comunicação de resultados de pesquisas de discentes sobre a Amazônia.

Palestrante 01: Ádria Oliveira dos Santos (PPGCS/UFOPA)

Palestrante 02: Maike Joel Vieira da Silva (PPGCS/UFOPA)

Palestrante 03: Gilson Fernando de Jesus Rego (PPGCS/UFOPA)

Palestrante 04: Lays Diniz dos Santos (PPGCS/UFOPA)

Palestrante 05: Caroline Braga (Gestão Ambiental/UFOPA)

Palestrante 06: Ney Rafael Gomes Monteiro (GEO/UFOPA)

Palestrante 07: Jarlei Dominique (GPDR/UFOPA)

Mediador: Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão (UFO-PA/PA)

21h30min: Encerramento:

FOTOS DO EVENTO.

Figura 01: Mesa de abertura do III SEPDAM



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 02: Palestra de abertura com o prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 03: Lançamento do livro: Direitos Indígenas e Poder Judiciário - O Caso da Terra Indígena Maró.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 04: Lançamento do livro Coletânea de Resumos do II SEPDAM.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 05: Mesa 01: Política, território e a questão agrária no Brasil: avanços e retrocessos.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 06: Mesa 02: Política, território e cartografia.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 07: Mesa 03 - Políticas ambientais na Amazônia: avanços e retrocessos.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 08: Mesa 04: Comunicação de resultados de pesquisas de discentes sobre a Amazônia.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 09: Trabalho de campo na Floresta Nacional do Tapajós.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 10: Participantes do trabalho de campo na Floresta Nacional do Tapajós na comunidade de Jamaraquá, Belterra, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 11: Apresentação de resumo expandido



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 12: Apresentação de resumo em pôster.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 13: Apresentação de resumo em pôster por estudante indígena.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 14: Apresentação de resumo em pôster por estudante no III SEP DAM.

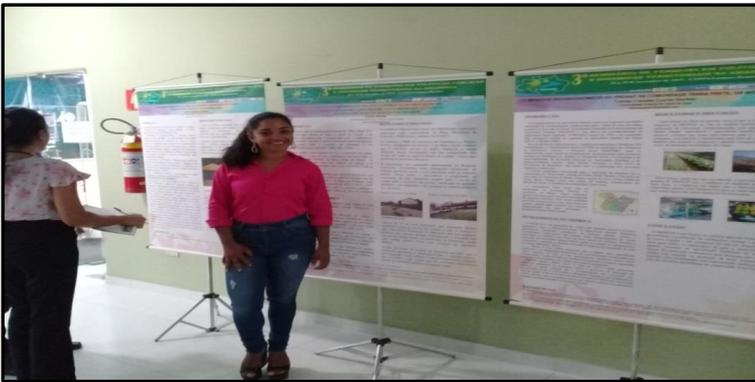


Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 15: Arte de divulgação do III SEPDAM.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 16: Arte de divulgação do III SEPDAM elaborado pela UFOPA



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 17: Arte do III SEPDAM.



Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

Figura 18: Arte de divulgação do espaço de lançamento de livros do III SEPDAM.

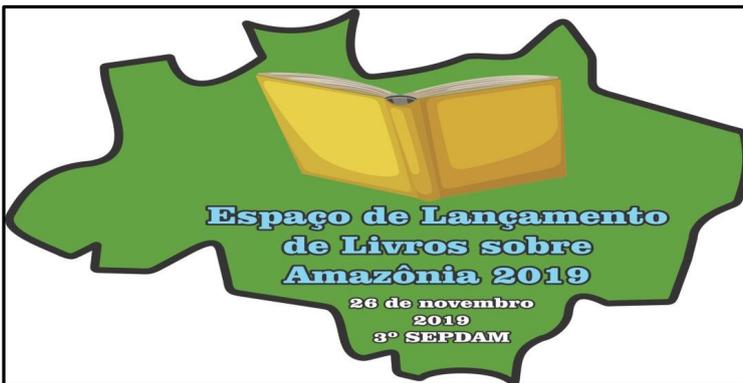


Foto: Acervo do GPDAM\UFOPA, 2019.

EIXO: POLÍTICAS URBANAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

**Figura: Forte do Castelo e casarios coloniais
em Belém do Pará.**



Foto: Márcio Benassuly, 2015.

ANÁLISE DAS DEMANDAS DE POLÍTICA URBANA APRESENTADAS PELO BAIRRO DO SANTARENZINHO NO CONTEXTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM - PARÁ EM 2019.

Aline de Matos Soares, UFOPA.

Email: alinematos297@gmail.com

Heloína Pimentel de Sousa, UFOPA.

Email: heloína.ps2019@gmail.com

Tainá Gualberto Araújo, UFOPA.

Email: tainagualberto23@gmail.com

RESUMO

O presente estudo contribui com a discussão a partir da análise das demandas levantadas na revisão do Plano diretor da Cidade de Santarém, com o intuito de verificar quais demandas foram atendidas no bairro do Santarenzinho, este situado na zona leste da cidade. Foram analisados documentos referentes ao plano diretor da cidade de Santarém, especificamente o documento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santarém referente a *IV Oficina de Revisão do Plano Diretor da Grande área do Santarenzinho*, e realizado entrevistas com moradores e funcionários públicos presentes na revisão do plano. O resultado da pesquisa mostra que das demandas solicitadas, apenas algumas foram atendidas no bairro do santarenzinho. Conclui-se que diante de tantas demandas que assolam o espaço urbano, o planejamento se faz necessa-

rio, tendo em vista que a administração pública deixa a desejar com relação as demandas da sociedade, principalmente quando revista no plano diretor.

Palavras-chave: Plano diretor, Demandas urbanas, Santarenzinho.

INTRODUÇÃO

O Planejamento do desenvolvimento das cidades tem como finalidade promover a justa distribuição espacial da população e das atividades econômicas, não somente do território do município, mas também da área sob sua influência, com vistas a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (SILVA et. al., 2006). Esta rápida urbanização de cidades que transformam espaços naturais e que interferem no meio ambiente, necessitam de aparatos legais facilitando o gerenciamento e o relacionamento entre moradores e a máquina pública.

A prática do planejamento nos municípios visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

O plano diretor municipal (PDM) e o planejamento estratégico municipal (PEM) são instrumentos de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerados, atualmente, de importância inquestionável. A realização de tais instrumentos deve mesmo ser compatibilizada com regulamentos de ordem superior, tais como a própria Constituição Federal de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei complementar Nº 101/2000 e o Estatuto da Cidade - Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001 (REZENDE; ULTRAMARI, 2007),

Neste contexto, o presente estudo contribui com a discussão a partir da análise das demandas levantadas na revisão do Plano diretor da Cidade de Santarém, com o intuito de verificar quais demandas foram atendidas apenas no bairro do Santarenzinho, este situado na zona leste da cidade.

A pesquisa realizada se configura em análise documental, com apoio de pesquisa bibliográfica, e visita *in loco*. Foram analisados documentos referentes ao plano diretor da cidade de Santarém, especificamente o documento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santarém referente a *IV Oficina de Revisão do Plano Diretor da Grande área do Santarenzinho* que fora realizada em 25 de agosto de 2017, bem como, realizado entrevistas com moradores e funcionários públicos presentes na revisão do plano para verificar quais as demandas debatidas foram atendidas ou não.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Promulgado em 10 de julho de 2001, o *Estatuto da Cidade – lei nº 10.257/2001* surge como a linha mestra para a implementação e desenvolvimento de políticas nacionais e urbanísticas. Instrumentos de diversas formas, dentre os quais destacamos: a *Gestão participativa popular* (EC, art. 43 et. seq.) que nos apresenta o intuito da audiência pública; e o Plano Diretor (EC, art. 39 et. seq.) instrumento básico para expansão urbana.

No Brasil, Conforme Millaré (2009) adotou-se uma Política Nacional, onde não se responsabiliza somente a união ou aos municípios, por ser interesse de um ou de outro, mas, adotou-se um sistema que está ao alcance da participação e da responsabilização de todos, numa verdadeira estrutura nacional para a vida urbana.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas voltadas a mobilidade urbana, tem se “por objetivo, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (art.182). Bem como, “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (art. 21).

Para Leão e Oliveira (2010), as instrumentalizações legais e regulamentares afirmam e reiteram uma vital importância na elaboração dos planos diretores, e, por conseguinte, reforçam as esperanças, frustradas ou não, em um acreditado poder miraculoso de reparar as enfermidades crônicas mais profundas das cidades brasileiras.

Segundo Andrade (2005), o plano diretor é a função indispensável ao gestor municipal, onde planejar a cidade é o ponto de partida mais eficaz, pois o mesmo subsidiará os caminhos para uma melhor gestão dos municípios. Sobre tudo este, é previsto na Constituição 1988, é um dos principais instrumentos da política urbana, que não visa somente o uso responsável do solo, mas também a boa vida com qualidade.

Contudo, o Plano Diretor do Município de Santarém, engloba todo o território municipal e tem por finalidade geral realizar o pleno desenvolvimento da função sócio-econômico-ambiental da propriedade e promover a integração e complementaridade entre as atividades sócio-econômico-ambientais urbanas e rurais, de forma a assegurar o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território e o bem-estar de seus municípios (SANTARÉM, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A grande área do Santarenzinho é composta pelos bairros: Santarenzinho, Res. Salvação, Maracanã, Maracanã I, Elcione Barbalho, Amparo, Conquista, Alvorada, São Cristovão, Nova Vitória, Novo Horizonte e Nova Jerusalém. E Conforme Soares et. al. (2019), o bairro do Santarenzinho possui aproximadamente 1.282 casas habitadas das mais diversas formas de construções e possui mais de 146 terrenos baldios e 13 casas abandonadas, é um bairro que possui uma variedades de comercios, 4 escolas públicas e 5 particulares e 2 UMEIS.

A partir da análise documental foi possível identificar que na IV oficina de Revisão do Plano diretor da Grande área do Santarenzinho estiveram presentes 65 pessoas, ao qual através de grupos de trabalho por eixo temáticos feitos na mesma, elencaram-se as necessidades atribuídas por cada grupo. Os eixos temáticos em pauta foram Saúde, Assistência social, Educação, Segurança, Lazer, Habitação e os Pontos Críticos.

Em cada eixo temático foram elencadas as demandas dos bairros, totalizando 84, das quais 63 foram verificadas como necessidade para o bairro do Santarenzinho. Dentre elas estavam: A aquisição de digitalizador na Unidade Basica de Saúde, Funcionamento 24h da delegacia da Mulher, Espaço para atividades de esportes, lazer e bem estar, Manutenção da infraestrutura das escolas, Pavimentação asfáltica nas ruas, rede de esgoto nas vias, sinalização/ faixas de pedestres/ placas e paradas de ônibus cobertas, reformulação das linhas de ônibus / cumprimento das rotas e entre outros.

O resultado da pesquisa mostra que das demandas solicitadas, apenas algumas foram atendidas no bairro do Santarenzinho. Com relação à pavimentação asfáltica, apenas as Ruas

Olavio Bilac e a Rua Angelim receberam asfalto (Figuras 1 e 2). Cabe resaltar que ambas já se encontra em péssimo estado de mobilidade o que prejudica a linha de onibus que não cumpriam a rota em sua totalidade bem como a iluminação publica nos pontos de onibus são insuficientes.



Figura 1. Rua Tomé de Sousa com Olavo Bilac.

Fonte: Autor do Trabalho



Figura 2. Rua Angelim com Olavo bilac.

Fonte: Autor do Trabalho

A Unidade Básica de Saúde (USB) do Santarenzinho recebeu três computadores novos, mas apenas o setor de vacinação fora contemplado. Atualmente estes são utilizados para digitalização das carteiras de vacinas, ou seja, o paciente que tenha feito cadastro e tomado vacina na unidade após a adesão dos computadores já tem registrados suas vacinas. Vale ressaltar que a UBS é 24hs, mas quase sempre não há médicos plantonista.

Nas atividades de esporte, lazer e bem-estar há aulas de zumba que ainda são realizadas na igreja de Nossa Senhora do Rosário e no Rio Tapajós Shopping que não só atende o bairro do Santarenzinho como a Grande área, onde as mesmas são realizadas duas vezes na semana. As políticas públicas de lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito social ao lazer, que segundo Almeida e Gutierrez (2004), o la-

zer dentro do cenário político ficará em segundo plano, tendo em vista outros setores com mais importância política como a educação, a saúde, a habitação entre outros.

As demais demandas expostas na *IV Oficina de Revisão do Plano Diretor da Grande área do Santarenzinho* que fora realizada em 25 de agosto de 2017 não foram atendidas. Equipamentos que servem de apoio à comunidade estão cada vez mais abandonados por falta de manutenção e infraestrutura, como foi possível verificar a quadra esportiva e a Praça do Santarenzinho que estão deteriorados.

CONCLUSÃO

Diante de tantas demandas que assolam o espaço urbano, o planejamento se faz necessário inserindo-se como uma espécie de bálsamo para os traumas urbanos, com este estudo observou-se que a administração pública deixa a desejar com relação as demandas da sociedade, principalmente quando revista no plano diretor, pois sendo um documento de fundamental importância para a administração, gerenciamento e o planejamento da cidade, o mesmo não atendeu em sua totalidade ou as que foram encontradas atualmente em péssimas condições, principalmente no que diz respeito ao saneamento, iluminação pública, vias de acesso, atendimento de saúde e área de lazer.

A adequação do espaço urbano é necessária para que as transformações ao meio ambiente não venham provocar danos, e que o melhoramento da urbanização seja estudado em sua projeção e com políticas públicas eficazes, promovendo as funções sociais da cidade e o desenvolvimento para o bem estar dos municípios.

REFERÊNCIAS.

ANDRADE, N. A. Et. al. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição Federal - estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 jul. 2001.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 6 ed., atual, ampl. – São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 2009. p. 557.

SANTARÉM. Lei nº 18.051, de 29 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. **Diário Oficial do Município de Santarém**. Santarém, PA, 29 dez. 2006.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da, PASSOS, Luciana Andrade dos. O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. – Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006. 32 p.

SOARES, Aline de Matos; SOUSA, Heloína Pimentel de; SANTOS, Raquel Freitas dos e GUERREIRO, Quêzia Leandro de Moura. Diagnóstico de uso e ocupação do solo do bairro santarenzinho, Santarém, Pará, Brasil. **Anais do X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental** – Fortaleza / CE. 2019.

REZENDE, D. A; ULTRAMARI, C.. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **RAP**. Rio de Janeiro 41(2):255-71, Mar./Abr. 2007.

LEÃO, Renato Freitas de castro & OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra. O plano diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém-Pá. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos** - Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3. 12p.

COMPARATIVOS NA ÁREA URBANA DE SANTARÉM, PA: EQUIPAMENTOS URBANOS NO BAIRRO CENTRO E DIAMANTINO.

Samuel Ivan Oliveira Moura¹

Amily Carolyn Martins da Silva²

RESUMO

A organização da infraestrutura, ou a falta dela, nos grandes centros urbanos interfere diretamente na qualidade de vida dos habitantes desses locais. Uma das formas mais concretas e eficazes que o Estado tem de contribuir para a melhora em todos os aspectos da vida dos seus cidadãos é através dos equipamentos urbanos, principal objeto de estudo dessa pesquisa. Através do software Quantum GIS foi possível mapear os equipamentos urbanos de dois bairros da cidade de Santarém, sendo eles Centro e Diamantino, dos setores de lazer, saúde, educação e comércio, com o objetivo de analisar as semelhanças ou diferenças entre um bairro central e um periférico. A pesquisa demonstra que o bairro Diamantino é amplamente mais desassistido que o Centro, primordialmente quando comparados suas densidades popu-

¹ Acadêmico do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS/ULBRA). Email: samuel.ivan8@gmail.com;

² Especialista em Master em Arquitetura e Iluminação pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação, IPOG; Graduada em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Pará, UFPA. E-mail: amily.martins@gmail.com .

lacionais. O bairro Centro possui baixa densidade populacional e vários serviços, enquanto o Diamantino com população maior e, carência de equipamentos urbanos para suprir a própria demanda.

Palavras-chave: Diagnóstico, Diferenças, Centro, Diamantino, Santarém.

INTRODUÇÃO

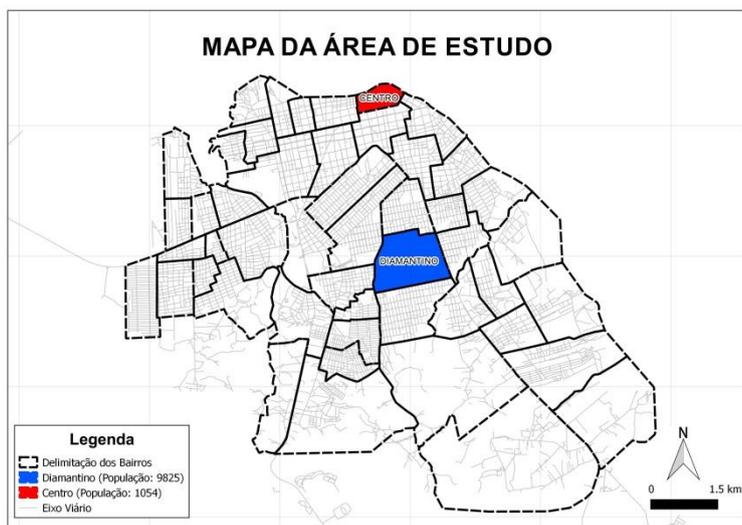
O diagnóstico urbano tem a iniciativa de examinar a cidade como um todo, envolvendo questões socioeconômicas, educação, saúde, segurança, conforto, etc. (FERRARI, 1979). Uma das dificuldades são as questões geográficas brasileiras, devido às extensas áreas o que dificulta esses estudos. A pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica do plano diretor municipal de Santarém e, algumas bibliografias de cunho do planejamento urbano. Posterior a essa fase, a coleta de dados foi com a técnica do geoprocessamento de informações espaciais, o que permitiu a elaboração de mapas temáticos.

A escolha dos bairros foi estratégica por conta de alguns fatores, que diferenciam os mesmos e demonstram as disparidades no meio urbano de um mesmo município. Esse resumo está dividido em dois momentos, a caracterização dos bairros e as considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS

Os bairros pesquisados são: Centro e Diamantino. Com localização distinta, onde o primeiro encontra-se na zona norte da cidade, enquanto o outro na zona central. Na figura 01 é visível a situação geográfica em que se encontram.

Figura 01 – Mapa de Localização dos Bairros em Estudo



Fonte: Malha Urbana do IBGE (2010), limites políticos dos Bairros do Plano Diretor de Santarém (2018), adaptado pelo autor, 2019.

CENTRO

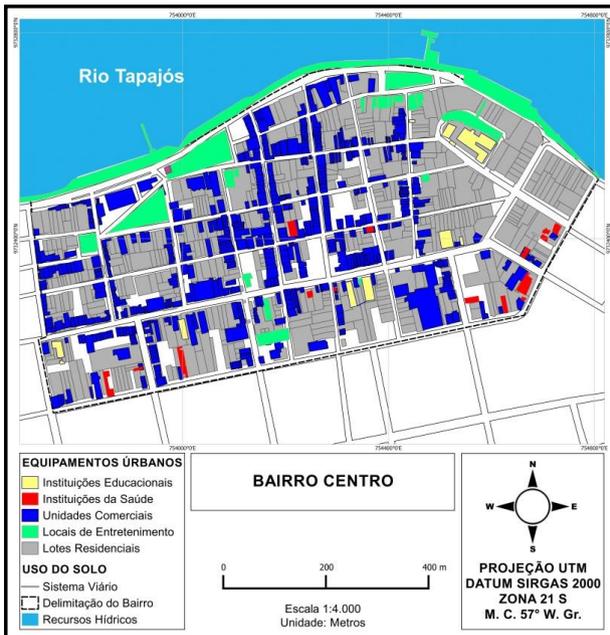
A origem de Santarém a partir do rio, criou o bairro Centro (AMORIM, 1999). Na Zona Norte de Santarém, com população de 1054 indivíduos e, possui 48 hectares de extensão territorial (IBGE, 2010). Se calculado população por hectares, são 22 habitantes por hectare. Destaca-se que o bairro possui poucos habitantes, no entanto, conforme será visto a frente tem função comercial para a cidade, ou seja, atrai a população de todos os bairros.

Totalizando seis instituições de ensino, treze do setor da saúde, dezoito de áreas/edificações de lazer e/ou turismo, além da vista para o encontro das águas (do Rio Tapajós com

o Rio Amazonas) e, um posto policial representando o setor de segurança pública, visualizados na figura 02.

Em específico do setor de Educação, são as instituições: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Frei Ambrósio, Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Rodrigues dos Santos, Escola de Educação Infantil e Fundamental Carequinha (que mesmo sendo considerada particular, oferece bolsas de estudo), Instituto SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que oferece alguns cursos profissionalizantes, de forma gratuita), e os demais oferecem cursos pré-vestibulares e profissionalizantes.

Figura 02 – Equipamentos Urbanos: Centro



Fonte: Malha Urbana do IBGE (2010), adaptado pelo autor, 2019.

No setor da Saúde, são as instituições: Centro Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, clínicas e laboratórios que possuem convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). Os pontos turísticos ou áreas de entretenimento: Mirante do Tapajós, encontro dos rios, Orla da cidade, Porto Fluvial, Praça Monsenhor José Gregório, Praça Rodrigues dos Santos, Praça do Pescador, Teatro Victoria, Centro de Artesanato Cristo Rei, Hotel Alvorada, Solar do Barão de Santarém, Casarão Elza, Casarão do Barão de São Nicolau, Igreja Batista, Igreja Assembleia de Deus e Igreja Católica (Matriz).

DIAMANTINO

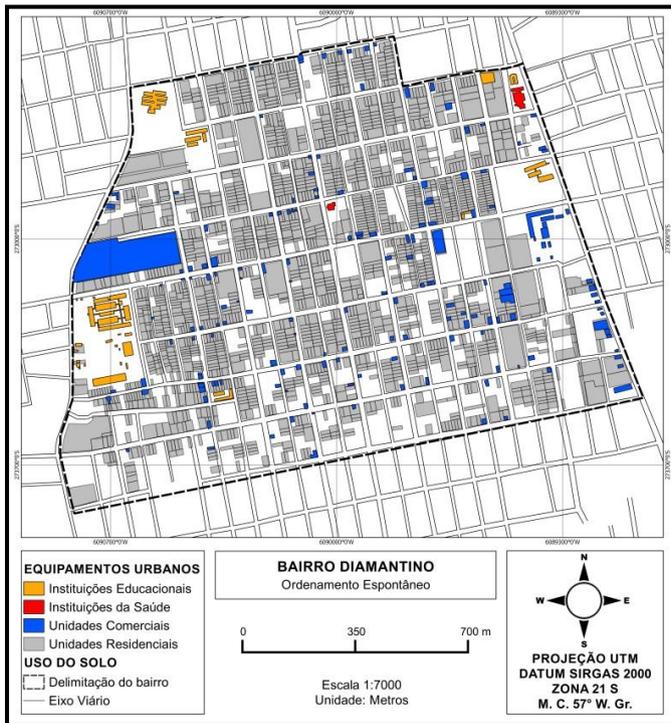
O bairro Diamantino está localizado na zona central, com população de 9825 indivíduos e, possui 185 hectares de extensão territorial (IBGE, 2010). Se calculado população por hectares, são 53 habitantes por hectare. Destaca-se que o bairro possui muitos habitantes, nota-se ainda que antes da entrega das casas do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, o mesmo era o bairro mais populoso da cidade.

Na figura 03 encontram-se os equipamentos urbanos destes. No setor da saúde, sendo uma a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a outra a Unidade Básica de Saúde (UBS), sinalizadas na cor vermelha no mapa abaixo. As unidades comerciais estão na cor azul, que comparadas ao bairro centro, existe quantidade menor.

Visível oito unidades de ensino, com a cor amarela. As quais são: EEEFM Plácido de Castro, EEEF Richard Hennington, EMEF Profa. Rosineide Fonseca, EMEF Dom Anselmo Pietrullo, EEEFM Rio Tapajós, UMEI Ubirajara Benites de Souza, Colégio Cristo Salvador e o Centro Universitário

Luterano de Santarém. Ou seja, 3 escolas estaduais, 3 escolas municipais, um colégio que possui convênio com o município e um centro universitário referência em cursos de Engenharia e Direito.

Figura 03 – Equipamentos Urbanos no Diamantino



Fonte: Malha Urbana do IBGE (2010), adaptado pelo autor, 2019.

Embora localizado distante do centro comercial, com grande população, existem equipamentos urbanos distribuídos proporcionalmente ao território do bairro, possuindo

infraestrutura de menor qualidade se comparada ao Centro – aliás possui uma UPA e um Centro Universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cultura e lazer, saúde, educação, entre outros, são direitos de todos os cidadãos e garantidos, ao menos na teoria, pela Constituição Federal de 1988. A pesquisa analisou dois bairros na cidade de Santarém em situações completamente diferentes: o Centro da cidade, responsável pela principal movimentação comercial e turística, além de ser a porta de entrada para a cidade, e o bairro Diamantino, primordialmente residencial e sem o planejamento adequado. A população pode estar buscando que os bairros periféricos recebam investimentos de forma proporcional à necessidade da população, na melhoria de qualidade de vida para os moradores.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Santarém: Uma síntese histórica**. Canoas: Ulbra, 1999. 256 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284 - Equipamentos Urbanos: Conceito**. 1986. 4 p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/sheyqueiroz/nbr-928486-equipamento-urbano>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1979. 350 p.

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. Editora Pioneira, 2ª edição. 1979. 631 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: fev. 2019.

_____. **Malha municipal digital do Brasil: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, [2012]. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/> . Acesso em: fev. 2019.

SANTARÉM. Lei nº 20534, de 17 de dezembro de 2018. **Plano Diretor Participativo do Município de Santarém/PA**. Santarém, PA. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=86>. Acesso em: mar. 2019.

**ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS URBANAS NO
CONTEXTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO
PLANO DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-
PA EM 2017: O CASO DO BAIRRO PRAINHA.**

Aline Lana S. Pedroso, UFOPA.

Email: alinepedroso94@gmail.com

Ana Clara A. Viana, UFOPA.

Email: ana.ac.clara@hotmail.com

Dayana dos S. Silva, UFOPA.

Email: dayanasilva07@outlook.com

Ederson Junio F. De Oliveira, UFOPA.

Email: ederson.junio@hotmail.com

Marlon Vitor O. Gomes, UFOPA.

Email: marlonolv@outlook.com

Mayons Andrio da C. Moura, UFOPA.

E-mail: mayons.bidan@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar as principais demandas mencionadas no Plano Diretor, no ano de 2017, pelos moradores do bairro da Prainha e averiguar se tais problemas foram sanados. Sabendo-se da necessidade do cumprimento das proposições presentes no Plano, especialmente em temáticas as quais este trabalho buscou aprofundar-se, como as operações portuárias irregulares, o saneamento básico e a infraestrutura, ensejou-se conhecer a realidade e buscar compreender os fatores causadores das

problemáticas contínuas, mesmo após manifestações de descontentamento dos moradores para o Governo do Município. Dessa forma, o artigo analisa com o auxílio dos habitantes do bairro a visibilidade e a atenção que a área carece em determinados pontos; os impactos gerados sejam eles positivos ou negativos e se, de fato, o Plano Diretor cumpre com o seu papel de assegurar melhores condições de vida para a população.

Palavras-chave: Plano diretor; bairro da Prainha; demandas.

INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal (1988), o Plano Diretor é um “*instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana*”, que dará a orientação para a elaboração das políticas públicas que serão aplicadas em determinado município. Para que sejam adotadas essas orientações, os gestores devem aperfeiçoar e implementá-los nas cidades.

Partindo desse princípio, será identificado e analisado problemas de gestão de serviços públicos relacionados à infraestrutura e saneamento, bem como a questão da implantação do porto hidroviário. De um modo geral, o presente trabalho tem como objetivo analisar as problemáticas apresentadas e verificar entre as questões demandadas, quais apresentaram melhorias, e quais permaneceram sem solução.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como instrumento de definição de conceitos e princípios, os Planos Diretores geram diretrizes para o desenvolvimento dos segmentos referentes a obrigações e direitos aos envolvidos no assunto como: o cidadão, as organizações privadas e o

setor público. Portanto, o papel do plano diretor como instrumento de planejamento é nortear principalmente os segmentos da política de desenvolvimento e expansão urbana, uma vez que, uma ocupação urbana precária, insegura, insalubre produz uma visibilidade incômoda, sem saneamento básico, com altas vulnerabilidades sociais e riscos ambientais, entre outros graves problemas (MOREIRA, 2008).

Os serviços públicos de saúde e saneamento são critérios básicos previsto em lei, para que garantam a qualidade de vida tanto na esfera ambiental quanto social. Nesse sentido, os atores sociais envolvidos na gestão desses direitos têm papel importante na sensibilização e articulação entre os planos de políticas públicas de saúde e bem-estar humano e meio ambiente (LAHOZ; DUARTE, 2015).

Noutro sentido, segundo o Art. 2º da Lei 11.445/07 considera-se Saneamento Básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, pela disponibilização, pela manutenção, pela infraestrutura e pelas instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano diretor do município de Santarém, no artigo 66, consta que “é responsabilidade do Poder Público, de forma isolada ou em conjunto com a empresa concessionária, assegurar à população do município de Santarém o acesso ao sistema de coleta e tratamento final dos esgotos sanitários”. No entanto a falta de saneamento básico é um problema pre-

sente em todo o país. Segundo dados do Instituto Trata Brasil (2017), 50% dos esgotos gerados são lançados direto nos rios e mares sem tratamento e disposição final adequada e este cenário pode ser visualizado na cidade de Santarém.

Em visita ao bairro da Prainha foi possível notar que não existe nenhuma obra concluída ou em execução para sanar ou mitigar o problema da poluição do rio causado pelo despejo do esgoto. E apesar de conter essa pauta no Plano Diretor, assim como a maioria das políticas públicas que são projetadas para o benefício da população, essa também permanece apenas no papel.

Assim como a pavimentação de vias, a iluminação pública também fora uma das demandas levantadas pelos moradores do bairro da Prainha na reunião para criação do Plano Diretor, esse é sem dúvidas um dos pontos mais preocupantes, já que a falta de iluminação adequada pode vir a aumentar a criminalidade no local e com isso aumentar a insegurança dos moradores e transeuntes, há uma perda de interesse em investimentos na localidade o que gera revolta, tendo em vista que uma taxa é cobrada na conta de energia exclusivamente para iluminação pública.

Visando solucionar as demandas das questões tanto portuárias quanto demandas apresentadas no plano diretor da cidade de Santarém a implementação de um ambiente adequado para embarque e desembarque de cargas e passageiros se tornava extremamente necessária haja vista as diversas irregularidades retratadas por moradores do bairro da prainha, onde citavam problemáticas como: Embarcações atracadas de maneira indevida, portos clandestinos e a falta de segurança e bem-estar que era motivado pela falta de fiscalização adequada às margens do rio Tapajós no bairro da Prainha.

A Prefeitura de Santarém por meio das Secretarias Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT) e Infraestrutura (Seminfra) realizaram serviços de adequação do porto do DER com o objetivo de receber embarcações de forma apropriada e, conseqüentemente, trouxe algumas vantagens para a população que se encontrava descontente com algumas questões retratadas no Plano Diretor.

Em uma visita técnica, foi realizado uma conversa com alguns moradores, trabalhadores de embarcações e vendedores ambulantes que convivem no local, obtivemos algumas informações, tendo como os pontos positivos a estrutura do porto, fiscalizações, melhoria na segurança pública, infraestrutura e no visual tanto do novo e antigo porto, os pontos questionados foram a questão da acessibilidade para o embarque dos passageiros e à falta de transporte público com mais frequência para fazer a mobilidade de quem passa pelo local, também foi possível constatar que a obra não está concluída, porém o porto está em pleno funcionamento no que diz respeito a embarque e desembarque de cargas e pessoas. Foram encontrados também alguns resíduos de lixo e notoriamente o assoreamento da água do rio.

CONCLUSÃO

O Plano Diretor de desenvolvimento urbano é o instrumento básico da política urbana no Brasil, encontrando seu fundamento legal no art. 182 da CF/88 e disciplina específica nos arts. 39 a 42 da Lei Federal 10.257/01, o chamado Estatuto da Cidade.

Recentemente discutiu-se a reformulação do Plano Diretor da cidade de Santarém, este que tentou conciliar as distintas

visões da sociedade, na elaboração do texto legal, sendo ouvidos tanto os representantes da Administração Pública, quanto da sociedade civil organizada, aí compreendidos os diversos atores que atuam na cidade.

Detidamente, o presente estudo buscou centralizar sua análise no Bairro da Prainha, este que tem sua área adstrita à zona urbana. Questões como a possível retirada de esgotos, que claramente demonstram a falta de uma política urbana para o Saneamento Básico no Município; o Ordenamento da Orla, tanto para fins fluviais, quanto para fins de comercialização advindas das embarcações; e a infraestrutura viária básica do bairro, são pontos destacados ao longo deste trabalho, e que no momento permite apontar algumas considerações, tais como: A vontade popular como forma de participação democrática, na cidade de Santarém, fora claramente inobservada; A já inexistente política de Saneamento Básico aponta para uma continuação do quadro histórico por qual passa a cidade, infelizmente; E, espera-se, que com o Ordenamento da Orla, especificamente na adjacência deste bairro, possa vislumbrar-se uma reorganização de um dos cartões postais da área urbana da cidade.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, H.F. **O Plano Diretor E As Funções Sociais Da Cidade**. Serviço Geológico do Brasil. Rio de Janeiro. Abril, 2008.

LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari; DUARTE, Francisco Carlos. Saneamento básico e direito à saúde: considerações a partir do princípio da universalização dos serviços públicos. **RECHTD-Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 7, n. 1, p. 62-69, 2015.

Silva, R. G. S. e Silva V. P. (2011) Os Atingidos por Barragens: Reflexões e Discussões Teóricas e os Atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. **Rev. Sociedade & Natureza**, n.3, p. 397-408.

Lei federal do Saneamento Básico comentada. Disponível em: <<https://portalresiduossolidos.com/lei-11-44507-lei-federal-do-saneamento-basico/>> Acesso: 24/10/2019

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre diretrizes gerais da política urbana e da outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 24/10/2019.

TRATA BRASIL. **Cartilha Ação Global**. Disponível em:<<http://www.tratabrasil.org.br/images/comunicacao/cartilha-acao-global/cartilha-acao-global-17.pdf>> Acesso em 22/10/2019.

OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ EM SANTARÉM/PA: CAMPO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Jacilene Cleice da Silva Rego³

Francilene Sales da Conceição⁴

RESUMO

A ocupação urbana Vista Alegre do Juá, localizada na cidade de Santarém/PA e possui atuação reivindicatória de posse em terras que há décadas não cumpria função social, à margem da rodovia municipal Engenheiro Fernando Guilhon. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar a luta pela terra e moradia do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia-MTLM e as formas resistências territoriais dos moradores da ocupação urbana frente aos agentes hegemônicos na cidade de Santarém/PA, região oeste do Pará, Amazônia brasileira. Como procedimentos metodológicos foi necessária revisão teórica-conceitual, visitas *in lócus* aos moradores da ocupação, conversas informais e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os membros do MTLM. Portanto, a luta por terra e por moradia é uma luta válida e necessária frente ao capital hegemônico e espoliador.

Palavras-chave: MTLM. Lutas Sociais. Ocupação. Santarém/PA.

³ Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. E-mail: jacileneclceice0104@gmail.com

⁴ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: lensesalesgeo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Estado, a partir da implementação de políticas que incentivaram a expansão das fronteiras econômicas para a região amazônica, contribuiu de forma significativa para o aparecimento de marcas negativas no espaço regional, deixadas por essas políticas, que hoje são perceptíveis através de sérios conflitos sociais e diversos problemas socioambientais, tais como a expropriação da agricultura familiar e a expulsão do trabalhador do campo que passou a se direcionar para os centros urbanos, provocando, com isso, um avanço demográfico e crescimento acelerado e desigual das cidades (COSTA, 2014).

A partir da década de 1960, a urbanização amazônica começou a apresentar estreitas relações com a intervenção estatal e a região aparece no centro das preocupações nacionais, direcionando para a região políticas de ocupação, integração e desenvolvimento regional. Assim, a urbanização que se acentou em Santarém a partir desse momento revelou muito mais que uma urbanização da população, que é definida por um incremento demográfico vivendo em cidades e vilas. Revela, ainda, uma mudança no conteúdo material do território referente à instalação de novos sistemas técnicos de engenharia, acompanhando as redes técnicas, como a viária e a elétrica. E uma mudança, ainda, no sistema de valores e nas práticas urbanas (COSTA, 2014).

O crescimento demográfico resultante deste período provocou a expansão urbana da cidade que se materializa mais forte nos dias atuais. Essa dinâmica socioespacial ocorreu sem haver um planejamento estrutural previsto antecipadamente, na qual abriu espaço para a origem de ocupações em áreas

inabitadas, ações estas que ocorrem com a omissão do poder público, em áreas sem nenhuma infraestrutura. Alguns desses espaços, considerados periféricos, são oriundos de antigas áreas rurais e consistem, até os dias atuais, em espaços híbridos (LEÃO; OLIVEIRA, 2011), os quais deram origem a diversos bairros que hoje fazem parte da malha urbana da cidade.

Neste contexto, surge em 2009 a ocupação Vista Alegre do Juá, que é uma ocupação urbana situada na zona oeste do município de Santarém, com atuação reivindicatória de posse para a criação de um novo bairro em terras que há décadas não possuía função social. Os sujeitos que residem na área ocupada atuam na cidade para reivindicar políticas públicas necessárias para efetivação de moradia digna, num espaço que foi ocupado por grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989), população que não tem habitação, cujo uso do território é restrito à sociedade capitalista.

Para Canettieri (2017), as ocupações urbanas surgem como alternativa para as famílias que não possuem condições financeiras para adquirir um imóvel ou para arcar com despesas mensais de aluguel, que consomem grande parte de suas rendas. Com os mercados de moradia restritos e segregados e sendo a população incapaz de adquirir a moradia pela via do acesso formal, seja por meio do mercado ou do Estado, o acesso à terra é concedido por meio de lutas sociais (ocupações).

A ocupação tem resistido até os dias atuais com o apoio do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia-MTLM. Essa organização social criada em 2011 com a participação popular de pessoas que buscavam expandir os espaços de habitação na cidade e em terras que não cumpriam função social

e que eram territórios de práticas de atos ilícitos à margem da rodovia municipal Engenheiro Fernando Guilhon. De início, essa organização foi pensada visando atuação na ocupação Vista Alegre do Juá, mas, recentemente, tem expandido sua atuação para além dessa ocupação, fortalecendo a mobilização de pessoas para irem atrás de seus direitos, lutando em prol de uma condição digna de moradia na cidade de Santarém. A chegada de infraestrutura e de serviços fez com que o mercado imobiliário local inflasse e os valores dos imóveis e aluguéis se elevassem, tornando-se cada vez mais distante da população mais pobre e excluída do acesso à terra e a casa própria.

Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas de 2016 a 2019 na ocupação Vista Alegre do Juá. Este estudo objetiva analisar a luta pela terra e moradia do MTLM e as formas resistências territoriais dos moradores da ocupação urbana frente aos agentes hegemônicos na cidade de Santarém/PA, região oeste do Pará, Amazônia brasileira. Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessária revisão teórica-conceitual do tema pesquisado, visitas *in lócus* aos moradores da ocupação, conversas informais e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os membros do MTLM. O uso de gravador de voz nas entrevistas foi fundamental. Nesse sentido, a atuação do MTLM na cidade de Santarém, por meio de suas lutas sociais tem se manifestado como um movimento de luta por terra e por moradia, luta esta que é necessária para garantir a reprodução social dos sujeitos no território.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A produção do espaço urbano pode ser entendida a partir de vários níveis da realidade, na qual se destacam a sociedade, como sujeito da ação consciente; o Estado, representante da dominação política; o capital, com suas estratégias e articulações econômicas; e os sujeitos sociais, com suas necessidades/desejos voltados para a realização da vida humana, ligados a uma prática socioespacial real, que se realiza na produção dos lugares num espaço-tempo determinado, enquanto processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade, do espaço e de suas contradições (CARLOS, 2011).

Outro aspecto do espaço urbano abordado por Corrêa (1989), é que ele vem a ser o reflexo da sociedade, como um espelho, trazendo à tona a desigualdade social existente, característica própria do espaço urbano capitalista, além disso, vem a ser mutável e ao mesmo tempo complexo, desenvolvendo-se de acordo com a dinâmica da sociedade. O espaço urbano também pode ser condicionante social, através do desempenho das formas espaciais na reprodução das condições de produção e das relações de produto. Assim como, um conjunto de símbolos e campos de lutas, visando o direito à cidade de forma digna e igualitária para todos.

A cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (aquelas produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade). Nessa perspectiva, a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social – produzindo um espaço ao longo do processo histórico. A cidade é o “lugar do possível”, na medida em que reúne todos os níveis da realidade e da consciên-

cia, os grupos e suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas sociais, a vida cotidiana e a festa, ou seja, o lúdico (CARLOS, 2007).

A cidade também pode ser compreendida como o espaço da luta, percebida através das condições de reprodução humana, da resistência e dos movimentos sociais (CARLOS, 2007). Nesta concepção de cidade como espaço da luta, encontram-se os sujeitos que são excluídos da sociedade e que por meio dos movimentos, tornam-se sujeitos que produzem seu espaço possuindo forças suficientes para estabelecerem sua própria organização social. Por vezes essa organização própria (autonomia) acaba sendo classificada como “contra a ordem”, mas não no sentido exato do termo, que é aquele no qual os movimentos exigem e lutam pelos seus direitos no sistema hegemônico, mas, acabam sendo vistos como “contra a ordem” no sentido pejorativo, como se estivessem reunidos com o único objetivo de fazer “baderna”.

Os movimentos sociais têm um papel extremamente importante na ampliação e acumulação de forças e experiências. Eles têm colocado em xeque na cidade as contradições geradas pelo capitalismo, bem como as formas de entendimento sobre a cidade. Num primeiro momento a luta é para suprir necessidades básicas – o que implicaria a melhoria da vida cotidiana; num segundo momento a luta assume uma dimensão política mais ampla, a do direito de cidadania, do direito à cidade, num novo patamar de reprodução da vida (CARLOS, 2003; 2007).

As organizações de movimentos sociais urbanos, de acordo com Souza (2012), planejam suas intervenções no espaço urbano visando à territorialização de espaços, planejam várias ações que demonstram as práticas de elaboração de geoestra-

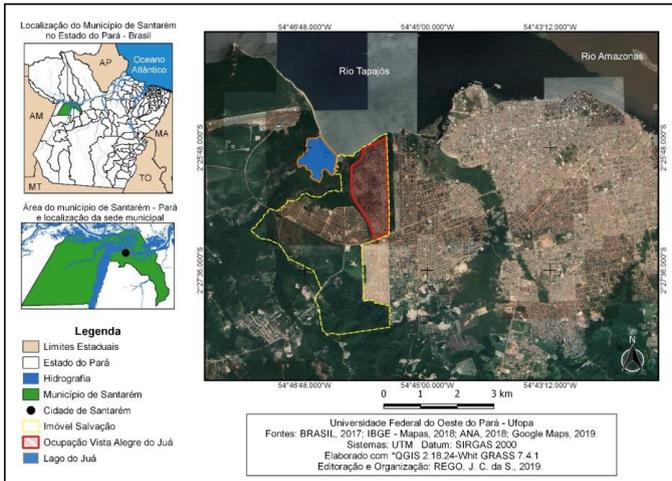
tégias e táticas espaciais. Os ativismos e movimentos sociais possuem um potencial de (auto)transformação e ação social.

Para Souza (1988), um ativismo de bairro passará a ser um movimento de bairro quando ampliar seus horizontes de protesto para além dos limites do bairro e de suas restritas preocupações, articular-se com outros ativismos e, ao mesmo tempo, manter o bairro e o urbano como referenciais políticos e afetivos fundamentais na luta por uma vida mais digna, ou por outra sociedade. Ou seja, quando este transcender (sem desprezar) os limites do bairro, percebendo as comunidades de interesses que costuram bases sociais de diferentes bairros irmanadas pela segregação social materializada no espaço. Nestas circunstâncias, não estaremos diante de uma simples luta de bairro, mas de uma luta a partir do bairro, ou mesmo, de uma luta a partir também do bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação Vista Alegre do Juá é localizada na Rodovia Municipal Engenheiro Fernando Guilhon, zona oeste da cidade, e à margem do Lago do Juá, afluente do rio Tapajós. Localiza-se também em terras que pertenciam à propriedade Imóvel Salvação, a qual possui evidentes irregularidades na estrutura de sua cadeia dominial e em sua titulação, derivada de mudanças sem causas específicas dos limites da área da gleba Mojuí dos Campos (Figura 1).

Figura 1: Localização da ocupação Vista Alegre do Juá na cidade de Santarém-Pará



Fonte: REGO, Jacilene Cleice da Silva, 2019.

Neste sentido, a ocupação Vista Alegre do Juá, na cidade de Santarém, por meio da ação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia, e enquanto local de atuação de ‘agentes sociais excluídos’, resiste em meio a fatores que dão o real significado a esse termo usado por Corrêa (1989), pela retenção das ferramentas necessárias para a sobrevivência, tais como moradia, infraestrutura, saneamento básico, transporte, entre outros direitos básicos que asseguram um mínimo de qualidade de vida e que não lhes foram oferecidos.

Estima-se que, na ocupação, residem aproximadamente 8.000 habitantes, em uma área de 500 metros de largura e 2.000 metros de comprimento. Todo o processo de ocupar a área e de organizar o lugar dividindo ruas e lotes se deu por meio do MTLM, organização criada em 2011 por um grupo

de pessoas que se dispuseram a estar à frente da ocupação, representando-a em suas reivindicações e luta pela implementação de políticas públicas no território (REGO, 2019).

A ocupação Vista Alegre do Juá é uma característica da cidade como luta, discutida por Carlos (2007) como sendo percebida pelas condições de reprodução humana, das resistências e dos movimentos sociais. Esse conceito é bastante expressivo quando entendido a partir das reivindicações que são feitas pelo MTLM na cidade de Santarém, uma vez que a luta não é apenas pela moradia digna, mas também por condições dignas de moradia. No que se refere às formas de resistências territoriais colocadas em prática pelo movimento, evidencia-se:

É fazendo as nossas manifestações, fazendo... indo pra cima das autoridades, porque hoje as autoridades só querem dar direitos aquelas pessoas que têm um poder aquisitivo maior, esquecendo aquelas pessoas do subúrbio né, que não tem uma qualificação adequada pra ter uma moradia digna. Então, nós vamos pra cima, fazemos manifestações, chamamos a atenção das autoridades, para que eles possam olhar com olhar mais carinhoso né, com mais franqueza para as pessoas que necessitam e o movimento chama a atenção dessas autoridades do município através dos nossos eventos, movimentos, é.. que a gente vai pras nossas ações, vamos pra frente da prefeitura, vamos pra frente dos órgãos competentes que respondem pela gestão da cidade né (Entrevistado A em 28/05/2019).

O espaço da ocupação Vista Alegre do Juá foi modelado por um dos principais agentes sociais, os grupos sociais excluídos. A produção desse espaço adveio de vários fatores em

destaque: o alto valor financeiro para se obter a casa própria; a falta de renda mensal fixa para se pagar o aluguel de um imóvel; o êxodo rural, dentre outros. Em vista disso, a população buscou ocupar um espaço, produzindo-o conforme sua necessidade, criando uma forma de resistência e, também de uma estratégia de sobrevivência, em meio a uma sociedade formada por diferentes classes sociais.

O lugar de estudo exemplifica diretamente o significado da diferenciação entre lugares (CARLOS, 2007), tendo em vista que a ocupação Vista Alegre do Juá possui em seus limites territoriais, grandes empreendimentos voltados atender as demandas do sistema capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES

Ao iniciar um processo de ocupação e organização em movimento, cristaliza-se a territorialização da luta por terra e por moradia. Essa é uma das estratégias encontradas pelas populações excluídas, pois não há espaços para moradia nas cidades para àquelas pessoas sem condições de comprar sua casa própria e que são desprovidos do acesso às políticas públicas, que perante a lei garantem boas condições sociais, mas que na realidade não passam de palavras escritas. Ao darem início ao processo de ocupação, os membros do MTLM construíram a partir das relações existentes, o seu próprio território pelo qual lutaram e continuam a lutar pela sua (re)existência, territorializando-se na cidade que foi basicamente construída para o capital por meio de enfrentamentos, no embate que havia até pouco tempo com a empresa do ramo imobiliário Sisa Salvação-Ltda que se diz proprietária do lugar ocupado e contra as lacunas sociais (inexistência de políticas públicas) deixadas pelo Estado.

A luta por terra e por moradia é uma luta válida e necessária frente ao capital hegemônico e espoliador, uma vez que as políticas desenvolvimentistas foram pensadas para a Amazônia e colocadas em prática por meio de intervenções no território, como a construção de estradas e a implantação de projetos econômicos, abrindo espaço para transformações socioespaciais que são prejudiciais para as territorialidades e as práticas sócio-espaciais das populações que habitam as cidades da Amazônia. Essas ações hegemônicas ocasionaram não somente problemas ambientais, mas, também nas cidades. A expansão urbana da cidade de Santarém seguiu a lógica imposta pelo Estado e muitas mudanças ocorreram e continuam acontecendo até os dias atuais.

REFERÊNCIAS.

CANETTIERI, Thiago. O debate sobre as ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. **Revista E-metrópolis**, nº 29. Junho de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 7. ed.—São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **Santarém: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 160 p. Belém, 2014.

REGO, Jacilene Cleice da Silva. **A territorialização das lutas e (re)existências do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM) na cidade de Santarém-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação. 105f, Santarém, 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais

libertárias dos movimentos urbanos. In: **CIDADES, Revista Científica**. Grupo de estudos urbanos. Presidente Prudente, SP: Editora Outras Expressões. v. 9, n. 15, 2012.

ANÁLISE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA VERA PAZ EM SANTARÉM- PARÁ NO CONTEXTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE 2018

Jarleane Maria de Castro Caetano

Acadêmica do Curso de Gestão Pública e Desem.Regional da UFOPA

E-mail: dbicastro009@gmail.com

Edcley de Sousa Guimarães

Acadêmico do Curso de Gestão Pública e Desem.Regional da UFOPA

E-mail : edcleysousa8@gmail.com

José Henrique de Jesus Pinto

Acadêmico do Curso de Gestão Pública e Desem.Regional da UFOPA

E-mail: jbj.pinto@gmail.com

Lauro Victor Campos Bezerra

Acadêmico do Curso de Gestão Pública e Desem.Regional da UFOPA

E-mail: campos.lauro1007@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo relatar as demandas dos representantes dos bairros que compõe a grande área da Aldeia, referente suas reivindicações solicitadas perante a revisão do plano diretor de 2018, sobre políticas urbanas para o sítio arqueológico da Vera Paz e verificar se o poder municipal de Santarém, desenvolveu ações necessárias para preservação e conservação da área arqueológica. Por seguinte, foi investigado como a legislação ampara e protege os sítios arqueológicos, com objetivo de resguardar e preservar o patrimônio cultural de Santarém.

Palavras-chave: Sítio Arqueológico, demandas, Santarém.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração a grande preocupação que as lideranças dos bairros em preservar e conservar o espaço e de pesquisadores em salvaguardar os últimos resquícios da ocupação dos índios tapajós naquela área é importante que haja ações voltadas ao desenvolvimento da ciência e o estímulo a pesquisa. Vale ressaltar que essa preocupação se consolida através de muitos anos, devido à negligência do poder público em trabalhar em políticas públicas de conservação cultural, tendo em vista que a cidade de Santarém em especial a área da Aldeia está passando por um processo de modernização.

Partindo do princípio do processo de transformação da cidade (ampliação e construção de novos armazenamentos de grãos da empresa Cargill), essa preocupação de estudo se configurou através da reivindicação em torno da preservação de sítio arqueológico em especial ao que se encontra na antiga praia da Vera Paz. Com isto, “a valorização e preservação de tais fragmentos são de grande importância” (SOUZA⁵ 2012; FUNARI 2005).

O Objetivo Geral deste trabalho é analisar se as demandas de preservação do sítio arqueológico da área da Vera Paz apresentados pela população na audiência pública do plano diretor em 2018, foram implementadas e se não foram, por quê?

⁵ SOUZA, Danuza Mayara, GGPR Aplicado à arqueologia nas áreas do porto da Cargill (Santarém/PA) e no Palacete Faciola (Belém/PA) 2012.p,12 Disponível:

A metodologia aplicada no processo de elaboração desse trabalho pode ser apresentada em três aspectos distintos: I) na escolha do tema para a elaboração do artigo; e II) levantamento bibliográfico de dados primários e secundários em torno da temática; e III) visita de campo (estudo empírico).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo como base teórica o livro “*Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia*”, um estudo que foi desenvolvido pela Anne rapp Py-Daniel, Karl Arenz, Claide de Paula Moraes, Vitoria dos Santos Campos, Mauricio Rebelo Criado (2017). O município de Santarém sempre foi um local privilegiado para as ocupações humanas.

Na área urbana da cidade, temos uma situação geográfica muito favorável. Então essas situações ambientes, certamente foram muito importantes para atrair os humanos desde muito cedo para esta região”. Dessa maneira:

A arqueologia mostra que os humanos estavam aqui desde períodos muito mais antigos que o dos Tapajó. Talvez esses povos mais antigos sejam seus ancestrais, mas os materiais que foram encontrados para estes momentos anteriores são muito diferentes das cerâmicas Tapajônicas conhecidas. (DANIEL; ARENZ; MORAES; CAMPOS; CRIADO, 2017, p.10)

As leis de preservação e conservação de sítios arqueológicos são essenciais para proteção e manutenção identitária dos povos. Dessa forma, conforme a lei N° 3.924, de 26 de

julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pre- histórico:

Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Por fim, salientamos que no município de Santarém é pautado no plano diretor de 2018, objetivos relacionados a área do patrimônio arqueológico. Dessa forma, é possível identificar no Artigo 104, IV:

IV- Garantir instrumentos legais para a preservação dos sítios arqueológicos do município de Santarém

Então salienta-se que diante das leis de proteção aos sítios arqueológicos, é preciso se questionar se essas políticas públicas estão sendo obedecidas e executadas de acordo com as leis vigentes. Desse modo, se faz necessário uma investigação empírica para responder a assertiva anterior, com intuito de esclarecer aos cidadãos sobre os fatos apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação às demandas da audiência pública (plano diretor) realizada em 2018, tendo como foco principal a preservação e conservação do sítio arqueológico de Santarém situado no bairro Aldeia, fomos a campo investigar se as mesmas estão sendo cumpridas ou se estão em processo de andamento, mas não obtivemos êxito na catalogação do material neces-

sário para discussão sobre as políticas de preservação e conservação dos sítios arqueológicos da área da antiga praia Vera Paz, tendo em vista que o bairro da Aldeia não há associação de moradores ou um representante que conseqüentemente tivesse participado da audiência pública.

Outra forma da investigação foi através de pesquisas, resultados de projetos e estudos no local, encontramos então um estudo realizado Denise Maria Cavalcante e José Gouvêa Luiz que trabalha os “Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR”.

Por meio da leitura, identificamos que o Sítio Porto assim conhecido o local da Vera Paz, compreende aos domínios do bairro do Salé enquanto o bairro da Aldeia constataria outro sítio arqueológico que alcançaria os bairros: Aldeia, Fátima, Santa Clara e Centro. Tendo conhecimento deste fato, procuramos então a Paróquia de Santo Antônio, uma referência para busca de informações, foi nos repassado que o bairro do Laguinho assim conhecido à localidade, tem sua Associação e que passou diversos anos em luta com a Empresa Cargill pelo espaço da Vera Paz, pois ali se encontrava um local de lazer dos moradores do bairro do Laguinho e atrativo para a população Santarena.

Desta maneira, tivemos a oportunidade de conhecer o representante da AMBAL (Associação de Moradores do Bairro do Laguinho) o Sr. Jurandir Azevedo, ele nos esclarece que antigamente o local era espaço de lazer para práticas de esporte, pois o local mantinha mais de três campos de futebol além da própria praia na qual reunia vários familiares e proporcionava eventos beneficentes e comenta também a oportunidade de geração de renda para os moradores do bairro ao produzirem vendas de comidas e bebidas

CONCLUSÃO

Atualmente são registrados dois sítios arqueológicos na área urbana de Santarém pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional) e isso é uma situação única, portanto, apesar das leis existirem para proteger a história e cultura de um povo, mesmo assim ainda não são suficientes para manter essas memórias e vestígios vivos.

Os impactos que os sítios arqueológicos vêm sofrendo na área urbana do Município de Santarém tem sido de grandes proporções, o Sítio Porto ou antiga Vera Paz é possível se perceber que não há nem uma preocupação do poder público municipal em esclarecer devidos impasses ocorridos e o que acontece atualmente é a degradação de um espaço que carrega uma rica história do município que poderia ser compartilhada por gerações. Propomos mostrar que isso é um caso a ser revisto na Gestão Pública do município a ponto de trazer debates e discussões que possam desenvolver ações que revitalizem espaços em especial a Vera Paz estimulando a criação de novos projetos e estudos na área da arqueologia com o auxílio do Poder Municipal no intuito de estimular uma ciência que mostra cada vez mais nossas riquezas em culturas, histórias e tradições.

Vimos através do desenvolvimento do artigo, mostrar um descaso das autoridades em relação ao sítio arqueológico da Vera Paz, dando prioridade para os grandes empreendimentos, sem levar em conta as consequências de uma perda histórica, não só para o bairro da Aldeia, do Lagunho e do Salé, mas também para todo contexto histórico da cidade de Santarém. É preciso pressionar as autoridades responsáveis para que haja de fato uma responsabilidade com esse espaço,

atendendo as demandas da população, agindo conforme a lei estabelece, para que assim possamos incentivar a importância da arqueologia na educação, na universidade, no ensino, na pesquisa.

REFERÊNCIAS

SANTAREM. Prefeitura Municipal de. **Relatório da audiência pública de revisão do plano diretor de Santarém 2018**. Disponível: http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=86. acessado no 17\10\2019

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**, Gráfica Tia-gão- 3ª Edição – P 544, Santarém- Pará 1999

SOUZA, Danuza Mayara, **GGPR aplicado à arqueologia nas áreas do porto da cargill (Santarém/PA) e no palacete faciola (Belém/PA)**. ACESSADO NO SITE: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50593594/gpr-aplicado-a-arqueologia-nas-areas-do-porto-de-cargill-e-no-palacete-faciola>

DANIEL, Anne rapp Py; ARENZ, karl; MORAES, Claide de Paula; CAMPOS, Vitoria dos santos; CRIADO, Mauricio Rebelo. **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da arqueologia – Belém, 2017**. Disponível : https://www.researchgate.net/publication/322831855_Uma_Santarem_mais_antiga_sob_o_olhar_da_Arqueologia . Acessado em 25/10/2019

BRASIL. Lei de Crimes Ambientais. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acessado no 21/10/2019

SANTARÉM. **Minuta do projeto de lei de revisão do plano diretor de santarem**. Disponível: http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=86. acessado no 21\10\2019

UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE BELTERRA, PARÁ.

Kaio Mathaus Silva de Almeida

Acadêmico do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento

Regional da UFOPA

Email: mathauskaio@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar aspectos relevantes da História de Belterra, a ênfase será contar sua história começando pela sua fundação em 1934 como tudo aconteceu, sua emancipação política e a situação do agronegócio referente ao plantio de soja. Para isso foi feito um levantamento bibliográfico através da pesquisa bibliográfica sobre a sua história, visita técnica ao município para observações das práticas históricas, sociais e comunitárias da região, e realização entrevista com representante do Memorial de Belterra. Com os resultados temos um olhar mais crítico da compreensão dos fatos ocorridos.

Palavras-chave: História. Belterra. Emancipação. Agronegócio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado em virtude de analisar todo o contexto sobre a história do município de Belterra,

desde sua implementação no modelo de Henry Ford, até a sua emancipação política. Dessa forma, o método de pesquisa para elaboração deste trabalho foi de cunho bibliográfico juntamente com pesquisa de campo e entrevistas.

Por seguinte, dentro desta análise de pesquisa o interesse pelo estudo firmou-se nos obstáculos que Belterra enfrentou até ser emancipada e a necessidade da realidade política em que está se encontra. Enquanto Belterra continuava negligenciada pelo Governo Federal, permanecia presa ao subdesenvolvimento, o que ainda é uma realidade neste Município.

Então no decorrer desse trabalho pesquisamos a fundo a questão do agronegócio na região e sua implicância com comunidade local, tanto que foi nesse momento de expansão agrícola que surge cooperativas de resistência com afincos de mostrar que existe outras possibilidades de forma sustentável, como por exemplo: agricultura familiar. É algo desafiador abordar sobre aspectos históricos principalmente quando fazemos a partir de entrevistas com moradores e leitura de grandes autores, que retratam detalhes históricos no contexto político, econômico e cotidiano de um dos mais recentes municípios do Pará.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando foi fundada a cidade de Belterra, a mesma assumiu a forma de uma empresa; para que os empregados se alojassem na cidade, ela foi dividida em 5 vilas, conforme Pereira, (2011): *A Vila Americana* onde os americanos ficaram para coordenar o projeto. Neste Vilarejo havia espaço para uso exclusivo para a prática de esportes, jogado aos domingos, como na praça principal, o Club House para festas, músicas

e beber uísques. A Vila Mensalista era habitada por trabalhadores mais especializados envolvidos nos cargos de chefia, e alguns exerciam atividade de administração, de hospital. Na *Vila Operária* eram trabalhadores com alguma especialização, na mecânica, marcenaria, carpintaria e os tratoristas. Na *Vila Viveiros I e II* ficavam aqueles que cuidavam de mudas de seringa. Na *vila 129* eram os trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no projeto.

No decorrer do desenvolvimento, a cidade de Belterra se deparou com diversas personalidades que contribuíram para sua formação, frisamos a importância dos principais autores do desenvolvimento que retratam a luta do povo belterrense em busca de conquista e progresso através das expectativas deixadas pelas atividades de cunho econômico, proporcionado desde sua criação. Desta forma, tendo como base o “Inventário Turístico de Belterra” (2017, p.134)

Henry Ford

O fundador de Belterra (1934\1945). A produção em série, implantada pioneiramente por Ford na indústria automobilística, foi a grande alavanca da produção industrial moderna. Henry Ford nasceu em Wayne Country, Michigan, Estados Unidos, em 30 de julho de 1863. Aos 16 anos mudou-se para Detroit. E fundou em 1902 a companhia Henry Ford em que um ano depois lançava com grande sucesso seu primeiro modelo[...].

Almir José de Oliveira Gabriel

Governador que sancionou a Lei da Criação do Município, nasceu em 18 de agosto

de 1932, em Castanhal, Estado do Pará, foi secretário de Saúde do Estado no Governo de Alacid Nunes, Prefeito da Capital, nomeado pelo governador Jader Barbalho, fazendo uma excelente administração. Eleito Senador da República pelo PMDB em 1982[...].

Oti Silva Santos

Autor do Projeto de Emancipação e Prefeito de Belterra, Paraense, nascido a 28 de Março na Fazenda Cacaual Grande, Município de Monte Alegre e Belterrense por opção de Decreto Legislativo.[...]. Em 1987 foi escolhido pelo Governador Hélio Gueiros para importante cargo de Líder do Governo durante a Constituinte paraense. Em 1989 apresentou o Projeto de Lei, visando à criação do município de Belterra, como alternativa para resgatar o desenvolvimento da cidade fundada por Henry Ford, que agonizava [...]

Podemos elencar que existia nesta cidade um outro projeto de grande importância, como por exemplo a plantação e produção da soja, com o objetivo de buscar o desenvolvimento para a região, mas o que trouxe foi uma grande divergência entre os atores envolvidos, conforme Pereira,(2011, 2012, p. 209):

O que pensam os “de fora” sobre os de “dentro”

Nesta seção examinamos duas entrevistas com produtores de soja que tem propriedades em Belterra – um paraense e um gúcho, a fim de analisar os sentidos que os

mesmos produzem sobre a vida social do lugar. Em ambos os casos, a prática agrícola é definida como “primitividade”, “uma agricultura fracassada”, que “não sabe nem pra que rumo ir”, uma vez que não tem dinheiro, sementes, fertilizantes e maquinária[...].

O que pensam os “de fora” sobre os de “dentro”

A população local apresenta os produtores de soja como os responsáveis pelo desmatamento na cidade e pela mudança do clima. “Gaúchos” e “sojeiros” são os termos de nomeações destes. Embora existam produtores de soja paranaenses, matogossenses, catarinenses, gaúcho é o termo de classificação operado pelos moradores da cidade para os “de fora” que produzem soja. Pessoas que moram nas proximidades das plantações relatam doenças respiratórias em adultos e crianças, mau cheiro e moscas que invadem as residências. Também identificam os mecanismos de sedução de famílias para a venda da terra, como oferta de dinheiro, carros e motos.

Então o que se pode analisar diante dos fatos apresentados anteriormente é um conflito de ideias, na qual, cada ator defende seu ponto de vista, sendo que para apaziguar os animos seria melhor o dialogo aberto entre os envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o fracasso das plantações de seringa em Fordlandia, Henry Ford buscou outro lugar para que seu projeto fosse adiante. Várias expedições foram feitas até encontrar um lugar conhecido como Bela Terra. Nela havia Terra Preta, solo fértil bem como foi o que ajudou na escolha do local. Belterra é rica em terra preta, as características de relevo também são adequadas para a plantação de seringas e fácil acesso através do rio para o escoamento da produção viabilizou o projeto. Bela Terra foi cedida pelo governo brasileiro à companhia Ford. Resaltamos que 2.500 acres da vegetação do local foram derrubados para dar início o processo de implantação do projeto Ford. Os primeiros operários foram contratados em 1934, ocorreu a limpeza dos seringais a construção de casas e o hospital, sua arquitetura foi inspirada em construções do modelo americano, alguma delas permanecem intactas pois hoje elas são patrimônio histórico. Henry Ford nunca veio a Belterra, mesmo havendo uma casa construída para ele pois tinha medo de doenças tropicais. A produção e exportação de látex era uma fonte de lucro, porém com o surgimento da borracha sintética e o baixo custo da mercadoria no continente asiático, o cenário mudou. Os investimentos em Belterra perderam sentido e a companhia Ford desistiu do seu projeto. Belterra foi reapossada pelo governo brasileiro em 1945.

A emancipação de Belterra aconteceu no dia 29 de dezembro de 1995. Essa ideia já era desejada pela população. Em 1980 o delegado administrado da base física de Belterra, em um dos seus relatórios enviados ao Ministério da Agricultura atestou que a solução para os problemas administrativos seria a emancipação. Em 1991 é redigido pela comissão de divisão de administração um relatório objetivando a criação do mu-

nicipio de Belterra e que faria limite com Sanatrem, Aveiro e Rurópolis. Em 26 de dezembro de 2018 a Câmara Municipal de Belterra aprovou e sancionou a lei nº 272 que dispõe sobre o novo Plano Diretor no município.

Com relação a soja a partir dos anos 2000 os produtores tiveram grandes incentivos fiscais para comprar grandes lotes de hectares em Belterra cujo solo é bastante fértil. Com a implementação do agronegócio houve desavenças com a comunidade local, pois não houve geração de empregos como prometeram os produtores e os mandatários da região. De fato houve um crescimento econômico mas só as pessoas envolvidas nessa atividade econômica e empresas que exportam, no caso da Cargil Agrícola S.A se beneficiaram. Enquanto que em Belterra não havia nenhum desenvolvimento que melhorasse a qualidade de vida da população.

CONCLUSÃO

É importante o entenedimento de fatores políticos, econômicos, ambientais e históricos para a formação de Belterra. São evidências dadas como marcas principais para a composição da organização estrutural do município como já mencionado. O Projeto de Henry Ford foi o início de uma possibilidade de haver um período de desenvolvimento e esperança para aquela região que almejava crescimento econômico e a visão de um futuro próspero.

Os resultados foram esperados e não obtidos como o representante do Memorial da cidade explicou. Ele comenta que a existência de muitos obstáculos atrasavam o progresso, condição geográfica, acesso a Belterra, lucro dividido de forma desigual. Atualmente fazemos parte desta história, vivenciamos

Belterra conquistando passos de forma independente, com a consagração da emancipação em 1995, possibilitou a criação do Plano Diretor em 2018 visando um desenvolvimento para garantir a melhoria na qualidade de vida da população. Portanto, nos motivamos a contribuir com o município através de bases históricas auxiliando na formulação de conhecimento para futuras gerações.

REFERÊNCIAS.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Estatístico: Belterra 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas>. Acesso no dia 22/10/2018

BELTERRA, Blog Asdecon. Acessado no Site <http://asdecon.blogspot.com/> em 16 de outubro de 2018.

Historia de Belterra. Acessado do site <https://pt.wikipedia.org/wiki/Belterra#Historia>, no dia 15 de outubro de 2018.

BELTERRA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT -**Inventário da Oferta e Infraestrutura Turística de Belterra**. Coordenadoria de Turismo: Atualização 2017. 149- páginas. Acessado no site:<http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventariobelterra1.pdf>, no dia 22 de outubro de 2018.

PEREIRA, José Carlos Matos; LEITE, Mária da Silva Pereira. **A "fala do desenvolvimento" em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização**. 2011. 207 f. acessado no site: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/579> no dia 09 de fevereiro de 2019.

FROTA, Joacy Gomes Figueira, MENEZES, Wellinton Alian Rodrigues. **A Trajetória de Emancipação de Belterra e as Representações de Moradores Locais acerca da Política**. Universidade Estadual Vale do Acaraú 2007, Santarém PA.

EIXO: POLÍTICAS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

**Figura: Aspecto da rodovia Santarém – Curuá Una em
Santarém (PA)**



Foto: Márcio Benassuly, 2019.

AS FORÇAS PERIFÉRICAS NAS FRANJAS DO CAPITALISMO: UM TERRITÓRIO INSURGENTE E AUTÔNOMO NA AMAZÔNIA?

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel⁶

Boa tarde!

Primero gostaria de agradecer o convite e a oportunidade única de debater com meus pares que discutem território e políticas públicas em um tempo e espaço tão significativos para a nossa sociedade. Estamos no final do primeiro ano do Governo Bolsonaro que coroou um projeto proto-fascista com requintes de maldades e perseguições aos de “baixo”, especialmente aos do campo. Em um território de povos que resistem pelo menos 518 anos bravamente ao projeto moderno-colonial, o Oeste do Pará. Imperialismo que nunca se fez de rogado em lançar mão de regimes de exceção quando seus privilégios são ameaçados. Tanto no que se refere a colonialidade interna ao estado nacional quanto externamente a ele.

O tema proposto para a mesa versa basicamente sobre o território e a questão agrária. Vendo o perfil mais geográfico de meus colegas aqui no debate vou optar em fazer uma discussão entorno dos limites e potencialidades da estratégia

⁶ Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG/UEPA. Coordenador do Curso de Geografia da UEPA. Integra o Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA e o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Camponato – LEPEC/UFPE. Militante da Federação Anarquista Cabana – FACA e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM.

territorial como proposta jurídico-formal para os povos do campo e seu rebatimento na questão agrária, especialmente na amazônica. A estrutura de minha fala tem como recorte temporal 2012 aos dias atuais. Escolhi esta escala de tempo porque quero dialogar com principais eventos que se desenrolaram com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 passando pelo golpe jurídico-parlamentar midiático deferido em 2016 e os cenários que se avizinham para o rural com a vitória eleitoral do fascismo no Brasil.

Iniciar falando que Junho de 2013 não começou em 2013 e também não começou no espaço das cidades brasileiras, apesar de seu desenrolar ter sido nelas. Criou-se uma cultura urbanocêntrica de análise que privilegia as cidades como o grande palco de transformações sociais. O que não é verdade. Já que temos pelo menos 450 anos no Brasil de ruralidades profundas. As Jornadas de Junho de 2013 começaram em novembro de 2012 quando o Povo Munduruku se antecipa espacialmente saindo de sua bacia hidrográfica, o Tapajós, e se soma ao Povo Kaiapó, na bacia do Xingu para fazer frente a construção da UHE de Belo Monte. Dois povos historicamente inimigos que, na ameaça em comum, resolveram fazer um grande acordo político de resistência para barrar o grande projeto energético. Infelizmente a hidrelétrica saiu no Governo Petista da Dilma mas o conjunto das obras projetadas foram impedidas, pelo menos parcialmente. Já que o plano da Eletronorte era estender a construção das UHE's para bacia do Tapajós com a construção de, pelo menos, quatro grandes barragens. A esse momento se somam a construção de grandes greves nos canteiros de obras dessas barragens com a destruição de suas máquinas. Um verdadeiro movimento neo-ludista no interior da Amazônia e em pleno século XXI. Movimentos paredistas com radicalidade das lutas com es-

estratégias de ação direta foram vistos nas barragens de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Após essa ambientação no rural amazônico, uma espécie de esquentão, se desenrolou no restante do Brasil as Jornadas Urbanas de 2013.

Como destaque e aprendizado deste momento quero apontar dois fatos. O primeiro sobre a incrível capacidade de deslocamento das territorialidades para além do substrato material físico do território com antecipação do *front* no interior da fronteira apresentando uma nova característica das sociedades no limite da lógica capitalista – seu caráter não linear e involutivo. O segundo fato é constatar que a uma grande parte da esquerda institucional, especialmente a petista, não apostou nas ruas e nas ocupações que estavam acontecendo no campo por desconfiarem e estarem receosos em desestabilizar o Governo “popular” e, por isso, naquele momento não entraram na disputa que estava sendo travada contra setores reacionários e fascistas que já naquele período mostravam para o que vieram – disputar as consciências para canalizar posteriormente em futuros pleitos eleitorais.

Falado isso gostaria agora de me remeter a ideia de território como instrumento de emancipação e autonomia dos povos no campo. Uma estratégia territorial colocada em prática desde o final do século XX no Brasil. Alguns cientistas sociais recentemente apontam para o esgotamento da estratégia territorial como alternativa a essa mesma emancipação e autonomia. Gostaria de problematizar esta arguição a partir de alguns exemplos empíricos de luta que vem se desenvolvendo na Amazônia. Basicamente, tais experiências se relacionam a clivagens territoriais que autores como Freiser (2012), Acselrad (2013) e outros estão chamando de luta pela terra e luta pelo território como novas faces de luta no campo brasileiro.

Destaco aqui pelo menos quatro tipos experiências e aprendizados territoriais constituídos a partir da sócio-diversidade no campo brasileiro e amazônico. O primeiro deles é a forma assentamento rural. O segundo os territórios remanescentes de quilombos. O terceiro sobre os assentamentos agroextrativistas dos povos ribeirinhos. O quarto a luta pela autogestão nos territórios indígenas com especial atenção para os Ka'apo na fronteira do Pará como o Maranhão. Todas essas objetivações de poder no espaço se remetem ora a uma disputa pela terra como recurso econômico e distributivista. Ora como território de reconhecimento e de identidade. Do ponto de vista geográfico situam-se na fronteira amazônica em tempos-espacos diferenciados muito embora, em várias situações, possam aparecer e se localizar como territórios limítrofes.

a) A TERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos, como uma encruzilhada social que conforma diferentes territorialidades, são o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas, ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicas, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Simultaneamente, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

Geralmente sua origem remonta a processos de acampamento onde a lógica autogestionária é o tom da dinâmica da organização do território. As professoras leigas tomam conta do cuidar cotidiano da educação. As curandeiras do cuidar cotidiano da saúde física e espiritual. O velho camponês auxilia, através de seu saber agrônômico, os mais novos na lida da roça. Todo processo organizativo gira em torno da perspectiva coletivista de produção do espaço. Quando o estado lança sua malha programada e institucionaliza o território os processos desqualificadores se instalam, a exclusão se estabelece porque no lugar da professora leiga vem o corpo docente da secretaria municipal. No espaço da curandeira o médico alopata da secretaria municipal de saúde se estabelece acompanhado das denominações oficiais das igrejas monoteístas. O velho camponês com seu saber é marginalizado em função dos pacotes tecnológicos da revolução verde trazidas pelos recém-formados jovens das faculdades de ciências agrárias. Um processo reclassificador perverso que se assemelha as ações desterritorializadoras.

No contexto da fronteira, essas famílias assentadas são migrantes não apenas na própria geração, mas trazem consigo na “bagagem”, como uma espécie de herança, o componente atávico desse fenômeno. Desde os avós, passando pelos pais até chegar à geração atual. Nesse sentido, as redes de parentesco e de comunicação são indicadores importantes para a compreensão das territorialidades dos assentados.

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside a minha preocupação de análise. A condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante a reprodução, portanto, a territoria-

lização, por vários motivos. Listaremos dois deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado à extração mineral e atividades econômicas no assentamento.

Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata à pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade de familiar. A composição das famílias no campo é numerosa, em média cinco filhos por unidade. Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso do Sudeste do Pará). O balanço da equação é insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo a partir da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado é o deslocamento, mais precisamente a migração forçada, dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a esse tipo de extração sofrem com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas. A dinâmica intensa de crescimento (em média 50 famílias chegam por semana no município) requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos, sem falar

do processo de dependência e de especialização imposto para as camponesas e os camponeses por esse tipo de atividade. O desafio da nova geração, portanto, pode ser entendido como o mesmo desafio da anterior: assegurar a própria sobrevivência e reprodução, garantir a permanência ou o retorno à posse da terra e do tempo, nem que para isso seja preciso novamente migrar, nem que para isso seja preciso uma vez mais cumprir o atavismo de ir-se na tentativa de voltar – à condição de camponês.

b) A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO – AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO E A AFIRMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE COLETIVA

A história do negro no Brasil é marcada por profundas desigualdades econômicas, políticas e sociais. Com a Constituição de 1988, criaram-se mecanismos que possibilitam a reivindicação no nível institucional do acesso à terra por populações que se auto identifiquem quilombolas. Foi a partir desse período que se delimitou temporalmente a presente análise, no intuito de demonstrar como a conquista de leis e diretrizes jurídicas funcionou como estrutura de oportunidades políticas a esse grupo social.

Para conquistarem direitos historicamente negados, os quilombolas têm utilizado a identificação coletiva à sua mobilização, o que permite que se acionem enquadramentos institucionais e que se lute por demandas no âmbito burocrático. Entretanto, a identidade não se limita a esse aspecto, pois necessita de fortalecimento. Tal construção passa pela recuperação de tradições locais e africanas, construídas como símbolos

ou eventos, que almejam valorizar a imagem do “ser quilombola” e demonstrar as injustiças comuns ao grupo social.

O processo de identificação quilombola permite compreender, assim, alguns dos mecanismos pelos quais os atores coletivos engajam-se em mobilizações. Estas, em vez de serem determinadas por condições estruturais, normalmente restritas analiticamente a conflitos entre classes antagonicas, são possibilitadas por meio da criação, reinvenção e revalorização de práticas culturais. De forma mais ampla, pode-se afirmar que a eficácia dos movimentos sociais não resulta apenas de ações objetivas, mas do fortalecimento do envolvimento subjetivo de seus integrantes.

Em suma, a identificação quilombola possui simultaneamente um caráter estratégico, simbólico e cognitivo. As emoções são acionadas para potencializar ações racionais, deliberadas e repensadas de como fortalecer suas demandas. Como resultado, atrai-se um número crescente de jovens que passam a se orgulhar da identidade que assumem, atuando junto aos mais velhos nas ações coletivas. Com isso, aspectos culturais e políticos associam-se, e a identidade funciona como ponto aglutinador das mobilizações dos atores sociais, que reivindicam, entre outros direitos, os títulos definitivos de seus territórios, determinado pelo Ministério Público Federal para que sejam entregues até abril de 2020 e abril de 2022, respectivamente, às comunidades que já possuem ou não seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em Salvaterra no Marajó.

Embora a luta pelo território tenha sido iniciada há mais de dez anos em algumas comunidades, nenhuma conseguiu sua titulação definitiva até o momento. Somente duas obtiveram a publicação do seu RTID e onze têm apenas a certidão

de autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares, documento que as permite dar início ao pleito. O processo mais avançado é o de Bacabal, que conseguiu o decreto de desapropriação para regularização de terras em 2015, mas ainda aguarda a titulação. Em linhas gerais, a morosidade é um dos principais obstáculos enfrentados pelos quilombolas de Salvaterra e, simultaneamente, um dos fatores que os motiva na busca pelo fortalecimento da sua identidade e pela manutenção da sua mobilização.

Por fim, a combinação teórica aqui utilizada pode oferecer subsídios para a compreensão das lutas de uma parcela considerável dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, que têm como vetor estrutural de suas conquistas o controle do território. Nesse sentido, destaca-se a relevância de considerar os meios pelos quais os atores se engajam nas mobilizações coletivas e fazem com que isso ocorra, como:

a) a criação de repertórios próprios e a resignificação de antigos, agora com maior ênfase na revalorização da sua cultura; b) a edificação de quadros, capazes de direcionar a atenção dos grupos sociais à necessidade de combater problemas a eles comuns, inclusive por meio da reivindicação de uma pedagogia própria à sua realidade; c) e a formação de um espírito coletivo, não só entre os moradores das comunidades, mas mediante o fortalecimento de organizações representativas a nível supralocal, como a Malungu. A experiência dos quilombolas é capaz de realçar, ademais, tanto a influência de Estruturas de Oportunidades Políticas para o surgimento dos movimentos sociais quanto a necessidade destes se reinventarem e se manterem em constante mobilização para que possam de fato alcançar seus objetivos.

c) OS POVOS RIBEIRINHOS E OS ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS

Durante nosso percurso pesquisa pudemos observar comunidades ribeirinhas no baixo tocantins, na região das ilhas de Abaetetuba no Pará. Suas estratégias de reprodução social, portanto, territoriais de fricção a partir das contingências colocadas pela plutocracia. Uma delas é utilizar a dinâmica da natureza a seu favor e a mobilidade do trabalho como um recurso fundamental. Observamos também que o componente fundiário é um elemento central que precisa ser resolvido. A superposição de territórios e de suas respectivas instituições coloca a territorialização desses ribeirinhos em risco. Já que os respectivos órgãos (INCRA/ITERPA) ficam num jogo de partilha de competências o que prejudica o acesso às políticas públicas por parte dessas comunidades. Este elemento rebate na dimensão econômica do território. As linhas de crédito e a assistência técnica as comunidades estudadas dependem dessa segurança fundiária.

Diante dos problemas enfrentados, ribeirinhos r-existem através de ações que resgatam e reafirmam sua lógica territorial. Seja através do incentivo de práticas de roçado, plantação de essências florestais e frutíferas, ou mesmo com o manejo de açaí, agora não mais como monocultivo, associando com miriti e jucati. Do ponto de vista fundiário os trabalhadores conquistaram reservas ecológicas no interior dos assentamentos, como na Ilha do Capim e no PAE Santo Antônio II, com a produção camponesa-ribeirinha. Ação bem-vinda aos olhos desses trabalhadores, mas que ainda revelam a insuficiência diante da realidade e tendência a chegada de novos empreendimentos e projetos voltados à atual dinâmica de mercado – capitalismo – que requer e ocasiona mudanças a nível sociocultural.

A dinâmica de mercado recai sobre aspectos até então implícitos num primeiro olhar: a (re) produção da vida ribeirinha e sua valorização para os indivíduos que seguirão após esses trabalhadores que vivem no contexto atual de chegada e atuação “inicial” dos agentes externos. Além de constatar o que já é observado em outras comunidades na Amazônia sobre a chegada de empreendimentos capitalistas, com espoliação da produção e mão-de-obra desses trabalhadores.

Um novo desafio territorial se instala na região. O dever dessas comunidades acaba sendo provocado por um novo vetor de produção de grãos que estabelecem as hidrovias como seu principal de escoamento. O que irá aumentar os fluxos de embarcações grandes, graneleiras, apresentando um novo risco a reprodução material e subjetiva a essas comunidades. Mas esse é um assunto para novos empreendimentos de investigação e de lutas dessas comunidades ribeirinhas.

d) A AUTO-DETERMINAÇÃO DOS TERRITÓRIOS KA'APOR E SUA LUTA PELA AUTOGESTÃO DOS TERRITÓRIOS

O povo ka'apor, povo guerreiro, é oriundo do grande grupo Tupi. Desde tempos imemoriais se territorializaram entre o Médio Xingu e Baixo Tocantins. As frentes de expansão do Estado brasileiro, materializadas em um colonialismo interno, em conjunto com conflitos inter-étnicos resultaram em um longo processo de migração e deslocamentos forçados deste povo do estado Pará para o Maranhão.

Atravessaram o Rio Tocantins, passaram pelo Rio Acará-Mirin, deslocaram-se pelo Rio Guamá e Rio Capim até chegarem no Rio Coaraci. Enfrentaram batalhas com não-indígenas e agentes do Estado até chegarem no seu território atual

entre o Rio Turiaçu e Rio Gurupi, noroeste do maranhense. Hoje contribuem para manter viva uma das últimas áreas de floresta primária na Amazônia Oriental. Sua população total é hoje de 1.900 indígenas distribuídos em 17 aldeias e numa série de áreas de proteção ambiental criadas em função da ação de madeireiras. Seu território é de 530.524 hectares sobrepostos em 06 municípios. Fronteiras políticas administradas e criadas pelos brancos em função de suas disputas político-econômicas que não levou em consideração as territorialidades precedentes do Povo Ka'apor.

Em 1977 inicia-se o processo de demarcação de seus territórios. Foi concluído em 1979. E só homologado em 1989. Mas, por conta do processo de grilagem de terras e de políticas sistemáticas de violência que foram submetidos os Ka'apor grandes extensões de terra foram excluídas da demarcação beneficiando projetos agropecuários e madeireiros na região.

Desde o período de sua homologação o Estado Brasileiro levou seus agentes para dentro do território para iniciar a política do “amansar” para “integrar”. Levando ações que ameaçam sistematicamente o povo e o seu território. Desde os chamados “projetos produtivos” que procuram inserir o Povo Ka'apor nos circuitos produtivos da economia capitalista procurando um “lugar na produção” para eles transformando-os em pobres. Até “planos de manejos” de roças grandes, inserção da cultura de pastos e o estímulo a venda ilegal de madeira.

Em meados de 2007 o Povo Ka'apor começou a se visitar, se reunir, conversar sobre seus problemas em comum. E através de atividades de educação e valorização da sua cultura começam identificar situações adversas que tem ameaçado a voz do seu povo no seu território e a necessidade de resis-

tência através da retomada dos rituais ou valorização de sua educação. Lideranças de seu povo realizam visitas nas aldeias e paralelamente ações de vigilância no seu território. Este processo se intensifica em 2013. Em setembro de 2017 na margem direita do Rio Gurupi, um grupo de indígenas Ka'apor se envolvem num grande conflito com madeireiros, fecham o primeiro ramal destes sujeitos que contrabandeavam toras.

Desde então iniciaram uma longa jornada de vigilância no seu território. Em função disso em 2014, Aldeia Yparenda é invadida, com agressões e tiros. Foram baleados 08 guardas florestais Ka'apor. Em fevereiro de 2015 os Ka'apor criaram 7 áreas de proteção. Em Abril desde mesmo ano Euzébio Ka'apor é assassinado. Posteriormente, em dezembro de 2015, quando os guardas florestais trabalhavam para apagar incêndios criminosamente provocados por madeireiros são surpreendidos com ataques resultando no baleamento de dois indígenas seguidas por uma nova invasão de aldeia. Em fevereiro de 2016, Iruna Ka'apor é sequestrado por madeireiros e nenhum órgão do estado conseguiu até hoje encontrá-lo.

Durante o ano de 2016, através de órgãos do Estado, investem na divisão de lideranças para facilitar a invasão do território pelos madeireiros e projetos de “desenvolvimento” da região contando com a anuência e convivência de agentes públicos. Em função desses ataques de madeireiros e fazendeiros com anuência do Estado brasileiro, o Povo Ka'apor decide radicalizar sua organização política e criam um Conselho Gestor de seus territórios com sete lideranças indígenas fazendo valer o princípio de sua auto-determinação e estão construindo a autogestão de seu território cujo a palavra de ordem maior é a autonomia.

e) A CONCEPÇÃO PERIFÉRICA SOBRE AS FORÇAS POR TRÁS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – UM TERRITÓRIO INSURGENTE NO CAMPO BRASILEIRO?

É comum dentro de uma concepção vanguardista a visão de que devemos levar os preceitos (muitas vezes europeus) de transformação social para os povos do campo – sejam eles indígenas, quilombolas ou camponeses. Uma rápida revisão de experiências na América Latina confirma tal hipótese. A experiência cubana, a construção dos zapatistas no México, as guerrilhas camponesas na Colômbia e o Sendero Luminoso no Peru são empirias que podemos destacar nesse processo.

Entretanto, o que muitas vezes se oculta nesses esforços “iluministas” de *levar os princípios da revolução* para esses grupos sociais é a existência do perigo de *levar o fermento e eles chegarem como o bolo pronto*. Utilizo este recurso da metáfora (e já peço perdão por isso) para dizer que o que era considerado *revolucionário* nas teorias críticas europeias, nas comunidades rurais já se praticava a partir do seu espaço vivido no cotidiano banal, o qual vão desde as relações no interior da unidade familiar até relações mais amplas na labuta com a terra e nas suas relações diretas com a natureza. O que chamaríamos de inovador entre os humanos europeus não passa de práticas repetidas na Amazônia há, pelo menos, nove mil anos. Daí reside a falsa assertiva de afirmar a Amazônia como um espaço natural já que a imensa hiléia amazônica nada mais é mais do que resultado de milênios de manejo agroflorestal dos povos originários.

Esta advertência se justifica para esclarecer que em minha fala o objetivo não é apresentar as ferramentas libertárias para “encontrá-las” no horizonte camponês. É ao contrário.

É entender como, na dinâmica desses grupos sociais, os princípios até então pregados no arsenal doutrinário da teoria revolucionária podem ser encontrados nas práticas de resistência histórica desses povos. A autonomia, a autogestão, a ação direta, as solidariedades orgânicas e as relações diretas com a natureza são elementos que fazem parte da práxis dos grupos camponeses desde tempos imemoriais.

Em nosso entendimento, o elemento que soldará as quatro realidades territoriais aqui expostas, em contextos sócio-espaciais e temporais tão diferenciados, é uma concepção de mudança social que tem por base uma estratégia a qual privilegia a lógica periférica própria do instrumental do socialismo revolucionário forjado ao longo de pelo 150 anos de lutas sociais no campo. Tal concepção se assenta na noção de que qualquer centralidade deva ser destruída buscando as forças da periferia para eliminação do centro. Ao falarmos isso temos como referência o quadro de uma expansão capitalista para campo, portador da centralização na cidade como um espaço privilegiado de vivência e de proletarização da força de trabalho. Este aspecto da Questão Agrária vem se intensificando há pelo menos dois séculos. Junto com essa concepção periférica se forja uma estratégia territorial cujo a espacialização se desenvolve nas fronteiras do capital, nas brechas deixadas pela lógica de acumulação espoliativa.

Tendo como base a reflexão de Rudolf Jong (2008) a concepção marxista ortodoxa de matriz leninista sempre privilegiou o centro como instrumento – seu modelo é sempre um centro: Estado, Partido ou Exército. Para eles a revolução é, antes de tudo, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, que traz a lógica da produção de um novo centro para utilizá-lo como instrumento para a construção de uma nova socie-

dade. Para a leitura dos socialistas libertários o centro deve ser destruído imediatamente e qualquer tentativa de reconstruí-lo depois de um processo revolucionário deve ser combatida. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os revolucionários devem tentar evitar a criação de um novo centro. A perspectiva, então, sempre foi orientada para a periferia.

Logo, falar em periferia é ir em busca das franjas do sistema capitalista. Desenvolver luta social em suas fronteiras agrárias de expansão como práticas insurgentes sempre compôs as estratégias libertárias. Neste sentido, o campesinato, do mesmo modo que o conjunto dos povos tradicionais, se converte em sujeitos estratégicos de transformação social porque reside em tempos-espacos pré-capitalistas e portadores de uma potência anti-capitalista. Na Rússia revolucionária do *Mir* ou na Amazônia dos Assentamentos Rurais - PA's signos estruturantes da futura sociedade com justiça e igualdade sempre foram observados. A busca constante por autonomia, o trabalho familiar e coletivo frente ao assalariamento e propriedade individual da terra, o apoio mútuo nos momentos claudicantes da vida na roça, a valorização da educação e dos processos formativos como ferramenta para emancipação, a busca constante por tecnologias apropriadas ao ambiente e a unidade familiar de produção foram algumas das características comuns observadas nos lugares em questão apresentados aqui nesta exposição oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. IN: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, 318p.

FRASER, Nancy. **Igualdade, Identidade e Justiça Social**. Le Monde Diplomatique, junho de 2012, p. 34-35.

JONG, Rudolf. **A concepção libertária de transformação social**. São Paulo: Fâisca/ITHA, 2008.

OS GRANDES PROJETOS NO MÉDIO RIO TAPAJÓS (PA) E A RESISTÊNCIA TRANSLOCAL⁷

João Elbio de Oliveira Aquino Sequeira, UFOPA.

Doutor em Relações Internacionais (UnB)

E-mail: joaoelbio@gmail.com

RESUMO

A região do médio rio Tapajós é historicamente povoada por indígenas e comunidades tradicionais, que resistem aos interesses de exploração dos recursos naturais nos territórios que ocupam. Para a proteção de suas terras, tais povos buscam apoio de organizações não governamentais nacionais e internacionais, comunidade epistêmica, Igreja, empresas e atores dentro do próprio Estado. Nessa configuração, indivíduos trabalham nacional, regional e internacionalmente sobre um assunto, unidos por valores compartilhados, em um discurso comum, e intercâmbios densos de informações e serviços, sendo a pauta a possibilidade de consulta e decisão dos grandes projetos no médio rio Tapajós, devido aos conhecidos impactos socioambientais. Tendo como ponto de partida a teoria da Rede de Ativismo Transnacional o

⁷ A pesquisa faz parte de um longo estudo desde a Dissertação do Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Pará no ano de 2014 intitulada “*A rede de ativismo transnacional contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*” até os recentes resultados levantados na tese de Doutorado Interinstitucional entre a Universidade Federal do Pará e a Universidade de Brasília em Relações Internacionais defendida no dia 04 de julho de 2019 com o título “*Mobilização Transnacional pelos povos da floresta – entre rios, gabinetes e cortes: o caso das usinas hidrelétricas no médio rio Tapajós (PA)*”

objetivo da pesquisa é identificar as principais estratégias utilizadas pela rede translocal diante a restrição do Estado brasileiro aos direitos de vida e território dos povos da floresta do médio rio Tapajós. O resultado da pesquisa demonstra diferentes formas de atuação dos povos da floresta diante o Estado brasileiro que restringe e nega direitos. Conclui-se que a atuação protagonista dos povos é essencial para elaboração e novas estratégias de resistência.

INTRODUÇÃO

A região do médio Tapajós tem despertado o interesse e o avanço de diversas fronteiras do capital como agronegócio e grandes empreendimentos. É um local onde existem povos, inclusive milenares, que extraem diretamente da natureza sua principal fonte de sobrevivência. Conforme normas nacionais e internacionais são conhecidos como povos tradicionais⁸. Possuem culturas e visões distintas, mas utilizam os recursos naturais de forma semelhante, por isso, aqui chama-

⁸ Existe debate quanto ao denominá-los de povos, comunidades ou populações. Debate enriquecedor, mas que para os propósitos da pesquisa recebe aresta a partir de uma norma *bottom up* resultante da luta pelo reconhecimento, anotada na Constituição Federal de 1988 e no Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007, ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo em seu Art. 3º, I que povos e comunidades tradicionais são grupos diferenciados culturalmente e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Terminologia semelhante utiliza a Convenção 169 da OIT que associa a tradição de tais povos às suas atividades, terras, técnicas e práticas. Os povos e comunidades tradicionais residentes na Bacia Hidrográfica do Tapajós incluem etnias indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas e outras comunidades rurais.

dos de povos da floresta. Estão categorizados em três grupos: os indígenas Munduruku, os beiradeiros de Montanha e Mangabal e os ribeirinhos de Pimental, São Francisco e São Luiz do Tapajós. Tais povos passaram a contar com ONGs nacionais e internacionais, sindicatos, setores da Igreja, comunidade epistêmica, Ministério Público Federal, dentre outros atores, em prol da manutenção de suas formas de vida contra a construção de barragens hidrelétricas no médio rio Tapajós e outros projetos que afetam a região.

Apenas a análise da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia já seria possível traçar importantes conclusões dos fortes impactos socioambientais causados pela matriz energética nesse importante bioma do planeta, assim como o modelo pensado pelo Estado brasileiro por meios dos Projetos de Aceleração do Crescimento (PAC) em diferentes fases nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Ocorre que tais empreendimentos nunca estão isolados, sempre havendo interesse na exploração de alguma *commoditie*. No caso em análise, o maior impulsionador do interesse hidroenergético e outras infraestruturas é a expansão da exploração da soja no oeste paraense.

O Brasil exporta, segundo Escher *et. al.* (2018, p. 325), 60% da sua soja por rodovia, 30% por ferrovia e 10% por hidrovia. O custo por tonelada desembolsado pelo produtor para exportar os grãos na Argentina e nos EUA é de US\$ 20, enquanto no Brasil é de US\$ 92. O uso do modal hidroviário no transporte de cargas, hipoteticamente, representaria uma redução nos custos de 44% em relação ao ferroviário e de 84% ao rodoviário.

Além de ser uma continuidade geográfica do Mato Grosso a região do Tapajós possui um corredor hidroviário que

aproxima o Brasil do mercado que mais cresce no mundo. O avanço da agricultura de soja na região Centro-Oeste e Oeste do Pará nos últimos vinte anos, fez com o que o governo implantasse o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), que previu até 2023 o escoamento da soja do Norte do Mato Grosso pelo porto de Santarém, pois se seria mais barato que pelo porto de Santos (Morales et al., 2013).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A área das Relações Internacionais nasceu da análise da relação entre Estados soberanos. A ideia de uma rede de atores surge a partir da relativização do poder do Estado como único ator capaz de tomar decisão política. Há uma difusão deste poder (Nye, 2012) para organismos intergovernamentais como as instituições de Bretton Woods e a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa difusão aliada à multiplicidade de atores (inclusive indivíduos) seria capaz de atribuir nova significação das relações entre atores nas escalas local, nacional e internacional. Outra interpretação vislumbra diferentemente o processo, enxergando que o Estado sequer relativiza esse poder, sendo a ideia de uma sociedade civil global uma retórica que reforça o poder estatal. A globalização seria o fortalecimento do poder de dominação do capital por meio de diferentes mecanismos.

A pesquisa vislumbra a perspectiva em considerar a existência de uma relativização do poder do Estado; e, a partir da leitura de rede de ativismo transnacional de Keck e Sikkink (1998) atores compartilham ideias e valores comuns, principalmente aos temas relacionados aos direitos humanos e meio ambiente. Analisando a atuação dos povos médio Tapajós, houve a necessidade de ampliar o conceito para estratégias

políticas translocais, pois diante de um contexto de estruturas e mecanismos democráticos doméstica e internacional aparentemente abertos, estão fechados na prática, logo, os povos buscam táticas locais, demonstrando que é possível ter um protagonismo decisional, estratégico e atuante coletivamente.

O termo “translocal” é oriundo da teoria feminista de Alvarez (2009) que define translocalidade vinculando geografias de poder em várias escalas (local, nacional, regional, global) a posições de sujeitos (gênero/sexual, étnico-racial, classe etc.) com o objetivo de incluir as diversas latinidades feministas a partir de uma perspectiva decolonial.

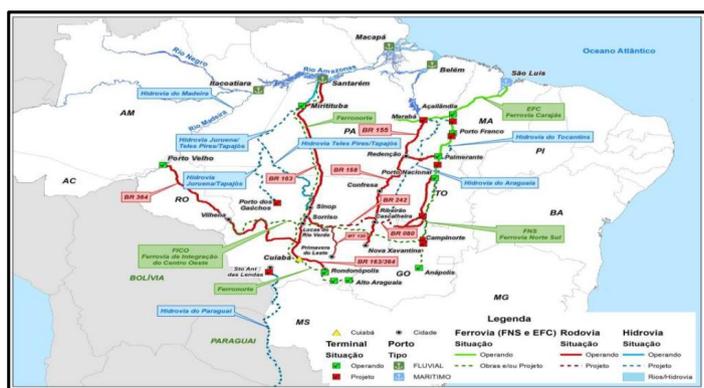
RESULTADO

O Arco Norte segundo Rodrigues (2017, p. 09) é um projeto do Estado brasileiro em sinergia com setores empresariais do agronegócio composto pelos eixos Tapajós, Madeira, Leste e São Luiz para corredores de exportação de grãos. O objetivo é assegurar as condições necessárias para instalações logísticas: 1) Pavimentação de estradas, construção de hidrovias e ferrovias; 2) financiamento público-privado; 3) incentivos fiscais e energéticos; 4) dispositivos jurídicos que possibilitem a ampliação da chamada segurança jurídica; 5) viabilidade (ou flexibilização) do licenciamento ambiental; 6) qualificação de mão de obra.

A região não é pensada isoladamente, mas como parte de um todo da exploração e escoamento da soja, e assim há o planejamento/execução da pavimentação de rodovias, construção de hidrovias, estações de transbordo, portos e ferrovias. Passa a ser uma espécie de extensão da economia do Estado do Mato Grosso, conhecida pela exploração graneleira

ao mesmo tempo conta com as características de rios com alta capacidade de navegação e exploração energética. A seguir o mapa com as principais obras em andamento ou em planejamento de integração da região ao centro-sul do país.

Mapa 1. Obras de Infraestrutura de integração Norte/ Centro-Sul



Fonte: IMEA, 2019.

Ocorre que todo esse emaranhado logístico causam ou causarão impactos socioambientais. Há uma herança da UHE Belo Monte que faz o Estado brasileiro ter diferentes formas de lidar com os impactos, a depender da esfera em que está situado. As promessas de energia barata para povos da região, desenvolvimento e usinas plataformas de pequeno impacto são retóricas difíceis de serem sustentadas. O Estado modificou estratégias como convencimento antecipado dos benefícios das UHEs misturado a uma racionalidade de atuação e pressão de cerramento de estruturas de oportunidades políticas e jurídicas (Sequeira, 2017) em três esferas: **(1)** Internacional – Diplomacia e Força do Estado; **(2)** Nacional – Desmon-

te das estruturas de oportunidades; **(3)** Repressão e controle social. Tal fechamento impôs aos povos do médio Tapajós estabelecer táticas de enfrentamento com intuito de reabrir as estruturas domésticas e acessar as estruturas internacionais.

As estratégias dos indígenas do Alto Tapajós e do Movimento *Iperêg Ayũ* são muito importantes para a resistência dos povos do Médio Tapajós. Foram estratégias de antecipação, como ocupação de canteiros de obras e tentativa de diálogo com políticos em Brasília, que fortaleceram demandas que seriam essencialmente do Médio Tapajós, como a construção dos aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Outro fato que faz enxergar de forma conjunta Alto e Médio Tapajós é como os povos passaram a se perceber como um só em um só território. Os beiradeiros de Montanha e Mangabal que são do Médio Tapajós e sequer tinham aproximação com os Munduruku, passaram a lutar ao lado dos Munduruku do Alto Tapajós, estabelecendo uma aliança nunca vista, ou até mesmo imaginada.

Os exemplos de Política estratégica translocal encontrados em ordem cronológica foram: a) Ocupação do escritório do Consórcio Construtor da UHE Belo Monte; b) utilização de cartas para se comunicar; assembleias.; c) Impedimento do Processo de Licenciamento; d) Ocupação dos canteiros de obras de Belo Monte acompanhadas de cartas informativas; g) Ocupação do prédio público; h) Autodemarkação das terras; i) Mapeamento da Vida; j) Protocolos de Consulta.

A compreensão pelos Munduruku do modelo burocrático das etapas do Planejamento Hidrelétrico foi essencial para estabelecer estratégias de confronto, o que também foi determinante para elaboração de uma pauta diante a pressão do

Estado que começou etapas do empreendimento sem as devidas consulta e consentimento livres, prévios e informados.

DISCUSSÕES

A pesquisa propõe alguns debates relevantes de natureza acadêmica e social. A primeira delas estaria em indagar se seria possível replicar as ações de sucesso dos povos do médio rio Tapajós a outros casos de resistência a grandes projetos elaborados pelo Estado. Foi possível observar que algumas alianças entre os povos do médios rio Tapajós foram essenciais para um protagonismo essencialmente local.

Outra discussão que demanda tempo de observação é identificar até que ponto a resistência dos povos do médios Tapajós estão sendo capazes de influenciar as políticas do Estado. A mudança de governo com a presidência de Jair Messias Bolsonaro empossado em janeiro de 2019 sinalizam recrudescimento na criminalização de movimentos sociais e descumprimento das pautas nacionais e internacionais em respeito ao meio ambiente e povos originários. Outras estratégias se fazem necessárias diante um cenário cada vez mais desfavorável a rede de ativismo translocal.

CONCLUSÃO

A não continuidade da construção da UHE São Luiz do Tapajós, embora possua outros dois importantes motivos de natureza fático-legal (razões técnicas e jurídicas contidas no arquivamento do licenciamento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e político-econômica (crise econômica, peso político da construção de outras usinas hidrelétricas e a Operação Lava Jato), não é

possível descartar a campanha translocal dos povos do médio rio Tapajós. A teoria da rede de ativismo transnacional instrumentaliza teoricamente a observação das ações de protesto autônoma dos povos acompanhada de estratégias políticas e pautas jurídicas; participação para além das cortes e do processo pelo Ministério Público Federal; mobilização estratégica de recursos para utilização de normas domésticas e internacionais como a autodemarcação e o protocolo de consulta; a mobilização de recursos internacionais (*top down*) e ação engajada local (*botton up*); atuação das ONGs internacionais do norte mobilizando recursos ao invés de centralizar as ações em detrimento de ONGs, movimentos sociais e povos do sul global.

As ONGs internacionais do norte global recebem novas funções não menos importantes de mobilização de recursos financeiros, humanos, comunicacionais e de infraestrutura. É uma tendência que a dependência estratégica dos movimentos sociais do sul global diminua. Mas é um grande avanço existir táticas genuinamente pensadas pelos povos do médio rio Tapajós, a partir do local. O protagonismo assumido principalmente pelos Munduruku, que não foi algo ensinado ou orientado, mas algo próprio de sua cultura e cosmovisão somando ao contato do internacional com o local do saber indígena proporcionou um outro modelo, algo pouco frequente em redes de ativismo transnacional.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 17, n. 3, p. 743-753, Dez. 2009.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo Rodrigues Fernandes. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. p. 289-336. *In: JAGUARIBE, Anna (org.). **Direction of Chinese Global investments: implications for Brazil.*** Brasília, FUNAG, 2018.

IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária). **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso.** 2019. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/R405_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_MT_e_Outlook_Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics.** Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MORALES, P.G.D; D'AGOSTO, M.A; SOUZA, C.D.R. Otimização de rede intermodal para o transporte de soja do norte do Mato Grosso ao porto de Santarém. **Journal of Transport Literature.** Vol. 7, n. 2, pp. 29-51, 2013.

NYE, Joseph. **O futuro do poder.** Benvirá, 2012.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **Portos no rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?** Rio de Janeiro, IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas), 2017.

SEQUEIRA, João Elbio de Oliveira Aquino. **A rede de ativismo transnacional contra a construção da Usina Hi-**

drelétrica de Belo Monte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2014.

SEQUEIRA, João Elbio de Oliveira Aquino. Estruturas de Oportunidade Legal dos movimentos anti-barragens no Pará. **Revista Direito & Práxis.** vol.8, n.1, p. 474-506, 2017.

SEQUEIRA, João Elbio de Oliveira Aquino. **Mobilização Transnacional pelos direitos dos povos da floresta** – entre rios, gabinetes e cortes: o caso das usinas hidrelétricas no médio rio Tapajós. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Y. A. Inoue. Brasília: UNB, 2019. 316 fls.

RESILIÊNCIA RURAL: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS LOCAIS DA COMUNIDADE DE JACAMIM, SANTARÉM (PA).

Bruna Gabrielle Fernandes Cunha, UFOPA.

E-mail: bruna.fercunha@outlook.com

Elenice Azevedo da Silva, UFOPA.

E-mail: elenicea_cardoso@yahoo.com.br

Leandro Lemos Esquerdo, UFOPA.

E-mail: leoo8esquer@gmail.com

Antônia Maria Uchôa Pereira, UFOPA.

E-mail: cidadania.belterra2013@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca trazer compreensões e amplificar a visão simbólica dos espaços urbano e rural, a partir da análise das demandas locais da Comunidade do Jacamim propostas no Plano diretor de Santarém, e a negligência do governo em não atender essas demandas. Mas, é importante analisar também que a introdução de políticas públicas no meio rural, transformou o homem do campo e proporcionou melhor qualidade de vida. Na forma em que esse processo, ressignifica o espaço, e consegue quebrar o pensamento de que o campo é sinônimo de atraso.

Palavras-chave: rural; Jacamim; Plano diretor; ressignifica

INTRODUÇÃO

Diante das diversas transformações ocorridas nos espaços (urbano e rural) se faz necessário compreender de que forma os diferentes atores sociais são beneficiados pelo governo em relação a garantia de direitos fundamentais. Essa dificuldade, é de maior alcance no meio rural. Por isso, este trabalho tem por objetivo analisar as propostas no Plano Diretor de Santarém, realizado em 2017, feitas pela comunidade do Jacamim de acordo com suas demandas, atrelando-as ao contexto das políticas rurais e de que forma essas transformações ressignificam o meio rural.

Para a elaboração deste trabalho foi necessário não só as orientações do professor em sala de aula da disciplina de Gestão do espaço urbano e rural e pesquisa bibliográfica para elaboração do referencial, bem como foi necessário a realização de visita no local para reconhecimento da área e dos atores e em seguida uma reunião realizada com a presidente da associação e as agentes de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para abranger a temática acerca da comunidade de Jacamim, será apresentado três bases teóricas: a primeira refere-se a discussão da ressignificação dos espaços urbanos e rurais; a segunda abordará sobre o Plano Diretor; e, por fim, o debate das políticas públicas e sua interação com o meio rural.

Muito se discute sobre as definições do que é urbano e do que é rural, isso por que, segundo Carneiro (1998) as relações sociais e de trabalho no campo mudaram, e isso transformou o entendimento do urbano e do rural para uma percepção simbólica desses espaços, tendo em vista que estes não repre-

sentam mais, realidades distintas. Dessa forma, o espaço rural sofreu uma ressignificação no qual “o campo não é mais o mesmo pois deixou de ser predominantemente rural” (BISPO; MENDES, 2010, p. 1) e adotou características urbanas. Portanto, Carneiro (1998) adverte sobre as dificuldades cada vez maiores para delimitar uma fronteira entre a cidade e o campo, a partir da análise de que a sociedade rural passou a exercer atividades econômicas características do urbano e o próprio hábito cultural tem sido afetado. Diante disso, seria necessário, [...] “pensar o espaço rural com suas particularidades e multifuncionalidades, [...] isto é, uma inter-relação de fatos, ações, reflexões e caminhar para uma concepção híbrida de espaço” (NETO; FRANÇA, 2010, p.19).

A partir disso, faz-se necessário um alinhamento dos conhecimentos, de forma que haja um reconhecimento dos espaços rurais. E para isso, a criação do Plano diretor como instrumento de gestão e interação entre governo e sociedade, sendo sua principal finalidade, a de orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Buscando compreender a importância do planejamento para as áreas rurais observou-se que a Constituição Federal, no capítulo III, trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, nos artigos 184 a 191, estabelecendo instrumentos para a garantia, de direitos e deveres no que tange as áreas rurais.

Para a eventual concretização das demandas propostas no Plano diretor, o passo seguinte é a implementação de políticas públicas que fará jus a função social do estado e garantia dos serviços básicos a população. A política pública conforme Secchi (2013, p.2) é “uma diretriz elaborada para enfrentar

um problema público” nascendo sob a ótica de um problema a ser resolvido, logo, podemos dizer que são existentes nesse processo dois elementos: intencionalidade pública – que se refere a razão pela qual a política pública será estabelecida, e resposta a um problema público – que, necessariamente, é a resolução do problema coletivo (SECCHI, 2012).

Contudo dentro do processo de formulação e elaboração de políticas públicas há um grande jogo de interesse dos atores políticos que se relacionam com o problema, por isso deve haver intensa participação da sociedade com intuito de ajustar a implementação das políticas com as necessidades reais da população, havendo o estabelecimento de prioridades, objetivos e metas para essas pelo fato de haverem um grande número de demandas (DIAS; MATOS, 2012).

Os estudos atuais envolvendo política pública e o meio rural trazem mais um panorama de políticas desenvolvimentistas ao rural do que a própria discussão da aplicação de políticas públicas no rural, como por exemplo, saúde, educação e infraestrutura, o que acaba impossibilitando a resolução das perguntas. De certa forma, para Ruiz e Gerhardt (2012), a participação social e a sua relação com a cidadania e saúde são como um conjunto de prestações e contraprestações, as políticas públicas têm sido importantes para a fixação da cidadania no meio rural ao possibilitarem a busca pela cobrança ao Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade do Jacamim está localizada as margens da Rodovia Curuá-Una (PA 370) km 20, planalto, possui em média 677 famílias e conforme a definição de Veiga (2004)

a densidade demográfica dessa região a classifica como zona rural e a difere da urbana. Ainda que aquele espaço tenha sofrido uma ressignificação o qual adotou características urbanas. A partir de reunião realizada no dia 09 de outubro de 2019 com as agentes de saúde e a presidente da Associação de Moradores, Marilzete Mota, algumas discussões sobre as demandas encaminhadas ao Plano diretor realizado em 2017, foram feitas. Algumas dessas demandas, ainda são pautas para reivindicação da comunidade, como a falta de acostamento e a de iluminação pública, e este último precário tanto na rodovia quanto nos ramais. Sendo que essas demandas, ocasionam diversos problemas: como o aumento no número de acidentes e assaltos, associados a falta de sinalização na pista, etc. Dessa forma, pode-se auferir que essas demandas, e muitas outras, propostas no Plano Diretor em 2017 ainda hoje continuam pendentes.

A comunidade do Jacamim apresenta algumas características rurais, como por exemplo, a criação de animais para o próprio consumo (galinhas, pato, peru, porco, etc), bem como plantações de pimenta, banana, hortaliças, entre outros. Contudo, essas atividades vêm perdendo força na comunidade, pois muitos moradores preferem ir até a cidade de Santarém e comprar nos supermercados do que ter o trabalho de plantar e criar animais nos quintais. Diante disso, pode –se observar, claramente, que a comunidade do Jacamim é um espaço híbrido, pois, segundo Rua (2005) a expansão da urbanização nas áreas rurais passa por um processo de transformações, mas sem que isso seja dado como uma destruição do espaço rural e sim como uma difusão de urbanidades nesse espaço. Essa ideia de hibridez, ultrapassa a dualidade entre campo e espaço e cria novos espaços com essa heterogeneidade, reforçando a identidade local.

CONCLUSÃO

A construção dos espaços híbridos, é resultado da relação entre cidade/campo integrado ao poder hegemônico capitalista que trouxe com a modernidade, marcada por revoluções como a industrial, a técnico-científica, a revolução verde, modificações no papel exercido nessas espacialidades a partir do ator social nela inserido. Na comunidade do Jacamim não é diferente, contudo, há uma dinâmica bastante contraditória, na qual êxodo urbano e rural estão presentes. Pois, muitos jovens que moram lá estudam ou trabalham em Santarém, bem como pessoas que nasceram nessa comunidade e saíram para buscar oportunidades, retornaram para viver da aposentaria no seu lugar de origem. Essa valorização do espaço rural, como lugar tranquilo, pacato, próximo da natureza, resulta numa ressignificação em que mesmo esse espaço adotando algumas urbanidades não deixou de ter sua identidade local.

Quanto a questão de políticas públicas pôde-se observar que de nada adianta a entrada dos problemas na agenda se não há uma efetivação de fato de projetos por parte do governo. A entrada das demandas na agenda é de suma importância, mas precisa ser alinhada ao próprio interesse de quem as institui para que haja sua implementação e não um engavetamento de problemas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 de out de 2019.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out, 1998. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

DIAS, R.; Matos, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012. v. 1. 264p.

NETO, E.Q.; FRANÇA, B.L.P.O. Espaços híbridos: as tessituras dos múltiplos contextos do rural e do urbano. In: **Congresso Brasileiro de Organização do Espaço**. X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 2, n. 02, p. 45-65, jul. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611/3610>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato; GERHARDT, Tatiana Engel. Políticas públicas no meio rural: visibilidade e participação social como perspectivas de cidadania solidária e saúde. **Physis** (UERJ. Impresso), v. 22, p. 1191-1209, 2012.

SECCHI, L. . **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2a edição. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. v. 1. 184p.

A COMUNIDADE QUILOMBOLA MATÁ E SUAS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, ÓBIDOS-PA.

Priscila Ribeiro dos Santos

E-mail: priscila_ribeirodosantos@yahoo.com

RESUMO

O presente trabalho é fruto do trabalho de conclusão de curso, por meio do curso de Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, possuindo como objeto de estudo a comunidade quilombola Matá e sua formação territorial. Matá localiza-se no território quilombola da Área das Cabeceiras, município de Óbidos, Oeste paraense.

Palavras-chaves: Território, Territorialidades, Matá, Óbidos.

INTRODUÇÃO

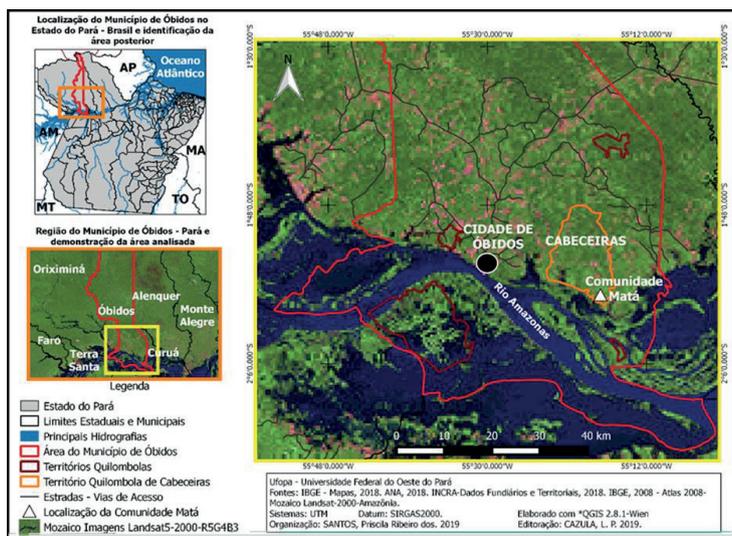
A formação territorial de quilombos configurou na mais resistente luta de negros contra a escravidão, assim a resistência negra e a luta pelo território e seus valores sempre existiram, ainda que queiram negar, silenciar na história brasileira, a importância do negro na constituição do país, as narrativas, as representações e o imaginário como auto afirmação dos quilombolas. Atualmente, essa resistência negra continua, marcada por movimentos negros que buscam seus direitos, através de demandas sociais e políticas que foram negadas aos negros.

Os quilombos são exemplo dessa luta, lutam constantemente por políticas públicas, direitos humanos e territoriais.

O trabalho se justifica pela importância em compreender a formação territorial de um lugar, suas histórias, seus modos de vida, a configuração espacial e suas territorialidades. A comunidade Matá possui um aparato de sua formação, que revelam suas particularidades, sua gente, suas crenças e seu auto reconhecimento étnico, fortalecendo o seu pertencimento ao território. E a ciência geográfica permite que se faça uma leitura categórica do território, podendo elucidar a relação de um grupo com o território em que vive, mostrando a importância do território para a consolidação de grupos sociais e para a forma como esses grupos lidam com o território.

Dentro dessa perspectiva de buscar compreender o território e suas múltiplas territorialidades, o presente trabalho volta-se para o Oeste paraense, precisamente para o município de Óbidos, é nele que se encontra a objeto de pesquisa, a comunidade quilombola Matá.

Figura 01: Localização da comunidade quilombola Matá.



Matá localiza-se na grande Área das Cabeceiras, em terra firme, às margens do Igarapé Grande, afluente do rio Amazonas, entre as comunidades Silêncio e São José, é a terceira comunidade mais populosa da Área das Cabeceiras. A Área das Cabeceiras é um território coletivo, titulado no ano 2000 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), compreende 11 comunidades quilombolas, que juntas formam a Associação de Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (ACORNECAB).

Como procedimentos metodológicos foram realizadas leituras que abordaram a temática proposta, a fim de dar afirmação/sustentação aos argumentos e entendimento do objeto estudado, como Raffestin (1993), Porto-Gonçalves (2012), Saquet (2015), Almeida (1998), Azevedo (2002), dentre outros. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Para com-

preender a realidade da comunidade Matá, fez-se necessária a pesquisa de campo, e como técnica de pesquisa foi aplicada a entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas as pessoas mais idosas da comunidade, as lideranças da associação, bem como as pessoas que estiveram desde o princípio do movimento para o reconhecimento do território.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao fazer uma abordagem sobre o território para Raffestin (1993) é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”.

Os territórios são formados a partir de uma ação produzida por um ator social, assim os territórios quilombolas a partir das produções materiais e imateriais transformam o espaço, criando meios de subsistência, bem como relações sociais e políticas. Conforme Acevedo e Castro (1998) a territorialidade é uma síntese da apreensão desse universo pelo grupo. Concretiza-se em práticas cotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, nas execuções de ações que são criadoras a existência material e social.

Os territórios quilombolas tem suas características próprias, que ao longo dos tempos foram sendo vivenciadas a partir de suas territorialidades, criaram condições para sua sobrevivência, seus modos de vida, e para suas bases sociais, tanto políticas, como econômicas.

Território é apropriação e construção social, corresponde ao mundo material, como enfatiza Saquet (2015, p. 45) [...] “as

forças sociais efetivam o território no e com o espaço geográfico[...]”. O território é resultado da apropriação do espaço e das territorialidades realizadas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo. Dessa forma, se faz necessário a compreensão das condições que permitiram e efetivaram a consolidação da comunidade Matá, e de suas múltiplas territorialidades.

Para Porto-Gonçalves (2012), não há território que não comporte um sentido de controle de espaço- seus recursos e suas gentes- que, sempre, é conformado por territorialidades e que é objeto de um processo histórico-político de apropriação protagonizando por seus grupos e/ou classes sociais, povos e etnias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os não registros de documentos antigos da comunidade Matá, culminaram em perdas bastante relevantes no tocante à identificação dos primeiros moradores da comunidade. Mas através da oralidade, das histórias repassadas de pais para filhos e netos, se possibilitou a compreensão acerca da formação territorial da comunidade.

Segundo relatos, a comunidade Matá consta sua formação em meados de 1835, seus principais fundadores foram Félix Meireles de Siqueira, Eugênia de Siqueira, o senhor Alfrásio e Gigoíno Lutério, vindos para a região durante a cabanagem.

Devido ao local ser de grande fartura na época, pois tudo que procuravam como fonte de alimento era acessível, fácil como a caça, a pesca, ou seja, havia abundancia de espécies, animais e vegetais, era ‘fácil de encontrar e matar’ denominou-se o nome da comunidade ‘Matá’. Com essas expressões

de territorialidades, as pessoas foram se apropriando do território, incorporando seus modos de vida que traziam consigo, seus valores, suas crenças, possibilitando um novo meio de vida. Desenvolveram suas roças, seus cultivos, caçavam e pescavam, retiravam da floresta o necessário para sobreviverem.

Na comunidade Matá seus primeiros moradores trouxeram seus costumes e valores, adquiriram junto aos indígenas novos modos e integraram aos seus, possuindo como principais bases culturais a agricultura, a religiosidade, as crenças e o extrativismo.

Se no passado a base que fomentava a comunidade ocorria por meio da agricultura, vinculado ao extrativismo, atualmente não é diferente, a produção e comercialização da farinha ocupam um grande espaço na vida dos comunitários, bem como o extrativismo e a pesca.

A comunidade possui uma relação bastante intrínseca com o rio, e localiza-se às margens do Igarapé Grande, os períodos de cheias e vazantes fazem parte da rotina dos moradores. A geografia do lugar torna os barcos, canoas e rabetas os meios de transportes principais para a locomoção dos moradores. Ainda que haja o ônibus como novo meio de deslocamento, o rio foi e continua sendo a principal rua da comunidade. É do rio que também é retirado uma das fontes de alimento da comunidade: o peixe. É fonte de economia quando vendido, seja na comunidade ou para as empresas pesqueiras como a Pasquarelli⁹ durante os períodos de pescas.

⁹ Empresa pesqueira.

CONCLUSÃO

Ainda que as transformações venham ocorrendo no território, propiciando mudanças no modo de vida da comunidade, os trabalhos coletivos, as ajudas mútuas ainda se realizam. As relações entre a igreja, escola e clube de futebol, tornam a comunidade participativa, incluindo a todos nos trabalhos que visa de modo geral estabelecer a continuidade de coletividade na comunidade, as parcerias e trabalhos que visam o bem-estar de todos.

O território para a comunidade Matá, se configura na vivência dada a partir da floresta, do rio, do cultivo da roça, do extrativismo de espécies vegetais, da pesca e da coletividade. A pertinência em manter o vínculo com a terra, com a floresta, com rio, evidencia as territorialidades que são praticadas no lugar.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios.** – 2. ed – Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis.** Florianópolis, Vol. 9 - Nº 01, jan/jun 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multi-dimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2 ed.– Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

**ANALISE DAS DEMANDAS DE POLÍTICAS RURAIS
APRESENTADAS PELO DISTRITO DE ALTER DO
CHÃO NO CONTEXTO DA REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE SANTARÉM, PARÁ EM 2018.**

Ana Vitória Santos Soares, UFOPA

E-mail: anavivic11@gmail.com

Diana Souza Cruz, UFOPA

E-mail: sousacruzdiana@gmail.com

Maria Helena M. F. Carvalho, UFOPA

E-mail: belenamoda_jf@hotmail.com;

Rafaela Kalila Batista, UFOPA,

E-mail: rafakalila.rk@gmail.com.

RESUMO

O Plano Diretor é um instrumento básico global e estratégico da política de desenvolvimento e expansão urbana e de desenvolvimento rural que atuam na produção e gestão de um município, bem como realizar o pleno desenvolvimento de função sócio-econômico-ambiental de seus municípios. O objetivo desta pesquisa é observar e mostrar a realidade estrutural, urbana e rural do distrito de Alter do Chão, com base no Plano diretor do Município de Santarém, de forma que esta venha se equiparar com a disciplina em questão, Gestão do Espaço Urbano e Rural. Para tanto, duas etapas fizeram-se norteadoras na realização deste: a) conhecimento do local, através de um relatório feito pela prefeitura; e, b) visita a Alter do Chão para confrontar os dados com a realidade a partir de

entrevista com sujeitos que participaram da assembleia sobre o plano Diretor. Nesta assembleia foram pautados anseios de cerca de 120 representantes e líderes comunitários, bem como, a instauração dos conselhos distritais; a regulamentação do plano de manejo da APA Alter do Chão e; zoneamento territorial, estabelecido no distrito e outras localidades. No entanto, mesmo atuando de forma insatisfatória apenas os conselhos distritais foram instaurados, os dois outros em destaque, continuam estagnados. Conclui-se dessa forma, que os pontos em questão não foram executados como planejados e tampouco houve empenho do poder público em colocar em pauta novamente, dando-se por entender um grande descaso quando se trata de uma área norteada pelo turismo, como é o caso de Alter do Chão.

Palavras – chave: APA Alter do Chão, Plano diretor, Santarém – PÁ.

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta a pesquisa desenvolvida em prol de recolher dados das assembleias comunitárias e distritais realizadas nas regiões ao entorno da cidade de Santarém bem como no contexto da reformulação do Plano Diretor no ano de 2018 pela nova gestão eleita para o município, além disso fomentar e encontrar os projetos e planos para serem inseridos ao plano para realização nos próximos 4 anos. As discussões serão direcionadas a partir do enfoque do relatório disponibilizado pela Prefeitura de Santarém sobre a assembleia que ocorreu em Alter do Chão/PA em 2018, vivenciando sua realidade e contexto atual da vida dos moradores deste distrito. Devido a nossa sociedade enérgica e em constante mudanças os conceitos antigamente corretos estão sendo re-

formulados dia após dia numa velocidade assombrosa, por isso torna-se cada vez mais necessário entender a dinâmica de vivências nas áreas onde hoje não se encontra somente o rural, mas sim todo aqueduto das políticas públicas voltadas ao rural e a construção de coexistência entre o urbano e este. As discussões sobre tal tema foram influenciadas e fomentadas em sala de aula sobre os contextos territoriais, estruturais e didáticos do que atualmente significa urbano e rural em relação a disciplina de Gestão do espaço Urbano e Rural, ministrada pelo professor Dr. Márcio Benassuly.

O objetivo geral, portanto, é confrontar o que se foi articulado para ser cumprido, o que de fato se efetivou e o que ainda será ou não cumprido durante a vigência do plano diretor desta gestão atual do município de Santarém, destacando prioritariamente três pontos de suma relevância: a) estruturação dos conselhos distritais; b) inserir o plano de uso da APA Alter do Chão dentro do Plano Diretor do Município, e c) zoneamento territorial. Para esta, foi usado a pesquisa de campo realizada no dia 24/10/2019 para falar com os comunitários que participaram da assembleia em 2018, recolher o que acontece de fato hoje na realidade do distrito, e a partir deste levantamento fazer o confronto das posições com os relatórios disponibilizados pela prefeitura, depois deste buscou-se referencial teórico e fins para sentir de fato a realização das promessas e projetos estruturados, depois do contra ponto entre cada um deles, deve-se olhar com atenção. A partir de então foi feita a comparação estrutural, possibilitando mostrar que os resultados constatados ainda perseveram como problema sem soluções efetivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sobre o Urbano e Rural, Bispo e Mendes (2010) já abrem a discussão elencando que o mesmo já não é tão previsível e certo em definição como antes, devido as mudanças temporais e sistemas atual, é dito, “o campo não é mais um espaço exclusivamente urbano, ou seja, nem tudo o que no campo é rural e nem tudo que há na cidade é urbano”.

Rua (2012) menciona “[...] a percepção do ‘rural’ e do ‘urbano’ como resultado de interações múltiplas, transeculares, não hierarquizadas e mostrando novas possibilidades espaciais a serem construídas”, então, agora já não tratava mas da busca do resultado das transformações gerada no território que foi descrito por Bispo e Mendes (2010), mas agora, se determina em cheque que os espaços estão sendo modificados pela ação direta de espaços híbridos que compõem em convivência o que é tido para nós hoje como urbano e rural.

Leão e Oliveira (2010) trazem um contraponto em relação aos autores acima citados, no que tange o plano diretor e suas vertentes, colocadas em correlação a situação atual do povo santareno, onde devido a falta de gestão existe uma incoerência na prestação de serviços para as diversas áreas onde “Esta incoerência é evidente nos bairros da Área Verde e Pérola do Maicá, [...] como um dos 48 bairros da zona urbana, no entanto, apresenta uma serie de deficiências e mazelas”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Colocando sobre as pautas elencadas já descritas em consonância a realidade e o que é vivido pelos comunitários em Alter do Chão e comunidades vizinhas podemos salientar que os conselhos distritais foram instaurados, mas não de forma

inteiramente satisfatória, pois devido a uma estruturação logística um pouco defasada ainda tem muitas comunidades que não conseguem participar ativamente nem têm voz sobre os trabalhos e decisões que ocorreram na reformulação geral do plano diretor do município e as 11 que hoje se encontram organizadas, parte do incentivo mais ligado as lideranças comunitárias que o poder público em si trabalhando e/ou auxiliando nessa formação e planejamento.

O que é mais pautado pelos comunitários com relação ao trabalhado é ao trabalho da prefeitura na localidade, pois não há empenho da parte desta, reclamam de já haver anos em que a prefeitura não realiza uma revisão ou ação profunda para atender com efetividade as necessidades elencado pela sociedade na última reunião, cobram deles democracia em seus atos e também representação, que eles diminuam a burocracia e aumentem o trabalho, pois como foi citado durante entrevista em campo ao grupo, Alter tem potencial de desenvolvimento porem, tem pouco investimento.

Contudo, para eles o obstáculo da distância entre as comunidades torna a comunicação, o diálogo e a busca por soluções um tanto difícil pois se a gestão não exerce seu papel em atender e ou auxiliar uma demanda tão simples, o que dirá da estruturação de coisas que exijam um pouco mais de interesse, como o plano de manejo e a reestruturação de regras que delimitam e regulamentam o zoneamento territorial.

Em contraponto ao que foi pedido dos comunitários no que diz respeito a inserir o plano de uso da APA Alter do Chão dentro do plano diretor e a partir disso se estabelecer uma discussão clara entre comunitários e prefeitura sobre os pontos decididos dentro destes, infelizmente continuam estagnados no tempo, levando a tanto, parecer que a assembleia

de revisão foi um tanto quanto vazia em sua aplicação de fato na área do município, por que deveras não houve articulação que se estendesse para além da conversa deixando constantemente a atuação efetiva de lado.

Esta questão dentre as demais, sem dúvida venha a ser a de maior urgência devido ao fato de tanto o distrito como as comunidades do entorno sobreviverem economicamente ligadas a essa área de preservação e os produtos que advém desta área par manter seu estilo de vida e renda, entretanto desde o plano de reuniões para revisão o processo parece estático sem resoluções finais nem encaminhamentos plausíveis para um fechamento satisfatório aos comunitários e a gestão do município, além de que dentro dessa está alocado a maior dificuldade exposta pela sociedade entre prefeitura e comunitários que é o excesso de burocracia delimitada sobre eles para que tornem os acordos feitos e mantidos por todos os que usufruem da área de Alter do chão.

Sobre as questões ligadas ao zoneamento territorial, ainda está se encaminhando e com discussão ativa devido as questões de diminuição da área da APA Aramaí, entre a disputa e defesa de territorialidade por meio dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, entretanto as regras gerais para esta ação dentro do plano diretor vigente, é que não houve alterações significativas o que de fato mostra não só um desapego ao empenho para atender as necessidades para aplicações de políticas públicas na área rural, assim como um extremo descaso com uma área que rende grande parte da visitação, turismo e entretenimento esportivo no município inteiro.

CONCLUSÃO

Concluimos que o estudo apresentado sobre o relatório disponibilizado pela prefeitura de Santarém com relação a assembleia que ocorreu em Alter do Chão, localizada no estado do Pará em 2018, não obteve os resultados almejados segundo os três moradores entrevistados do distrito que estavam presentes na assembleia. Outro ponto importante destacado pelos entrevistados foi a questão do processo burocrático para o cumprimento e execução das atividades estabelecidas nessas reuniões com a prefeitura municipal de Santarém. No qual na visão dos moradores trouxe poucos avanços para o desenvolvimento estratégico da estrutura, no que tange na expansão urbano e rural de Alter do Chão. Que para eles seria de grande relevância tanto no social como econômico para o turismo que a cada ano cresce e a falta de atuação maior por parte do governo municipal nas políticas públicas na região coloca em alguns momentos de fato o reconhecimento do potencial dessa riqueza já conhecida internacionalmente como o Caribe do Tapajós. Como futuros gestores públicos, reforçamos ainda mais nessa pesquisa o considerável papel de uma gestão com alicerce voltado ao planejamento em todos os seus processos e os devidos reajustes que forem necessários durante a sua execução para que não possa cair em esquecimento por parte dos governantes, deixando a população desassistida e desacreditada no verdadeiro papel da política e sua notoriedade para melhorias locais e regionais principalmente na região norte do país.

REFERÊNCIAS

SANTARÉM.. Lei nº 17771, de 02 de julho de 2003. **Cria A Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão, no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá Outras**

Providências. Santarém, PA, Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/?s=17771>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Lei nº 18051, de 29 de dezembro de 2006. **Construção do Plano Diretor no Município de Santarém, Estado do Pará.** Santarém, PA, Disponível

em<[https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43_texto_integral.p df](https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43_texto_integral.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BISPO. C. L. de S.; MENDES. E. de P. P. O Rural e o Urbano Brasileiro: definições em debate. In: **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, 16, 2010, Porto Alegre. Anais: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas.

RUA. João. **A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica.**

Rio de Janeiro. V. 2, n. 02 (2005).<br class="Apple-interchange-newline"

EXPANSÃO DA LAVOURA DA SOJA SOBRE TERRAS CAMPONESAS EM COMUNIDADES DA RODOVIA PA 370 EM SANTARÉM, PARÁ¹⁰.

Márcio Júnior Benassuly Barros.

Geógrafo (UFPA), Doutor em Geografia (UnB). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará.

E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa científica tem como objetivo analisar as políticas públicas e cooperativas de logística do agronegócio da soja para viabilizar a exportação de *commodity* agrícola pelos portos do Arco Norte, com ênfase para o distrito de Miritituba, Itaituba, Pará e seus reflexos no lugar, face à implantação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba pelas empresas Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill. A metodologia aplicada está amparada em uma *pesquisa quantitativa e qualitativa*, o que consiste no levantamento documental, bibliográfico, utilizando a técnica de trabalho de campo com entrevistas de moradores e atores, além de registro fotográfico, trata-se de um estudo de caso.

Palavras-chaves: Agronegócio. Logística. Portos. Arco Norte. Miritituba.

¹⁰ Resumo elaborado a partir do artigo *O avanço do agronegócio da soja sobre terras camponesas em comunidades da rodovia PA 370 em Santarém, Pará*, publicado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no período de 01 a 07 de julho de 2018 em João Pessoa – Paraíba.

INTRODUÇÃO

A introdução da soja em Santarém, Pará teve início no final da década de 1990 na serra do diamantino pela iniciativa pioneira de Francisco Quincó que organizou o primeiro plantio de soja no município. Por volta de 2002 o plantio de soja é introduzido na comunidade Boa Esperança por produtores oriundos do Centro-Oeste do Brasil. A chegada da soja em comunidades camponesas (Boa Esperança, Paxiuba, Volta Grande) localizadas as margens da rodovia estadual PA 370 foi responsável por uma série de mudanças de ordem econômica, social, ambiental e territorial, uma vez que, as atividades ligadas ao agronegócio diferem do modelo da agricultura camponesa praticadas nestas comunidades. Desde a introdução da soja nas comunidades citadas tem ocorrido uma competição por terra entre o agronegócio da soja e a agricultura camponesa. Esta situação tem promovido uma forte pressão em busca de terras para ampliação do plantio de soja nestas comunidades, fato que tem gerado uma série de conflitos com as populações camponesas aí localizadas. Este estudo tem como objetivo analisar o avanço do agronegócio da soja em comunidades (Boa Esperança, Paxiuba e Volta Grande) ao longo da rodovia estadual PA 370 em Santarém, Pará. A metodologia utilizada está amparada em uma pesquisa de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) tendo como estratégia de investigação o estudo de caso. A coleta dos dados da pesquisa consistiu do levantamento de dados quantitativos sobre dados estatísticos do setor, seguida por uma pesquisa dos dados qualitativos realizada mediante trabalho de campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Fernandes (2008, p. 47) “a primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. Para os autores, agribusiness é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho”.

Ainda para este autor “agronegócio é, portanto, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive, a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation [...]” (FERNANDES, 2008, p. 47)

Para Fernandes, (2008, p. 47) “agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990. [...] na década de 1980, observamos que esse conceito não existia na tradução para a língua portuguesa”

O setor do agronegócio no Brasil mantém uma forte relação com o Estado brasileiro. O agronegócio no Brasil se consolida como pacto de poder entre Estado e donos da terra onde a partir dos anos 2000 temos um processo denominado de *Economia do Agronegócio*. Esta economia do agronegócio tem suas origens no contexto da crise cambial de 1999 durante o governo FHC. Esta crise foi responsável por ações governamentais de reorganização da política econômica externa do Brasil, cujos objetivos foram direcionados ao fomento de atividades produtivas para exportação, tendo em vista gerar saldos comerciais de divisas que pudessem melhorar a balança comercial brasileira (DELGADO, 2013).

O espaço agrário brasileiro está dividido em dois campos, de um lado temos o *campo do agronegócio* e de outro lado temos o campo da *agricultura camponesa*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A introdução da soja no estado do Pará está associada às ações do Programa de Governo *Novo Pará* (1996 - 1999) colocado em prática durante a gestão do governador Almir Gabriel do PSDB. No *Plano Plurianual (PPA)* elaborado por Pará (1995) coloca como prioridade a inserção competitiva da economia paraense nos mercados nacional e internacional, onde o fomento do agronegócio no território paraense passou a receber bastantes incentivos de todas as formas por parte do Governo do Pará. No caso da agricultura segundo este documento (PARÁ, 1995) este setor estava concentrado em poucos produtos conforme pode ser constatado a seguir.

“A agricultura ainda está concentrada numa gama limitada de produtos. No nosso caso das culturas temporárias, destacam - se aquelas voltadas para a subsistência, sendo a mandioca a mais importante. Em seguida vêm os grãos – arroz, milho e feijão - em escala incipiente de produção, embora desempenhem um papel crucial na alimentação e na geração de renda de um grande contingente de produtores rurais” (PARÁ, 1995, p.55)

Foi neste PPA que se planejou a introdução do plantio da soja no território paraense, principalmente nas áreas de cerrado do Pará.

“Há perspectiva de dinamização dessa atividade, com a incorporação produtiva de áreas de várzea e a introdução da soja nas áreas de cerrado. As culturas temporárias de caráter industrial, como a malva, a juta e o algodão, que nos últimos anos entraram em declínio, vem demonstrando possibilidades de soerguimento” (PARÁ, 1995, p.56).

No PPA produzido por Pará (1995) constam ações programáticas das áreas de atuação governamental dentre as quais temos a *dinamização econômica*, cujas diretrizes visavam dentre outras questões: a) promover a inserção da economia do Pará no núcleo dinâmico da economia do Brasil (desafio interno) e nos mercados globais (desafio externo); b) dinamização da economia paraense; c) constatação da existência de uma agricultura concentrada numa gama limitada de produtos; d) introdução da soja nas áreas de cerrado no Pará.

Neste PPA formulado por Pará (1995, p. 66) consta como *diretrizes para a agropecuária para o período (1996 - 1999)* as seguintes diretrizes.

- a) Diversificar a produção de grãos e de culturas perenes;
- b) Melhorar a qualidade genética das espécies utilizadas na agricultura e na pecuária;
- c) Incrementar a produtividade nas áreas já ocupadas, recuperar áreas degradadas e incorporar nas áreas ao processo produtivo, especialmente as várzeas e cerrados;
- d) Melhorar a qualidade dos solos, através da utilização de corretivos e fertilizantes;

- e) Difundir novos métodos de produção agropecuária e de extrativismo animal (pesca) e vegetal (madeira), reduzindo o uso dos atualmente existentes, que se caracterizam pela baixa produtividade e alto impacto ambiental;
- f) Melhorar as condições de comercialização, especialmente do pequeno produtor.
- g) Incentivar a diversificação dos empreendimentos agroindustriais.

Dentre as *ações estratégicas para o setor da agropecuária* traçadas por Pará (1995, p.68) constam o *fomento ao cultivo de grãos* sob a execução da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) e a *implementação do programa agroindustrial da soja* sob execução da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) da Empresa de Assistência Técnica do Pará (EMATER), da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Pará (SEICON) do Banco do Estado do Pará (BANPARA) e da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA).

Desta forma na safra agrícola de 2006/2007 o Pará passa a produzir as primeiras colheitas de soja nos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Santarém. A figura 01 mostra a colheita de soja em Santarém, realizada em 1998 durante a 1ª Agrofest, onde o governador Almir Gabriel esteve presente neste evento.

Com as ações do Governo do Pará e da Prefeitura de Santarém o plantio de soja logo se concentrou ao longo das rodovias PA 370 e BR 163 em Santarém. Posteriormente este plantio também atingiu os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos.

As transformações advindas com a implantação da soja nas comunidades Boa Esperança, Paxiúba e Volta Grande. A chegada da soja nas comunidades de Boa Esperança, Paxiúba e Volta Grande foi responsável por uma série de transformações de ordem econômica, social, ambiental e territorial.

As transformações econômicas nestas três comunidades foram: a) alteração do uso da terra; b) redução da área disponível para o plantio familiar de mandioca, arroz, milho e feijão em detrimento do aumento da área destinada ao plantio empresarial de grãos; c) redução drástica de unidades de fabricação de farinha de mandioca familiar nas três comunidades pesquisadas ao longo da PA 370.

Quanto às *transformações sociais* nestas três comunidades constatamos: a) o deslocamento de famílias que venderam suas terras para sojicultores; b) a migração de moradores para outras comunidades de Santarém, para bairros da cidade de Santarém, bem como para cidades da região norte; c) a mudança no cotidiano de camponeses residentes ao longo da PA 370; d) o aumento do fluxo na PA 370 a partir da implantação do plantio de soja.

Já as *transformações ambientais* nestas três comunidades são; a) o desmatamento da floresta; b) o aumento do uso de agrotóxicos usados para combater pragas nos plantios de soja; c) o aumento de doenças respiratórias nas comunidades pesquisadas; d) o aumento da temperatura; e) o aumento da poeira em função do trabalho de máquinas durante a colheita de soja; f) a contaminação de cursos de água com o lançamento de agrotóxicos.

Quanto às *transformações territoriais* nestas três comunidades a chegada da soja nas comunidades pesquisadas promoveu profundas transformações territoriais principalmente na pai-

sagem, onde a produção camponesa e familiar foi sendo substituída pelo plantio homogêneo de grãos como a soja.

CONCLUSÃO

O plantio de soja tem ampliado ao longo das comunidades de Boa Esperança, Paxiúba e Volta Grande em Santarém, Pará. A chegada do agronegócio da soja nestas comunidades promoveu uma profunda alteração do uso da terra, desmatamento da floresta, deslocamento de famílias que venderam suas terras para sojicultores, aumento do uso de agrotóxicos usados para combater pragas nos plantios de soja.

Constatamos também o aumento de doenças respiratórias, aumento da temperatura, aumento da poeira em função do trabalho de máquinas durante a colheita de soja, contaminação de cursos de água com o lançamento de agrotóxicos, migração de moradores para outras comunidades de Santarém, para bairros da cidade de Santarém, bem como para cidades da região norte como Manaus - AM, Boa Vista - RR, Macapá - AP.

A pesquisa constatou ainda a redução da área disponível para o plantio familiar de mandioca, arroz, milho e feijão em detrimento do aumento da área destinada ao plantio empresarial de grãos, redução drástica de unidades de fabricação de farinha de mandioca familiar, aumento do fluxo na PA 370 a partir da implantação do plantio de soja. A implantação de grandes plantios de soja nestas comunidades afetou de forma direta o cotidiano de camponeses residentes ao longo da PA 370.

REFERÊNCIAS.

FERNANDES. Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In. SANTOS, Clarice Aparecida dos. Org. **Educação do campo: campo - políticas públicas - educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. (NEAD Especial: 10)

PARÁ. Governo do. **Plano plurianual 1996 – 1999**. Belém, 1995.

DENDECULTURA: LUTA E RESISTÊNCIA EM CAXINGUBA-MOJU/PA

Auristela Correa Castro

Patrícia Brito Tavares

Aquiles Vasconcelos Simões

RESUMO

Visa demonstrar a Nova Cartografia Social de Alfredo Wagner como ferramenta de auxílio à Comunidade de Caxinguba, Moju/PA enquanto instrumento de luta e resistência frente a expansão das agroestratégias da dendecultura.

Palavras-chave: Caxinguba; dendecultura; Nova Cartografia Social.

INTRODUÇÃO

Ao longo da PA-150, Km 09 em Mojú, Pará o dendê se expandiu, se misturando a paisagem urbana, o que rendeu a cidade o título de berço da dendecultura. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar como a nova cartografia social apresentada na obra “Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras” de Alfredo Wagner pode auxiliar os agentes sociais da Comunidade de Caxinguba, Moju/PA. enquanto instrumento de luta e resistência frente a expansão das agroestratégias da dendecultura na referida comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Figura 01 demonstra a Igreja da Padroeira da Comunidade de Caxinguba, um dos pontos de encontro dos quilombolas da comunidade.

Figura 01: Igreja da Comunidade de Caxinguba em Moju-PA, na PA 150, Km 09.



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro de 2018. Crédito: Castro (2018).

A margem direita da PA 150 no km 09, está localizada a Vila de Caxinguba, no município de Moju, região do Baixo Tocantins, que será caracterizada ao longo desta seção (IBGE, 2010). Quando analisada sob o mapa oficial da cidade de Moju, construído nos moldes cartesianos, essa comunidade é representada como um ponto minúsculo, quase imperceptível, um simples vazio que não apresenta nenhum tipo de ocupação. Utilizou-se como ferramenta de pesquisa a Nova Cartografia Social sob o olhar de Alfredo Wagner Alfredo na obra Car-

tografia Social: Territorialidade e Politização da Consciência, além da observação¹¹ realizada em fevereiro de 2018.

A Nova Cartografia Social permite aos agentes em situação de conflito a tomada de “consciência de suas fronteiras¹²”, pois a partir delas se organizarem em “unidades de mobilização¹³” na luta por seus direitos usando a nova cartografia social para mapeamento de seus territórios ameaçados em situação de conflito, rompem com a tradição positivista da criação de mapas a partir da égide do Estado, pautado em regras e normas, imputando relações de poder.

A consciência de suas fronteiras significa a consciência de si concomitante a consciência dos limites de seus territórios e constitui-se em estratégia de resistência, pois ao elaborar seus próprios mapas demonstrando essa consciência de si, se auto reconhecendo enquanto identidade e território, confronta os interesses do Estado quebrando um monopólio a ele atribuído ao longo do processo histórico da cartografia, cuja legitimação determina a construção de mapas somente pelo Estado, ou pelas entidades definidas para isso (ALMEIDA, 2010).

Em contextos de conflitos emergem as unidades de mobilização através do qual esses agentes se organizam e mediante suas ações se articulam na reivindicação dos direitos de garantia de seu modo de vida anterior ao evento prota-

¹¹ Quivy e Campenhoudt (2005, p. 252) afirmam que em uma pesquisa social não basta saber que tipos de dados deverão ser recolhidos, mas é preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico, social e no tempo”, o que é possibilitado pela observação.

¹² Confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmo, manifesta de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao estado (ALMEIDA, 2013, p. 156).

¹³ Noção operacional utilizada como recurso explicativo mediante situação de conflito social (ALMEIDA, 2013, p. 158).

gonizador do conflito, através dessas unidades de mobilização essas comunidades realizam seu próprio mapeamento para confrontar com os interesses daqueles que os ameaçam, nesses mapas imprimem “fatores étnicos, raciais, religiosos”, constituem elementos de coesão no fortalecimento de suas reivindicações, contribuindo para seu processo de politização (ALMEIDA, 2013, p.159). Tais povos são estes detentores de conhecimentos referentes as “particularidades ecológicas e geográficas” de seus territórios que lhes possibilitam, através da nova cartografia social se articularem politicamente na busca pela garantia de seus direitos (ALMEIDA, 2013, p.159).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mapa oficial do Estado, Caxinguba não condiz com a realidade quando observada in loco, pois trata-se de “terras tradicionalmente ocupadas”¹⁴, cujo território encontra-se ameaçado pelo mercado de terras, ocasionado pelo avanço do agronegócio da palmeira de dendê (*eleais guineensis*), visto que, nessa comunidade se fazem presentes dois empreendimentos dendecultores pertencentes a empresa chinesa *Goufang Group* instalada em no ano de 2010, com a chegada desses projetos na região sob a efervescência das políticas agroenergéticas implantadas no país (SILVA, 2015). Essa comunidade é constituída por dezenove famílias que vivem da agricultura familiar, onde plantam mandioca, milho, maxixe, jerimum, couve, e concomitantemente realizam a atividade de pesca em

¹⁴ [...] “terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza (ALMEIDA, 2013).

um lago de uso comum denominado “Piri”¹⁵ que faz fronteira com o Rio Ubá, além da caça e da extração de açaí¹⁶.

Dentre os impactos causados pela presença desses empreendimentos foram narrados: presença de animais peçonhentos como, ratos, cobras, moscas, ataque de larvas e borboletas nas roças, aumento de calor nos últimos tempos, seca de igarapés que antes existiam onde hoje é o dendezal abandonado, diminuição dos peixes nos igarapés, desaparecimento das caças, aumento do medo devido ao aumento da criminalidade nos ramais do dendezal, falta de investimento da gestão pública na comunidade, pois não tem energia elétrica, não possuem água encanada, não tem como escoar a produção das roças, e ausência de ensino médio na comunidade¹⁷.

CONCLUSÃO

Conclui-se que enquanto o Estado nega os recursos e direitos dessa comunidade como terras tradicionalmente ocupadas, a Nova Cartografia Social poderá possibilitar-lhes quebrar com os preceitos instituídos pela cartografia como um ponto ínfimo, possibilitando a contraposição de se mobilizarem lutando pela manutenção de seus recursos e direitos de sobrevivência (ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2013).

A visita *in loco* pautada no referencial bibliográfico utilizado demonstrou que a Nova Cartografia Social pode romper com os moldes positivistas da cartografia, constitui-se em uma ferramenta de suma importância na politização dessa comu-

¹⁵ Segundo informação verbal dos agentes entrevistados, trata-se de um lago as margens do Rio Ubá que no período de seca vira um campo, e no período de cheia é um lago raso e cheio de capim, usado para pesca, banho, lazer.

¹⁶ Informação verbal obtida em pesquisa de campo em fevereiro de 2018.

¹⁷ Informação verbal obtida em pesquisa de campo em fevereiro de 2018.

nidade quanto ao reconhecimento de seus direitos enquanto povos que vivem em terras tradicionalmente ocupadas.

Finalmente, a Nova Cartografia Social como ferramenta de politização da consciência das fronteiras” pode auxiliar os agentes sociais da Comunidade de Caxinguba, Moju/PA enquanto instrumento de luta e resistência frente a expansão das agroestratégias da dendecultura nessa comunidade, visto que em moradores da comunidades relataram que mesmo cercados por dendê, não pretendem sair da comunidade e deixar para trás seu modo de vida.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova cartografia social:** territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In. Povos e Comunidades Tradicionais. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013 pp.157-173.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “baçauais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p. ISBN 978-85-7401-402-9.

BRASIL, MAPA, MMA, MME, MF, MDA, EMI 00021/2010. **Projeto de lei: Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.** Brasília, 2010.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Trajectos. Título Original francês. Manuel de recherche em sciences socialis. MENDES, Maria Amália; MARQUES, João Minhoto (trad.). 4^a ed. Gradiva: Lisboa, 2005.

AVALIAÇÃO DO ALCANCE DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BELTERRA – PARÁ

Bianca Larissa de Mesquita Sousa

Bacharela em Gestão Ambiental (UFOPA)

Bruna Carolina de Mesquita Viana

Discente do curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA- UFOPA)

Luísa Falcão de Oliveira de Sousa

Discente do curso de Direito (UFOPA)

João Paulo Soares de Cortes

Docente do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental (ICTA - UFOPA)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar qual a situação das políticas de assistência técnica para a agricultura familiar no município de Belterra, identificando a quantidade de famílias que afirmam ter recebido algum tipo de assistência e quais os órgãos envolvidos. Os dados apresentados é um recorte de dados obtidos no Projeto "Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno" do Observatório das Dinâmicas Socioambientais - ODIS-SEIA. Foram analisadas as respostas de 150 questionários aplicados em 19 comunidades do município de Belterra, apresentadas na figura1, entre os dias 08/05/2019 e 03/07/2019. Os resultados mostram que a maior parte das famílias afirma não ter recebido assistência, o órgão responsável pela maior

parte dos atendimentos foi a EMATER. As comunidades Pau Rosa, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré, Bom Sossego e Nova Esperança, não apresentaram nenhuma resposta positiva sobre a presença da assistência técnica no mapa.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Amazônia

INTRODUÇÃO

Políticas de assistência técnica são elementos importantes de fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Hespanhol (2008), a agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais precisa ser pensada para além do mercado, pois a simples oferta de crédito à baixas taxas de juros não é suficiente. O autor complementa que não bastam somente a liberação de crédito agrícola e condições de equiparação de inserção no mercado, mas também há necessidade de disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural de qualidade com a criação de canais preferenciais para a comercialização de produtos gerados por tais produtores.

A agricultura familiar vive um momento de adaptação frente às novas mudanças socioeconômicas da sociedade atual (REICHERT et al., 2011), neste contexto, é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso a terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não (BITTENCOURT, 2002, p. 85).

No município de Belterra, este tipo de atividade tem sido fragilizada devido a um contato com um modelo de agricultura intensiva.

A Lei nº 11.326, aprovada em 2006 determina os critérios para identificar a agricultura familiar e ampara a sustentabilidade ambiental, (BRASIL, 2006), no Art. 5º apresenta os objetivos de planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as diversas áreas, incluído a assistência técnica e extensão rural.

O objetivo deste trabalho é avaliar qual a situação das políticas de assistência técnica para a agricultura familiar no município de Belterra, identificando a quantidade de famílias que afirmam ter recebido algum tipo de assistência e quais os órgãos envolvidos.

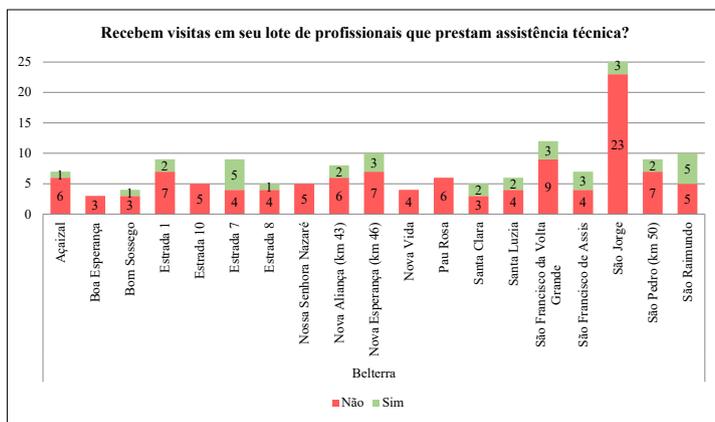
METODOLOGIA

De modo a avaliar a abrangência e alcance das políticas de assistência técnica para produtores familiares, foram analisadas as respostas de 150 questionários, aplicados em 19 comunidades no âmbito dos projetos Odysea e INCT Odisseia no município de Belterra. O delineamento da pesquisa foi baseado no conceito de pesquisa-ação no qual busca-se estabelecer uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo (BALDISSERA, 2011). Para tanto, diversas etapas de co-construção e alinhamento junto aos sujeitos, representados por associados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (STTR/Belterra) foram realizadas antes da aplicação dos questionários, envolvendo desde a concepção da pesquisa, a amostragem, a construção do questionário e a aplicação do mesmo por jovens pesquisadores das próprias comunidades. Maiores detalhes sobre os passos metodológicos da pesquisa podem ser encontrados em Coudel et al.(2018).

comunidade, 11 dos entrevistados vivem menos de 11 anos, 13 entrevistados nasceram ou foram criados na comunidade, 22 entrevistados vivem de 5 a 15 anos e 47 vivem entre 15 e 30 anos, 57 entrevistados vivem mais de 30 anos na comunidade.

A partir das informações coletadas foi possível visualizar as condições de assistência técnica no município de Belterra. O resultados apresentados por comunidade, correspondem à pergunta “você recebem visitas em seu lote de profissionais que prestam assistência técnica?”, e indicam uma predominância de respostas negativas, de acordo com a figura 2.

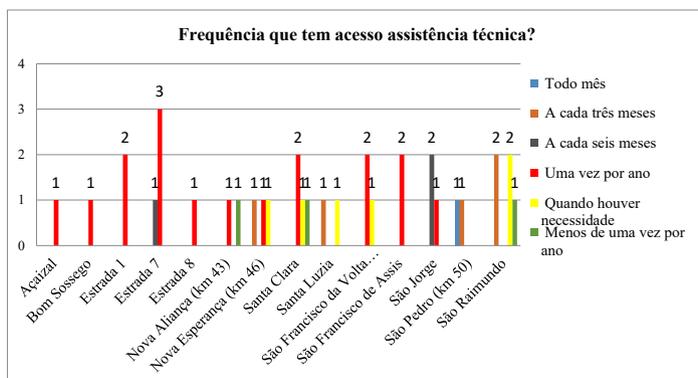
Figura 2. Diagnóstico quantitativo da situação da assistência técnica por Comunidades



Das 19 comunidades analisadas, 14 receberam assistência técnica em seus lotes, sendo que as comunidades que não obtiveram nenhuma resposta positiva foram Boa Esperança, Estrada 10, Nossa Senhora Nazaré, Nova Vida e Pau Rosa. Analisando as respostas individuais, têm-se que 115 comunitários não recebem assistência técnica e apenas 35 recebem

visitas. Quanto à frequência de acesso à assistência técnica, os resultados são apresentados na figura 3.

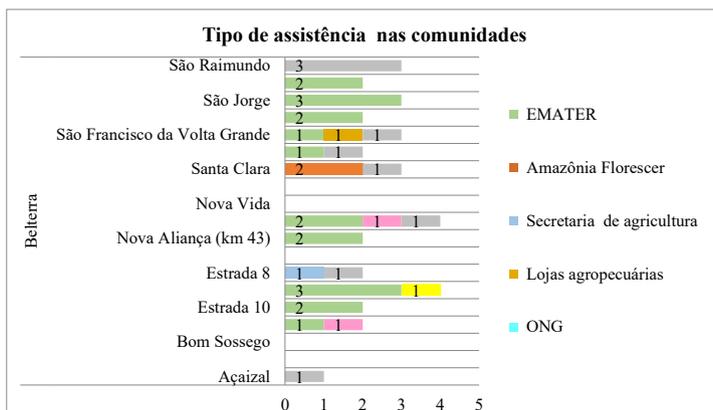
Figura 3. Frequência das visitas de assistência técnica nas comunidades



Com relação à frequência, a alternativa que teve maior frequência de respostas foi que recebem assistência apenas uma vez por ano, com 16 respostas. Confirmando esta tendência, têm-se que apenas 1 comunitário respondeu que recebe assistência técnica mensal.

De modo geral os resultados apresentados na figura 2, apontam que visitas com maior frequência são mais raras, reforçando a necessidade de que as ações de assistência técnica sejam mais amplamente aplicadas e possam ter continuidade caso seja necessário. Este processo passa pela estruturação de uma política mais robusta, com maior aporte de recursos humanos e econômicos e maior integração dos órgãos potencialmente envolvidos com a questão. A figura 4 apresenta quais são os órgãos executores de ações por comunidade.

Figura 4. Comunidades com o tipo de assistência técnica



Os resultados apresentados na figura 4 indicam que o principal órgão executor deste tipo de ações no município de Belterra é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com 19 respostas positivas. As demais opções ficaram todas restritas a apenas uma ou duas respostas positivas, indicando que as ações por parte de outras instituições, incluindo a Secretaria de Agricultura do Município, as universidades e próprio STTRB, ainda são pontuais, havendo demanda e espaço para que possam ser ampliadas. A ampliação e consolidação de políticas que garantam uma assistência adequada ao produtor rural familiar, além de contribuir para a fixação das famílias em suas terras, evitando o êxodo rural (HENZ, 2010), pode ser importante para o estabelecimento de arranjos produtivos que favoreçam a produção em menor escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que a maior parte das famílias afirma não ter recebido assistência, o órgão responsável pela maior parte dos atendimentos foi a EMATER,

As comunidades Pau Rosa, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré, Bom Sossego e Nova Esperança não apresentaram nenhuma resposta positiva sobre a presença da assistência técnica.

As comunidades mais distantes do centro foram aquelas que apresentaram menores proporções de assistência, o que pode indicar a necessidade de ampliação do alcance destas políticas.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: Uma Metodologia do "Conhecer" e do "Agir" Coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas: 2001.

BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de

Janeiro: Ed. Garamond, 2001. 288 p.

BRASIL. **Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006

COUDEL, E., PIRAUX M., ABREU, B.S., FOLHES, R., CAVALCANTE, L., NASUTI S, MELO G., MESQUITA P., KASANOSKI D. S. Deliverable D2.2: "Common framework to identify the main expectations and cross-site analysis regarding the types of tools to be developed". Report of Odyssey Project, União Europeia, 33 p, 2018.

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. In Melo, C., et.al. **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários**.

HENZ, G. P. Desafios enfrentados por agricultores familiares na produção de morango no Distrito Federal. Horticultura Brasileira 28: 260-265. **Hortic. Bras.**, v. 28, n. 3, jul.- set. 2010

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: Adilson Francelino Alves et al.

(ORG). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1.ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular Ltda., 2008. p. 81-93.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017 | v4.3.39- **Portal Eletrônico**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

REICHERT, L. J.; GOMES, M. C.; SCHWENGBER, J. E. Avaliação técnica e econômica de um agroecossistema familiar de base ecológica na Região Sul do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Agrociência**, Pelotas, v.17, n.1-4, p.123-132, 2011.

YÂDÉ KIIRÎBAWA YEPÉ WASÚ!, NOSSA UNIÃO É NOSSA FORÇA! UMA REFLEXÃO SOBRE A LUTA TUPINAMBÁ PELA DEFESA DE SEU TERRITÓRIO

Hudson Romário Melo de Jesus

Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Sergipe. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

E-mail: melohudson@rocketmail.com

RESUMO

Está é uma breve, mas importante reflexão sobre como nós, os Tupinambás da região do Tapajós estamos praticando políticas de defesa ambiental e territorial. Nele, faço uma discussão sobre como ainda somos negados pela sociedade, mas que na verdade, somos a parte fundamental da história do Brasil. Apresento como exemplo o “II Encontro Ancestral Tupinambá no rio Tapajós, que deliberou pelo Manifesto de Defesa da vida e amor pelo sagrado rio Tapajós, conjuntamente com as etnias Arapiun, Borari, Kumaruara e Tapuia. Por fim, debato que continuaremos resistindo as políticas do estado nacional que buscam usurpar nosso território e também sobre a luta conceitual que travamos para nossa afirmação étnica.

Palavras-chave: Povo Tupinambá, II Encontro Ancestral Tupinambá, Resistência étnica, Rio Tapajós.

INTRODUÇÃO

Há mais de 5 séculos, nosso Povo Tupinambá, vive na área do Baixo Rio Tapajós. Nossas aldeias estão situadas na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, na margem esquerda do Rio Tapajós, próximo a Floresta Nacional do Tapajós e a cidade de Santarém.

Resistimos e tomamos os caminhos dos nossos antepassados, a exemplo da Ponta do Pau da Letra, lugar de memória do conflito com branco no século XVI. Que no ano de 2019, recebeu o “II Encontro Ancestral Tupinambá: ato em defesa do nosso território, do nosso rio e da nossa floresta.” O rito ocorreu entre os dias 18, 19 e 20 de outubro de 2019, na região Rio Tapajós e foi palco de cerimônias espirituais e cantos de resistência (figura 1).

Uma das principais decisões tomadas pelas guerreiras e guerreiros, jovens e pajés, sabias mulheres e cacicados tupinambás em união, foi a de lançar-se nas águas do Tapajós para “[...] interceptar cerca de oito balsas e barcaças do contínuo comboio de saque e destruição de nossas riquezas naturais”. Como afirma a nossa carta “Povos Indígenas em Manifesto de Resistência Pela Vida” (POVO TUPINAMBÁ, 2019a), (figura 2). Nessa direção, nossas práticas de defesa territorial giram entorno da regulamentação e regularização de nossa terra. E perpassam por um forte momento de intensa articulação política.

Figura 1: Ritual de defesa territorial, no II Encontro Ancestral Tupinambá no rio Tapajós.



Fonte: Idade Mídia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Até o presente momento nossa cultura foi mal definida de diferentes maneiras pela ciência. Desde a ideia naturalista de índios aculturados do século XIX, passando pela generalização da denominação de campesinato amazônico presentes nos registros sociológicos da primeira metade do século XX, até a formulação de povos tradicionais pela antropologia recente.

No Brasil, agora mais profundamente, nós que somos comumente referidos em pesquisas e publicações, assumimos uma posição de intelectualidade para propor uma teoria diferente daquelas ocidentalmente precedidas para as formas como estamos imersos na sociedade contemporânea.

A construção desta teoria indígena sobre a noção de território somente pode ser contribuída a partir da tomada de posição nos ambientes acadêmicos e na tradição de vivência na aldeia. Pois nosso pertencimento étnico deve parar de ser visto como a imagem de índios que devem viver “isolados” e que diferente disto nossa cultura teria sido encapsulada no tempo.

Com isso, é preciso fazemos uma verdadeira reflexão sobre o que aconteceu com nosso povo na região do Rio Tapajós, desde o século XVI. Particularmente, não acreditamos que desaparecemos nos primeiros duzentos anos dos conflitos étnicos e bélicos com o branco.

O que faz com que a diversidade de coletivos indígenas da região, não seja mencionada nos documentos da ‘narrativa historiografia oficial’, desde o século XVII é a visão evolucionista, que via nos nomes indígenas uma permitividade. As pesquisas e documentos passam a falar de caboclos, e ribeirinhos, mas na verdade estes foram chamados assim sem terem sido consultados sobre como se viam. Então não ocorreu um fim das culturas indígenas, mas simplesmente uma opção dos autores por dar invisibilidade a estas pessoas.

Figura 2: Intercepção de minério saqueado de terras indígenas, liderada pelo Povo Tupinambá, com a participação das etnias Arapiun, Borari, Kumaruara e Tapua.



Ou seja, não é que não existam mais referências, mas sim que os povos resistiram e não negaram suas identidades, sempre souberam que possuíam uma forte ancestralidade indígena e agora mais que nunca, possuem uma coragem excepcional, para afirmar sua etnicidade identitária e fugir das categorias colonizantes e homogêneas das culturas dos povos originários.

A diversidade nunca deixou de existir, claro que modificações transculturais ocorreram, mas a afirmação da identidade indígena Tupinambá da região sempre existiu. E sempre fez parte da paisagem sociopolítica e cultural do Baixo Tapajós.

Isso não significa pensar ou atribuir visão estática aos tupinambás ou propor um modelo de rupturas e continuidades, pois este modelo acaba gerando uma seletividade cultural e

promove apenas o segregacionismo, ao escolher os apetrechos culturais que poderiam ou não permanecer em nossa sociedade na contemporaneidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das problemáticas que enfrentamos em nosso território são as políticas públicas que o Estado nacional vem implantando na região, desde a década de 1950, baseadas em um suposto “povoamento”. Com isso, muitos outros territórios indígenas foram invadidos e sobrepujados.

Conjuntamente, a literatura histórica convencional tentou nos invisibilizar, assim como outros povos como os Borary, Arapium, Tapajó, Maytapu, Tupayú, Corarienses, Kumaruara, Arara Vermelha, Munduruku, Comandy, entre outros. E devido a isto, sofremos com a violência e a negação de nossos direitos e identidade indígena.

Além de termos que proteger nosso patrimônio ambiental temos que lutar contra uma ideia equivocada sobre descendência, que para nós é ligada à nossa ancestralidade, e não às questões fenotípicas. O exemplo que apresentamos para proteger nosso território foi realizar uma ação direta de defesa de nossas riquezas naturais, em conjunto com nossos parentes; Arapiun, Borari, Kumaruara e Tapuia com seus maracás, cantos, adornos, corpos pintados de genipapo e urucum, faixas, arcos e flechas. Como afirmamos no manifesto Tupinambá que interceptamos (POVO TUPINAMBÁ, 2019b):

Figura 3: Guerreiras e Guerreiros em defesa de nosso patrimônio ambiental no Rio Tapajós.



[...] barcaças graneleiras do agronegócio, mineradoras e pecuária que passam na frente de nossas aldeias. Essas barcaças representam o modelo de desenvolvimento predatório e genocida que usa inescrupulosamente o rio Tapajós como rua para escoar os commodities, estes mesmos que estão sendo lavados com o sangue dos povos indígenas da Amazônia.

CONCLUSÃO

O nosso processo de mobilização étnica só tende a ficar cada vez mais forte. O longo silêncio sobre a existência de diferenças sociais entre os povos originários do Baixo Tapajós foi uma escolha da forma com a ciência em geral caricaturou a cultura. Por conta disto não se pode afirmar que em algum momento desta história que houve o apagamento étnico. Ao contrário estamos resistindo e vivendo em harmonia com nosso território.

Nossa afirmação é uma resistência étnica e territorial, na qual buscamos reinscrever a história da região, mostrando a todos a nossa história verdadeira e coletiva, de nossos ancestrais e de nossas experiências nas práticas cotidianas e formas de organização política. Afirmarmos que ocorreu uma renovação em nossa vida indígena e que após séculos de suspiros de resistência, agora herdamos esta luta que durante muito tempo nossos direitos foram negados e ignorados pela sociedade hegemônica.

Mesmo assim, nunca acreditamos que estamos em “extinção”, como proclama a sociedade em geral. Fazemos um movimento de alteridade, que levanta uma luta conceitual sobre quem somos, com isso vencemos os conceitos arcaístas da formação da sociedade brasileira e fazemos um movimento de resistência a usurpação do branco em nosso território.

REFERÊNCIAS

POVO TUPINAMBÁ. II Encontro Ancestral Tupinambá no Tapajós. **Povos Indígenas em Manifesto de Resistência Pela Vida**. Pau da Letra, Rio Tapajós, 2019.

_____. **Carta manifesto em defesa do rio Tapajós e do Território Tupinambá**. II Encontro Ancestral dos Povos Indígenas do Tapajós, Pau da Letra, Rio Tapajós, 2019.

PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NO PLANALTO SANTARENO

Luísa Falcão Oliveira de Sousa¹⁸

Bianca Larissa de Mesquita Sousa¹⁹

João Paulo Soares de Cortes²⁰

RESUMO

Este artigo tem por objetivo avaliar se os agricultores de base familiar no Planalto Santareno percebem impactos associados ao uso de agrotóxicos e de que forma que estes impactos afetam este grupo. A metodologia utilizada envolveu aplicação de questionário, buscando coletar, dentre outras informações, quais os efeitos adversos sentidos pelos agricultores. Os resultados demonstraram que os principais efeitos sentidos são impactos na saúde e na produção.

Palavras-chave: Percepções. Impactos. Produção. Agricultura familiar. Agrotóxicos.

¹⁸ Discente do Curso de Bacharelado em Direito (UFOPA). E-mail: luisa.falcao@hotmail.com

¹⁹ Bacharela em Gestão Ambiental (UFOPA). E-mail: biancamesquita55@gmail.com.

²⁰ Docente do Curso de Gestão Ambiental (UFOPA). E-mail: decor-tesjps@gmail.com

INTRODUÇÃO

A questão do uso de agrotóxicos no Brasil, associada com a expansão de monocultivos, tem ganhado importância face ao alto número de registros de produtos permitidos no ano de 2019 (TOOGE, 2019). No país, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos aumentou 20,4% em relação ao levantamento anterior, no ano de 2006. Além disso, desde os anos 2000 houve um crescimento significativo das importações de agrotóxicos, transformando o país no segundo maior mercado nacional e maior importador mundial (PELAEZ et. al, 2015).

Na região Oeste do Pará, no chamado Planalto Santarém, que abrange os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, a introdução da agricultura químico-dependente ocorreu através da soja a partir da década de 1990, e teve como marco de implantação de estruturas ligadas ao agronegócio a inauguração do terminal graneleiro da empresa Cargill Agrícola S.A em Santarém no ano de 2003 (GAYOSO, 2016, p. 75).

Nessa região, segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), os três municípios totalizaram 58.414,17 hectares de área plantada de soja no ano de 2019, distribuídos de acordo com a tabela 1.

Município	Nº de propriedades	Unidades Produtivas	Quantidade Total de Área Plantada (em ha)
Santarém	106	176	15.530
Mojuí dos Campos	150	223	24.827,11
Belterra	66	134	18.057,06
Total:			58.414,17

Tabela 1 – Quantidade Total de Área Plantada (em ha), nos municípios do Planalto Santareno no ano de 2019.

Os impactos socioambientais causados pela expansão de áreas de monocultivo, incluindo os associados ao uso de agrotóxicos, têm gerado conflitos na região, como pode ser observado através de iniciativas dos Ministérios Públicos Estadual e Federal. No âmbito estadual, o Fórum Regional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, estabelecido no ano de 2017, é um espaço interinstitucional a fim de articular estratégias de atuação sobre a temática, direcionando aos alertas acerca dos efeitos dos agrotóxicos na natureza e na saúde humana. No âmbito federal, o inquérito civil público nº. 1.23.002.000076/2019-83 visa investigar possíveis contaminações ao meio ambiente na Aldeia Açaizal, município de Santarém, a partir de denúncias feitas por comunidades indígenas locais (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

METODOLOGIA

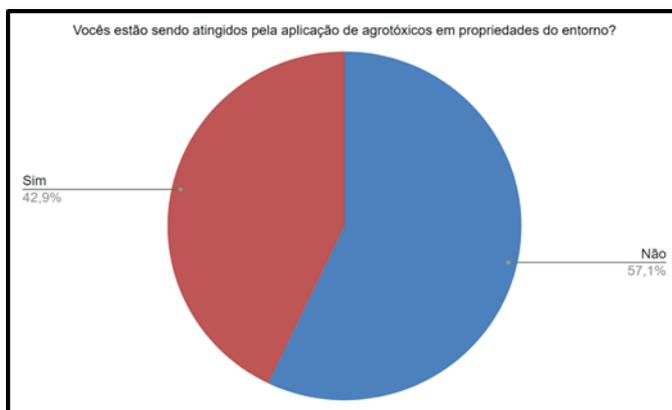
Foram analisadas as respostas de 544 questionários, aplicados com agricultores familiares em comunidades no Planalto Santareno no âmbito dos projetos Odysea e INCT Odisseia. As perguntas visavam coletar informações sobre a situação

da agricultura familiar na região através da percepção dos agricultores locais (e.g. situação legal das terras, perspectivas, dificuldades de produção, etc). Para tanto, diversas etapas de co-construção e alinhamento junto aos sujeitos, representados por associados aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Santarém (STTR Santarém), Belterra (STTR Belterra) e Mojuí dos Campos (STTR Mojuí dos Campos) foram realizadas antes da aplicação dos questionários, envolvendo desde a concepção da pesquisa, a amostragem, a construção do questionário e a aplicação do mesmo por jovens pesquisadores das próprias comunidades. Maiores detalhes sobre os passos metodológicos da pesquisa podem ser encontrados em Coudel et al. (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

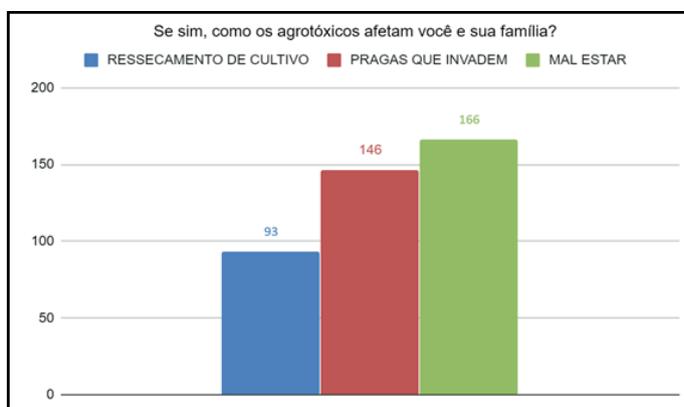
De 544 entrevistados, 231 (correspondente a 42,9%) afirmaram que sentem algum tipo de impacto associado com os agrotóxicos (figura 1). As alternativas do questionário correspondiam a respostas objetivas, mencionando impactos na saúde e no meio ambiente.

Figura 1 – Gráfico sobre a percepção de impactos



Entre os efeitos adversos relatados, foram obtidas respostas positivas para os impactos: 166 para mal estar físico (71,8%), 146 para pragas que invadem cultivos (63,2%) e 93 para ressecamento do cultivo (40,2%), apresentados na figura 2.

Figura 2 – Gráfico sobre quais são os impactos percebidos



O problema mais relatado dentre os entrevistados foi o mal estar físico manifestado quando há pulverização na área. Diversos estudos sustentam que há inúmeros impactos na saúde relacionados ao uso de agrotóxicos (CARNEIRO, 2015, p. 109). Há um consenso entre especialistas em saúde pública que lidam com os agrotóxicos de que os dados sobre intoxicações sofrem de subnotificação (SOARES, 2010, p. 24). Nesse sentido, Pignati et. al (2017, p. 3282) comenta que a insuficiência de dados sobre o consumo de agrotóxicos aliada ao desconhecimento do potencial tóxico e à carência de diagnósticos laboratoriais favorecem o ocultamento e a invisibilidade desse importante problema de saúde pública.

Quanto aos impactos na produção da agricultura familiar, os entrevistados citaram “pragas” invasoras e o ressecamento do cultivo, dificultando a continuidade da atividade nessa região. A hipótese levantada nesse caso é que as pragas, após a pulverização de agrotóxicos, refugiam-se nos cultivos mais próximos para tentar sobreviver, conforme apontado pelos próprios entrevistados. Há evidências que concluem que os agrotóxicos podem, também, interferir negativamente na produção de alimentos, de acordo com um levantamento de artigos científicos realizado por Lopes e Albuquerque (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste trabalho denotam a necessidade de desenvolver pesquisas interdisciplinares contínuas acerca dos possíveis impactos na saúde e na produção da agricultura familiar. Levantamentos de percepção quanto aos impactos dos agrotóxicos, tal como o desenvolvido neste trabalho, podem servir de incentivo e direcionamento para

novas investigações, especialmente na região do Planalto Santareno, onde há uma diversidade de povos e comunidades, bem como de produções relacionadas à agricultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html. Acesso em: 28 out. 2019.

Carneiro, Fernando (org.). **Dossiê ABRASCO**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

COUDEL, E., PIRAUX M., ABREU, B.S., FOLHES, R., CAVALCANTE, L., NASUTI S, MELO G., MESQUITA P., KASANOSKI D. S. **Deliverable D2.2**: “Common framework to identify the main expectations and cross-site analysis regarding the types of tools to be developed”. Report of Odyssey Project, União Europeia, 33 p, 2018.

GAYOSO, Solange. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas. In: SAUER, Sérgio. ALMEIDA, Wellington (orgs.). **Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora UnB, 2011. p. 69-92.

LOPES, C. V. A., ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate [online]**. 2018, v. 42, n. 117, pp. 518-534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>. Acesso em 10 nov. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF pede à Justiça recuperação de igarapé em área indígena no Pará asso-**

reado pelo agronegócio. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-a-justica-recuperacao-de-igarape-em-area-indigena-no-para-assoreado-pelo-agronegocio>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PIGNATI, W. A., LIMA, F. A. N. S., LARA, S. S., CORREA, M. L. M., BARBOSA, J. R., LEÃO, L. H. C., PIGNATTI, M. G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, Out. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003281&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 nov. 2019.

PELAEZ, V. M., SILVA, L. R., GUIMARÃES, T. A., DAL RI, F. TEODOROVICZ, T. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), 14, n. esp., p. 153-178, julho 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649104/15653>. Acesso em 28 out. 2019.

SOARES, Wagner Lopes. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente:** uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

TOOGE, Rikardy. Governo autoriza mais 57 agrotóxicos; total de registros em 2019 chega a 382. **G1**, 03 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/03/governo-autoriza-mais-57-agrotoxicos-total-de-registros-em-2019-chega-a-382.gh.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ORLA DE SANTARÉM: DESAFIOS PARA UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL.

Weden Mota da Costa/UFOPA

E-mail: wedenmota@gmail.com

Everton Henrique Arruda da Silva/UFOPA

E-mail: evertonhenrique9194@gmail.com

Filipe de Alcântara Furtado/UFOPA

E-mail: furtadofilipe8@gmail.com

Raquel Amorim da Mota/UFOPA

E-mail: raquelamorim99793@gmail.com

Rosângela Sales Pontes/UFOPA

E-mail: rosangelapontes.stm@gmail.com

Vitória Maria Repolho da Silva/ UFOPA

E-mail: vitoriamaria.vm12355@gmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é compreender o espaço da orla de Santarém, PA, como um produto social importante no processo de formação histórica da orla da cidade de Santarém, estado do Pará. Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo com uso de roteiro de entrevista e observação direta no mês de outubro de 2019. Os resultados apontam para a necessidade de melhorias da infraestrutura da orla. Conclui-se que a busca de articulações nas esferas municipal, estadual e federal numa incansável discussão a fim de dialogar de uma forma multidisciplinar e totalmente integrada com a sociedade civil como parte integrante e participativa em todas

as etapas no processo de construção das políticas públicas em ambientes mais saudáveis.

Palavras-Chave: Sociedade amazônica; desenvolvimento regional; construção histórica; políticas públicas; ambiente saudável.

INTRODUÇÃO

A Orla da cidade de Santarém que nessa pesquisa é o foco central do estudo, a intenção é a de verificar o conhecimento da população que utiliza diariamente o espaço a respeito da construção histórica do local. Assim, “a compreensão da organização espacial, bem como sua evolução histórica só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através dos tempos” (SANTOS 1997).

O objetivo final desse levantamento é desenvolver ações e questionamentos que sejam suficientes em dizer o quanto se faz importante a busca de articulações das esferas municipal, estadual e federal numa discussão a fim de dialogar de uma forma multidisciplinar e totalmente integrada, que tenha a sociedade civil como parte integrante.

Todo processo planejado para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, em determinado momento passou pelas resoluções do estatuto das cidades, além de enfrentar diversidades multiculturais, adversidades ambientais, escassez de recursos e também a má gestão que garantissem um desenvolvimento progressivo e ao mesmo tempo mantivesse a identidade regional. Todo esse acentuado contexto de diversidade cultural, que envolve diferentes comunidades tradicionais, estreito vínculo entre realidades urbana e rural e a ocorrência de municípios

pouco populosos e de grande área territorial, de peculiaridades nas formas de acessibilidade e comunicação, nos mostra como é ter que lidar com a região amazônica.

A execução de grandes empreendimentos tanto estatais como privados acabaram por aumentar os problemas de vulnerabilidade social e organização urbana, logo esses fatores tiveram influência direta na construção histórica da cidade. Desde a inauguração da orla de Santarém sua importância foi alta demais para o contexto socioeconômico do município, pois com o grande fluxo de navegações e a movimentação de pessoas advindas dos mais variados lugares, o giro de capital se tornou muito intenso com a entrada e saída de mercadorias para as demais comunidades ribeirinhas e outros municípios, como para outros estados.

Mas tudo isso só será possível se houver uma difusão realmente estreita desses relatos e a partir disso levantar, aumentar e aprofundar as reflexões a respeito de todas as possibilidades oferecidas pela política nacional de desenvolvimento voltada para o contexto amazônico. Será necessário um esforço maior ainda na capacitação da sociedade e dos gestores públicos locais para que as próximas ações a respeito da construção de políticas que nos levem a direção do desenvolvimento urbano social possam ser dadas, como uma pedra fundamental do progresso sustentável e a implantação de políticas municipais de interesse social da saúde que têm sua ligação direta ao meio ambiente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diferentemente do que ocorre nas demais regiões do país, as cidades amazônicas são isoladas, de grande importância lo-

cal, mas em comparação à média nacional, a maioria de pequeno porte. Nas escalas de aglomeração, mudanças estruturais e planejamento dessas cidades, o grande padrão de acessibilidade vai ser influenciado pela cultura, pela relação com o meio ambiente e com o espaço.

Toda a cena de mudança urbana observada no desenho atual que fora modificada pelo tempo, traduz uma nova realidade de mudança e crescimento de locais habitados pelo homem (BEMERGUY, 2012).

Para Cardoso et al. (2007), a vulnerabilidade de populações tradicionais que vivem em áreas rurais pode vir a ser decorrente da ação agressiva de atores sociais mais fortes que possam a vir atuar no espaço rural. E tudo isso tem ocasionado uma expansão acelerada motivadas por êxodo rural e um desequilíbrio entre cidade e natureza na região passa a não existir de maneira harmoniosa.

Atualmente a cidade de Santarém se tornou um pólo estratégico na produção e escoamento da cultura da soja do país. Mas, além disso, Santarém ao longo dos anos é o entreposto central de trocas de mercadorias advindas da pesca e do extrativismo, além da monocultura na agricultura familiar e artesanato de pequenos produtores da região oeste do Estado.

Um fator importante para história da orla foi a extinção da antiga praia da Vera Paz onde atualmente é o porto da Cargill, uma empresa multinacional do ramo de processamento de alimento e a maior empresa de capital fechado do mundo. Esse fator é de suma importância para o entendimento das mudanças ocorridas na orla da cidade de Santarém, pois os residentes da região relataram que a praia Vera Paz era um dos principais pontos turísticos do município, o que era importante para o fluxo de capital da região. Segundo Santos (2016), a

ocupação da orla, geralmente, é feita por grupos políticos e econômicos favorecidos, que representam os diversos estabelecimentos comerciais, portuários, industriais e de lazer que sempre, de alguma forma, estão ligados ao transporte fluvial.

O turista é atraído pelo ambiente exótico e particular de cada região ou lugar, por isso é dada a importância de ações afirmativas para a construção de um ambiente, não só limpo e organizado para o turismo, mas que respeite as tradições culturais e históricas do modo de vida da população local e regional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção da Orla de Santarém é vista de maneira positiva por seus usuários, porém apresenta suas vantagens e desvantagens. Segundo relatos dos cidadãos, a aplicação do Projeto Orla trouxe benefícios como: a movimentação da economia e uma boa qualidade de vida aos seus habitantes.

Segundo Irving (2000, p. 145), entende-se por *desenvolvimento local* “a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos”.

O lixo que é jogado no rio pelas embarcações e transeuntes, o despejo de grandes quantidades de água poluída através dos esgotos locais, a retirada das árvores no processo são só umas das situações que nos deparamos. Com isso o mau cheiro, a falta de sombra em dias quentes e os animais que espalham os resíduos causam muitos transtornos para os frequentadores da Orla. Além de ter que conviver com animais

que são bioindicadores de uma má saúde ambiental, como ratos e urubus e o tratamento de sistema de esgoto ineficiente.

FIGURA 1: Representação fotográfica da Orla de Santarém.



Fonte: Weden Mota da Costa, 2019.

Na figura 1, observa-se que os esgotos (A) flagrados a céu aberto exposto na praia da orla de Santarém no período da vazante. As pessoas e embarcações (B) com produtos convivendo com urubus, demonstrando que a higiene não está adequada sanitariamente. Gontijo *et al.* (2000, *apud* BENEVIDES, 1996) defendem que o turismo voltado para o desenvolvimento local se contrapõe ao modelo de ‘desenvolvimento’ dominante em países como o Brasil, que encontram-se conectados com o processo de globalização e que causa sérios problemas ambientais, frequentemente ignorando os interesses da população da área que se torna alvo do ‘desenvolvimento’.

Se, por um lado, existe um eixo global do turismo, que é movimentado por grandes empreendimentos e redes hoteleiras, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal, por outro lado o turismo possui também um eixo doméstico que valoriza o lugar, a renda, dinamiza a economia local, protege o patrimônio

natural, recupera e preserva o patrimônio histórico e cultural (CORIOLANO, 2003).

Santarém recebe pessoas de vários lugares, algumas para o turismo, outros para fazer negócios, outros para fazer suas compras do mês e, principalmente para vender seus produtos. Mas ao chegar se deparam com as dificuldades de acessibilidade aos lugares desejados, dificultando, assim, a vida do usuário. Esse é o desafio em planejar e executar ações afirmativas que beneficie a todos, o modelo de gestão participativa vem ao encontro do administrador público nesse sentido.

Na figura 2, nota-se que as grades (A) da calçada da Orla depredadas devido ao uso das mesmas pelas embarcações para atracar na época da cheia. O lixo e entulho (B) acumulado em uma das balsas de acesso às embarcações, onde pode se notar a presença de uma das pontes improvisadas na época da vazante.

FIGURA 2: Representação fotográfica da estrutura da Orla de Santarém.



Fonte: Weden Mota da Costa, 2019.

CONCLUSÃO

O indicativo da grande fragilidade administrativa dentro das prefeituras municipais é maior obstáculo da gestão participativa e a implantação de instrumentos e diretrizes pactuadas no desenvolvimento e na formulação de políticas públicas voltadas para um ambiente mais saudável, principalmente em termos de perspectivas sociais e econômicas.

Faz-se necessário que a reestruturação administrativa deve ser repensada juntamente à sociedade, podendo ser acompanhada de uma parceria entre o poder público e as universidades na mobilização e educação dessa sociedade frente aos desafios vividos acerca da realidade de cidades amazônicas e como os agentes externos de grande porte podem trazer benefícios e malefícios. Mas é preciso entender, também, todos esses cenários que envolvem essa questão de pensar territórios amazônicos, tirar lições e propor ações.

REFERÊNCIAS

- BEMERGUY, Emir. **Momentos poéticos**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2007.
- BEMERGUY, Lila Rosa. **Olhares Cruzados sobre Santarém (PA)**. Londrina: Discursos fotográficos v.8, n.13, p.197-224, jul./dez., 2012.
- CARDOSO, Ana. **Planos diretores participativos: experiências amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Ceará: Premium, 2003.
- SENADO FEDERAL. Estatuto da Cidade**. – 3. Ed. – Brasília:, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- IRVING, Marta de Azevedo. Refletindo Sobre o Turismo Como Mecanismo de Desenvolvimento Local. In **V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: Anais Comunicações, 2001.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

IMPACTOS SOCIOECONOMICOS DO PRONAF NA COMUNIDADE TERRA PRETA EM MONTE ALEGRE, PARÁ.

Lorena Catunda Garcia Martins

Universidade Federal do Oeste do Pará

Email: lorenacgarc@hotmai.com

RESUMO

Este trabalho faz um breve levantamento sobre os impactos socioeconômicos do Pronaf na comunidade de Terra Preta, localizada no município de Monte Alegre, estado do Pará. Tem como objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos do Pronaf na comunidade de Terra Preta. Como objetivos específicos delimitou-se: Levantar as condições da qualidade de vida de famílias das comunidades em análise considerando antes e depois do início do apoio financeiro do Pronaf; Pesquisar o histórico de criação do programa, condições e formas de apoio para o financiamento de famílias que trabalham na agricultura; E por fim, verificar as dificuldades encontradas para acessar o crédito do programa e os impactos do apoio do Pronaf na vida das famílias beneficiárias. A metodologia utilizada consistiu de um levantamento bibliográfico e documental sobre o surgimento do Pronaf e seus impactos na vida cotidiana de famílias beneficiárias do programa. Foram realizadas entrevistas de caráter qualitativo com representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monte Alegre, Técnicos Agrícolas da EMATER e com os Agricultores Familiares beneficiários, ao

final os dados coletados passaram por análise qualitativa para a construção dos resultados e discussões do trabalho.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Impactos. Pronaf. Terra Preta.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da agricultura familiar como um segmento produtivo merecedor de reconhecimento institucional para o apoio de suas atividades produtivas, é recente no Brasil. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um marco no reconhecimento da importância desse segmento. O Pronaf surgiu em 1996 e foi a primeira ação afirmativa voltada ao seguimento da agricultura familiar no Brasil (SILVA; FILHO, 2009),

Para ter direito ao financiamento, a família deve procurar o Sindicato Rural do município ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde os extensionistas rurais fazem um levantamento da propriedade, para posterior emissão da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP). O programa é de responsabilidade da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão federal vinculado à Casa Civil da Presidência da República, que conta com a colaboração dos governos estaduais e municipais.

O recorte geográfico selecionado para a aplicação da pesquisa foi a comunidade de ‘Terra Preta’, situada na Gleba Major Barata, e faz parte da zona rural do município de Monte Alegre, estado do Pará. Nessa região da Gleba Major Barata existe em média 70 famílias beneficiárias do Pronaf, sendo 12 famílias da comunidade de Terra Preta.

O presente estudo justifica-se pelo fato de os agroecossistemas²¹ familiares terem sido precipitadamente considerados como atrasados, do ponto de vista tecnológico, e portanto, ineficientes para um incremento considerado moderno. São poucos os registros de estudos sobre referenciais técnicos regionais na região oeste do estado do Pará, essa carência dificulta a busca de novos parâmetros e ferramentas diferenciadas de análise socioeconômica que possam quebrar o paradigma de que a produção familiar é atrasada e ineficiente do ponto de vista da produção econômica. Os poucos estudos sobre os impactos de políticas de financiamento da agricultura familiar não têm conseguido articular as diversas dimensões abrangidas pela intervenção dessas políticas.

A comunidade Terra Preta vem se destacando na produção familiar do município de Monte Alegre, portanto, passível de fazer parte de uma investigação de natureza científica. Este estudo pretende servir de escopo teórico tanto para empresas estatais quanto para famílias que buscam financiamento de suas atividades e pesquisas futuras sobre o tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento de uma região, exercendo fortes efeitos de encadeamento na economia. Para Souza (1999, p. 266), “em países com forte base agrícola, como o Brasil, essa função de estimular o desenvolvimento torna-se ainda mais importante, principalmente em regiões mais distantes dos centros industriais mais tradicionais”.

²¹ Agroecossistema é aqui considerado como unidades familiares de produção que garantem o consumo e renda, é espaço de vida social e utilizam principalmente o trabalho familiar para desenvolver suas atividades produtivas.

É sabido que o acesso ao crédito é um importante fator para possibilitar o crescimento da agricultura, principalmente de pequenas propriedades. Porém, a dificuldade de acesso de informações por parte dos agricultores em como adquirir o crédito são grandes. Corroborando com essa constatação, Bruno e Dias (2004), enfatizam que a relação entre agricultores familiares e as instituições financeiras são extremamente complicadas por vários motivos. O fato de não apresentarem garantias, baixo nível educacional e a falta de práticas contábeis completam a imagem construída a respeito dos tomadores de crédito em pequena quantidade.

O Pronaf é um programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamento de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (BRASIL, 2014).

Criado através do Decreto Lei nº 1.946 de 28.07.1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, tem como finalidade a promoção do desenvolvimento sustentável²² do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento

²² O desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de transformação socioeconômica e institucional que intencionam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidade de bem-estar econômico que sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo (SIENA, 2002 *apud* RABELO, 2008).

da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda (BRASIL, 2014).

Segundo Mattei (2005), entre os anos de 1997 e 2002 ocorreram inúmeras mudanças no programa: quanto às linhas de atuação do Programa, proibição de liberação de recursos à cultura do fumo, inclusão dos silvicultores, remanescentes de quilombos e indígenas, disponibilidade dos créditos para atividades não agrícolas como artesanato e turismo rural; quanto as categorias dos beneficiários, passando a ser classificados em A, B, C e D, para fins de acesso ao crédito; quanto às tarifas e obrigações bancárias dos beneficiários, redução das taxas de juros ao ano para 4% com rebate de 25% ao ano, dentre outras mudanças operacionais.

Em um estudo sobre os 10 anos de funcionamento do Pronaf, Guanziroli (2007) afirmou que o programa causou um impacto positivo na agricultura familiar brasileira durante sua primeira década. Entretanto, por ser um programa que apresenta altos custos financeiros para a União, é necessário que haja um debate constante sobre sua forma de operacionalização, no intuito de avaliar seus resultados e levantar apontamentos de como aperfeiçoá-lo e universalizá-lo ao seu público-alvo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura de obras de grandes teóricos que se debruçaram no estudo dos impactos do Pronaf na vida de famílias beneficiárias, culminado com a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes do STTR de Monte Alegre, agricultores e agricultoras beneficiárias do Pronaf, foi possível constatar que existe uma barreira entre as famílias

agricultoras e o programa, essa barreira é representada pela falta de conhecimento técnico das famílias para acessar o programa e quando conseguem acessá-lo, o problema ocorre no momento da prestação de contas.

Desta forma, ainda que seja reconhecida a importância e a necessidade da atuação do Pronaf para a melhoria da qualidade de vida da comunidade Terra Preta, as exigências dos órgãos estatais para a liberação do crédito se tornam empecilhos muitas vezes insuperáveis para as tantas famílias que vivem quase sem acesso algum aos meios modernos de informação.

CONCLUSÃO

O Pronaf é um marco na política agrícola brasileira, uma vez que possibilitou a construção de instituições, normas e procedimentos que, de forma regular e em condições favoráveis, disponibilizaram crédito rural para todos os municípios do país e, particularmente, para um número crescente de agricultores familiares do interior de Monte Alegre. É o principal responsável pelo destaque que a região de Monte Alegre tem tomado na produção de bens oriundos da agricultura familiar, esse investimento tem representado melhoria na qualidade de vida das famílias agricultoras da comunidade Terra Preta.

REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, Ricardo & VEIGA, Eli da (1998): **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n.641).

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário**. 2006. <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>, acesso em 12 de Fev. 2019.

_____, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Transformando vidas, plantando o futuro**: políticas públicas para o desenvolvimento familiar – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, 2014.

BRUNO, R. A. L.; DIAS, M. M. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil: Relatório de Consultoria**. Rio de Janeiro, Agosto de 2004.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER, Rio de Janeiro**, vol. 45, n° 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – imprensa em abril de 2007.

MATTEI, L. **impactos do Pronaf: análise de indicadores**. [S.l.: s.n.], 2005. (Série Estudos NEAD).

SILVA, Luis Mauro Santos; MARTINS, Sérgio Roberto. Impactos do Pronaf no sudeste paraense: avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas familiares. **Agr. Fam. Belém**, n 9, p. 39-80. 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas. 4 ed. 1999.

AVANÇOS E CONQUISTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA VILA FRANCA/ARAPYUN - SANTARÉM, PARÁ.

Israel Monteiro Cardoso

Acadêmico do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento

Regional da UFOPA.

E-mail: monteiroisrael32@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os avanços e conquistas na educação escolar indígena na aldeia Vila Franca/Arapyun em Santarém, Pará. Desta forma analisou-se as metodologias de ensino, currículo, Projeto Político Pedagógico Indígena, dentre outros assuntos relacionados a educação escolar indígena.

Palavras-chave: Educação Indígena, Escola Surara Benvida, Santarém.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os avanços e conquistas na educação escolar indígena na aldeia Vila Franca/Arapyun em Santarém, Pará. No Município de Santarém-Pará, a educação escolar indígena é uma realidade que historicamente vem sendo evidenciada através da resistência dos povos do baixo tapajós em meio as constantes lutas que culminaram na organização do movimento indígena com suas

lideranças e povos, através do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), havendo a constante intervenção do Ministério Público Federal diante das demandas existentes e que são reivindicadas pelas comunidades indígenas. A comunidade de Vila Franca, conhecida como aldeia dos arapyun está situada entre os rios Tapajós e Arapiuns, a três horas de viagem de barco do Município de Santarém, no Estado do Pará, pertencendo a área da reserva extrativista Tapajós/Arapiuns - Resex. Conta com aproximadamente 80 famílias pertencente a etnia Arapyun, que tiram o seu sustento da agricultura principalmente do cultivo da mandioca, da pesca e da caça, recebem benefício social do governo federal, aposentados, artesãos, pescadores profissionais, professores indígenas.

Como metodologia optou-se pela pesquisa de caráter qualitativa e exploratória para obtenção de dados, onde foram aplicados questionários com o gestor (a) da escola, professores, alunos, pessoal de apoio, pais e comunidade escolar que nortearam a pesquisa.

A pesquisa foi realizada por etapas, sendo que no primeiro momento realizou-se a pesquisa bibliográfica para coletas de dados, no segundo momento a elaboração do Pré-projeto e apresentação, no terceiro momento foi feita a pesquisa In loco, no quarto momento houve a aplicação do questionário, no quinto momento foi realizada a análise dos dados coletados, e no último momento será feita a apresentação do trabalho monográfico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012, regulariza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece

enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade. Desse modo, a educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

As responsabilidades e as especificidades da educação escolar indígena estão suficientemente explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seu texto acentua enfaticamente a diferenciação da escola indígena em relação às demais escolas dos sistemas pelo bilingüismo e pela interculturalidade.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, completa-se a legislação educacional emanada da Constituição de 1988. Em seu Título VIII - "Das Disposições Gerais", Artigos 78 e 79, a LDB trata especificamente da educação escolar indígena. O Artigo 78 determina que caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: "1o) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2o) garantir aos índios, suas co-

munidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias".

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. (BRASIL, 1998, p.32).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas é um documento que apresenta idéias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental. Contém princípios e fundamentos gerais de ensino para as várias áreas de estudo presentes no ensino fundamental oferecendo subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como, para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas.

Sinteticamente, é objetivo deste documento oferecer subsídios para: a) a elaboração e implementação de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas, b) a formação de educadores capazes de assumir essas tarefas e de técnicos

aptos a apoiá-las e viabilizá-las. (BRASIL, 1998, p.13).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de todo o material pesquisado, é do conhecimento de toda sociedade que a educação é um direito constitucional, garantido também por leis específicas, como é o caso da educação escolar indígena em nosso país. Apesar dos direitos adquiridos e colocados em lei, muito se precisa fazer para que se coloque na prática a realização de uma educação diferenciada, específica e de qualidade para os povos indígenas.

A falta de formação continuada para os professores que atuam na educação escolar indígena é um fator relevante para que a qualidade do ensino fique a desejar nas escolas. Outro fator importante é a falta de materiais didáticos adequados para as escolas indígenas, que possam atender suas especificidades e garantam a preservação de suas culturas e saberes tradicionais.

A infraestrutura também é um fator preocupante, no caso da Escola Surara Benvinda, toda estrutura foi trabalhada pelos próprios indígenas e outros colaboradores, fazendo mutirões de limpeza, retirada de materiais como madeira e palhas, além da construção em si, sem nenhum recurso do poder público municipal, mostrando o descaso do mesmo com a educação indígena em nosso município.

Figura 01: Escola Surara Benvinda (malocas)



Foto: Israel Monteiro, 2019.

A SEMED, apenas contrata os servidores para o quadro funcional da escola e a merenda escolar é distribuída de maneira precária na aldeia.

Figura 02: Escola Surara Benvinda (Biblioteca)



Foto: Israel Monteiro, 2019.

Felizmente os alunos não precisam de transporte escolar, pois moram todos na própria aldeia, o que certamente evita que mais um problema atrapalhe o andamento de suas atividades escolares.

CONCLUSÃO

A pesquisa mostra a importância de uma educação diferenciada e de qualidade na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade. A lei tem sido relevante para os povos indígenas garantindo o direito de ser um povo com sua cultura própria e respeitando o seu conhecimento tradicional, pois os professores tem autonomia para planejar uma aula onde possam fazer a contextualização da teoria com as práticas indígenas.

A oferta da educação escolar indígena em Santarém ainda é uma realidade que não contempla o anseio das populações e que precisa ser efetivada na prática pelo poder público municipal.

Desde sua fundação, a Escola Surara Benvinda, mesmo com os entraves e falta de apoio da gestão municipal, tem avançado em seus objetivos, buscando trabalhar de forma diferenciada, integrando seus alunos ao meio social, sem perder sua essência, preservando seus conhecimentos tradicionais e sua cultura. O grande desafio para sua continuidade é cobrar da gestão pública que as leis que regem a educação escolar indígena, possam ser efetivadas na Aldeia Arapyun.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília, 1998.

BRASIL. Resolução nº 5, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, 2012.

O ARTESANATO COMO ELEMENTO IMPULSIONADOR DA ECONOMIA CRIATIVA E DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ.

Júlio César Viana Marinho¹

Graduando do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento

Regional da UFOPA

E-mail: j.stm23@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o artesanato como elemento impulsionador da economia criativa e do turismo no município de Santarém-Pará. O município de Santarém é conhecido mundialmente por suas belezas naturais, que incluem rios, florestas e outros locais de beleza de grande atração para o turismo. O artesanato em Santarém é uma atividade presente na região do planalto e na região de várzea. Como procedimento metodológico foi realizado uma revisão da literatura sobre o tema e uma visita ao espaço de comercialização de artesanato Cristo Rei em Santarém, onde diversos artesões comercializam suas produções.

Palavras-chave: Artesanato, Economia Criativa, Turismo, Santarém.

INTRODUÇÃO

O município de Santarém é conhecido por suas belezas naturais fator que tem despertado a atenção de turistas nacionais e internacionais. As belezas naturais do município é fonte permanente para a produção de artesanato na região do planalto e na região da várzea.

O artesanato se caracteriza principalmente pelo trabalho manual ao utilizar pouco ou nenhum maquinário/equipamento. É realizado a partir da vontade e criatividade de seu criador. O trabalho artesanal acompanhou e impulsionou a evolução humana, visto que, os utensílios e adornos eram feitos exclusivamente a mão (LIMA, 2009).

Na era tecnológica em que nos encontramos, onde praticamente tudo o que se produz é feito de forma industrial e em grande escala, o artesanato passa a ter o seu significado associado à tradição, cultura popular e estilo de vida de um determinado grupo (NERI, 2018). Este mesmo estilo de produção moderno marginaliza o artesanal, levando a precarização destas atividades, tornando a mesma uma prática de subsistência para seus atores, mas também de resistência cultural (KELLER, 2014).

As tecnologias de comunicação levaram a uma globalização da cultura, o que impulsionou de forma significativa o turismo, principalmente quando associado a tradições de um povo (FERNANDES, 2010). Por conta disto, localidades como a região amazônica, com a presença viva da cultura indígena, da influência da cultura europeia, associado a belezas naturais e a biodiversidade, tornam-se muito visadas por turistas brasileiros e estrangeiros.

Por sua vez, o turismo tem papel importante no estímulo ao setor do artesanato, visto que este manifesta as características históricas e culturais da localidade e valoriza o produto regional e tradicional (LUÍS; FIGUEIRA, 2017). A partir disto, o artesanato passa a agregar valor turístico, e aumenta sua importância local como economia criativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O artesanato é um meio de impulsionar o desenvolvimento local. Santos (2010) explica que em diversas partes do mundo, as sociedades buscam por melhores condições de vida, dessa maneira elas procuram repensar quais caminhos podem ser tomados para amenizar as discrepâncias sociais que acometem geralmente as regiões periféricas.

Há inúmeros estudos que ressaltam a importância de um desenvolvimento local, isso é necessário e importante para promover o crescimento e contribuir para a qualidade de vida. Santos (2012) destaca, entretanto que crescimento é diferente de desenvolvimento, o autor explica que o crescimento é uma espécie de pré-requisito para se alcançar a meta de uma vida melhor. Já o desenvolvimento é considerado um fator de transição, isso significa que vão ocorrer mudanças.

Cada lugar tem interesses diferentes, logo as noções de desenvolvimento serão diferentes. Santana (2016) relata que *artesanato significa reprodução material das características de uma comunidade*. A partir disso nota-se que a economia criativa tem um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade. Além de desenvolver também será mostrada a cultura local. A autora também expõe que através do artesanato o turismo tem uma influencia no crescimento das atividades econômicas da comunidade.

Segundo Lemos (2011) o artesanato antes era tratado como uma atividade marginal, atualmente é tratado como uma atividade regular inserida no mercado competitivo. Com isso o artesanato amplia oportunidades e contribui em relação a melhores condições na vida dos artesãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Em Santarém existem vários centros de produção de artesanato espalhados pelo território do município. Há alguns anos foi inaugurado o Centro de Artesanato do Tapajós Cristo Rei pela prefeitura de Santarém. Neste espaço vários produtores de artesanato de varias comunidades do município comercializam suas produções artesanais. Na figura seguinte vemos a exposição de diversos locais com destaque para o artesanato elaborado na Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns (Resex Tapajós – Arapiuns).

Figura 01: Centro de Artesanato do Tapajós - CRISTO REI



Fonte: MARINHO, Júlio César.

A figura seguinte apresenta objetos elaborados por palha de tucumã também da Resex Tapajós – Arapiuns

Figura 02: Artesanatos feitos com a palha do tucumã dos trançados do Arapiuns



Fonte: MARINHO, Júlio César.

Outra região com artesanato em exposição no Centro de Artesanato Cristo Rei é a região do Aritapera, onde são produzidas cuias bordadas e que já se tornaram bastantes conhecidas em Santarém, como podemos verificar na figura seguinte.

Figura 03: Cuias Bordadas da Região do Aritapera



Fonte: MARINHO, Júlio César, 2019

Das florestas do município onde existe a extração de látex de seringueira são elaborados vários objetos como os que podemos verificar na figura abaixo.

Figura 04: Artesanatos feitos de látex



Fonte: MARINHO, Júlio César.

CONCLUSÃO

O município de Santarém apresenta um grande potencial a ser explorado na elaboração de artesanato. São muitas comunidades onde existem produções de artesanato e onde a economia criativa pode ser utilizada como um potencializador do turismo em Santarém.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. **Design + Artesanato: o caminho brasileiro.** São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

CARVALHO, L. **Cuias de Santarém: tradição, mercado e mudança em comunidades artesanais da Amazônia.** Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 69-78, 2007.

FELSKI, H. et al. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocio-economia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. **Organizações Rurais & Agroindustriais** 12, no. 1. 2011.

FERNANDES, M. **Estratégia para o desenvolvimento do artesanato contemporâneo na Madeira.** Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural. Universidade da Madeira. Madeira. 2010.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento—uma visão do estado da arte.** Territórios com identidade cultural. Rimisp 20°. Aniversário, v. 47, 2006.

LEMOS, Maria Edny Silva. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda: Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce. 2011.** Tese de Doutorado. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza—CE: UFC.

LIMA, R. **Artesanato:** cinco pontos para discussão. Palestra Artesanato Solidário, Central Artesol. 2005.

AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SOLEDADE DO LAGO GRANDE, SANTARÉM - PARÁ: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL 13 DE MAIO NO PERÍODO DE 2013 - 2018.

Luana Rocha.

*Acadêmica do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da UFOPA.*

E-mail: rochaluana6@gmail.com

RESUMO.

A pesquisa tem como objetivo analisar por meio de estudo de caso, os avanços e desafios das políticas públicas na educação do campo na Escola Municipal 13 de maio de Soledade do Lago Grande, Santarém, Pará no período de 2015 a 2018. Analisou se as políticas públicas de educação do campo no Brasil, a política pública de educação do campo municipal e a experiência da Escola 13 de Maio.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Educação do Campo, Santarém.

INTRODUÇÃO

A educação está prevista em nossa Constituição como um direito fundamental de natureza social (art. 6º). Como um direito social, está submetida ao regime jurídico próprio, pautado por princípios e diretrizes a serem observados pelo Poder Público para sua implementação. À luz da CF/88, a educação

deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste sentido, com respaldo da Lei, a educação do campo se constituiu como um novo paradigma educativo para as populações que habitam as áreas rurais do Brasil; ela emerge a partir das lutas dos sujeitos do campo e se consolida institucionalmente com a Lei 9.394/96 (LDB da Educação).

Há uma retomada desta problemática, mais intensamente, a partir dos anos 2000, com a reorganização das políticas agrárias e as deliberações das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, decorrentes das lutas por uma educação de qualidade travada pelos Movimentos Sociais do Campo dos Sem-Terra (MST) que desempenharam um papel central nesse debate e na colocação da educação do campo em pauta.

Mesmo com os avanços ocorridos na educação, desde a década de 1930, o campo manteve-se numa condição de subordinado à cidade, ou seja, o lugar é tratado como uma extensão da cidade, onde vivem pessoas atrasadas, analfabetas e condenadas a trabalhar na lavoura, pesca e outros meios de subsistência no campo.

O desenvolvimento deste trabalho parte da inquietação quanto aos avanços e desafios no que se refere à aplicação das políticas públicas para a educação no campo, sua efetividade e sua ausência.

A metodologia aplicada na pesquisa foi do tipo qualitativa exploratória. As pesquisas exploratórias podem proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser mais flexível por considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados

pode ocorrer de diversas maneiras, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto e análise de exemplos que estimulem a compreensão. (SELLTIZ; 1967, p. 63).

Em primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico acerca das definições de Políticas Públicas e Educação no Campo. A segunda parte da pesquisa foi desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Santarém-PA, por meio de análise documental com a finalidade de levantar dados e reunir documentos necessários para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa. Após a coleta de dados sobre as Políticas educacionais e suas ações, realizou - se o estudo de caso na escola em questão. Segundo Yin (2010, p. 39), “(...) o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor entendimento das políticas públicas educacionais tratadas na pesquisa, foi necessário deixar em evidência o conceito de políticas públicas.

Segundo Souza (2006, p. 26) Política Pública é:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações

tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Já Piana (2009) trata de política pública como:

Política Social (Pública): linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. (PIANA, 2009, p. 72).

Garantir o direito à educação é essencial para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária. Falar em política pública da educação do campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar o que o velho tratamento nunca garantiu: a educação como direito dos povos do campo. (ARROYO, 2004, p.58).

Fernandes (2006), enfatiza que a educação no campo é compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo, para esse autor o campo é visto como:

Lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (FERNANDES, 2006, p. 137).

No entendimento de Caldart (2002), os povos que habitam os campos brasileiros devem ser vistos, compreendidos e respeitados por políticas educacionais que garantam seus direitos a uma educação pública que seja no e do campo. A autora informa: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p.18).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os currículos escolares, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, são trabalhados a partir de uma base nacional comum. Essa base deve ser complementada em sua parte diversificada a partir das especificidades e características da sociedade e da cultura a nível regional e local.

As políticas educacionais atuais que direcionam a educação municipal estão contempladas na Lei nº 19. 829 de 14 de julho de 2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação (PME)

para o decênio 2015/2025. O que a legislação preconiza para a educação do campo longe está de constituir-se em realidade, pelo menos é o que se observa ao analisar o PME do município de Santarém e o Projeto Político Pedagógico da Escola 13 de Maio, pois o currículo escolar, ações, objetivos e metas definidos nestes documentos, em sua composição não privilegiam a interdisciplinaridade como algo essencial ao processo educativo.

Apesar de se ter uma legislação que apresenta pontos específicos para as escolas do campo, o que se observa é que a Secretaria Municipal de Educação não tem políticas públicas que possam atender efetivamente a demanda das escolas do campo dentro do município de Santarém, sendo esta tratada apenas como uma extensão da educação urbana.

CONCLUSÃO

A organização dos conteúdos apresentadas na Proposta Curricular privilegiam uma concepção positivista de ciência, incorporando uma concepção de linear e fragmentada, em que cada objeto de ensino corresponde a uma especialidade, perdendo assim a sua referência com as relações sociais.

Desse modo, é perceptível a fragilidade na construção de uma identidade própria para a escola de campo, pois o currículo não possui vinculação às questões inerentes a sua realidade e não respeita os saberes próprios dos discentes. Percebe-se ainda que a pedagogia escolar não valoriza a realidade, identidade e cultura do homem do campo.

Apesar de se ter uma legislação que apresenta pontos específicos para as escolas do campo, o que se observa é que a Secretaria Municipal de Educação não tem políticas públicas

que possam atender efetivamente a demanda das escolas do campo dentro do município de Santarém, sendo esta tratada apenas como uma extensão da educação urbana.

Assim, ao longo da análise foi possível perceber que o currículo escolar da Escola 13 de Maio apresenta-se homogeneizador e urbanocêntrico, privilegiando o polo urbano e valores impostos ao conjunto da sociedade, o que resulta em um currículo reducionista frente às demandas próprias do mundo rural.

REFERÊNCIAS.

ARROYO, M, G. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 25 de agosto de 2019.

CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING. E. J., CERIOLLI. P. R., CALDART. R. S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas – Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25.

FERNANDES, B. M. **Os campos da Pesquisa em Educação do Campo**: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39

PIANA, Maria Cristina. **As políticas educacionais**: dos princípios de organização à proposta da democratização. In: PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

Souza, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 06 de Agosto de 2019.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967

YIN, Robert H. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto alegre; Bookman, 2010.

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SANTARÉM – PARÁ: REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS.

Angra Bezerra da Silva¹

Acadêmica do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento

Regional da UFOPA.

E-mail: angra.np@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho faz um levantamento sobre o cenário atual da educação do campo em Santarém, utiliza a escola municipal Duque de Caxias como exemplar da realidade da educação do campo nesse município. Tem como objetivo geral analisar a relação entre a falta de aplicação de políticas públicas educacionais do campo e os problemas estruturais enfrentados na Escola Municipal Duque de Caxias – Ilha de São Miguel, região do Aritapera, na várzea de Santarém. Como objetivos específicos tem-se: Reconhecer e compreender as políticas públicas destinadas ao campo; Conhecer os principais problemas estruturais que afetam a Escola Duque de Caxias no que diz respeito a não efetividade de políticas públicas na referida instituição de ensino; Averiguar a existência de relação entre os problemas encontrados na Escola e a aplicação ou a falta de aplicação de políticas públicas educacionais. A metodologia utilizada no presente trabalho consistiu de um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática. Em primeiro momento foi realizado uma revisão da literatura bibliográfica sobre políticas públicas e educação do campo,

baseado em vários autores. Num segundo momento foi executado a pesquisa de campo para a realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas de caráter qualitativo com a direção da escola foco deste estudo, corpo técnico, professores, pais e alunos da escola.

Palavras-chave: Educação do campo. Cenário atual. Escola Duque de Caxias. Santarém.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a educação pública é questionada a partir dos parâmetros das políticas públicas. A debilidade educacional acontece no imbróglio entre as partes administrativas, discentes e docentes que tentam suprir as necessidades básicas da educação que recebe míseros investimentos governamentais.

A educação no campo está sujeita a situações ainda piores, quem dela depende, enfrenta arduamente o descaso, seja pela localização da área rural com todos os obstáculos físicos gerados pela natureza ou pelo homem, seja pela falta de investimentos para o desenvolvimento financeiro das famílias que, mesmo não isentas de impostos, acabam por não gozar das aplicações fornecidas por eles; assim como a dificuldade de locomoção dos professores, prédios educacionais fragilizados e sem estruturas para acolher a comunidade que dele depende, alimentação que não é voltada à necessidade e realidade do aluno e, principalmente, a falta de equipamentos pedagógicos educacionais adequados a esse meio.

A sazonalidade da região amazônica impõe aos ribeirinhos uma outra situação de adaptação constante ao meio ambiente, com intervalo de seis meses, período em que “as águas estão

secas” e dá para caminhar ao chão e utiliza-lo das mais diversas formas, e outros seis meses em que passam por um período de “cheia das águas”, em que a locomoção se resume em transportes aquáticos, os mais populares são botes e canoas.

Dessa forma, o modo de vida dessas pessoas se torna uma luta diária, entre o viver e o sobreviver. De um lado animais peçonhentos, mosquitos e outros animais que de uma forma ou de outra interferem no aprendizado das crianças e causam preocupação aos pais e de outro, a falta de infraestrutura mesclada a uma qualidade de vida precária que se estende pela locomoção voltada à limitação dos meios de transporte disponíveis e o difícil acesso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação do campo foi historicamente caracterizada como um espaço de precariedade, de descaso especialmente pela falta de apoio das instituições governamentais e pela ausência de políticas públicas para a população do campo.

Apesar dos avanços alcançados na educação do campo nos últimos anos, especialmente após a Constituição Federal de 1988, percebe-se que o campo é tratado como uma extensão da cidade, onde vivem pessoas atrasadas, analfabetas e destinadas a trabalhar na lavoura, pesca e outros meios de subsistência no campo (SHIROMA, 2011).

A compreensão da história nos leva saber que a educação sempre foi imposta aos interesses sociais, visto que historicamente, no modelo de desenvolvimento brasileiro, comandado pelas elites, acreditava-se que a população rural não precisava aprender a ler e escrever, numa clara negação do direito de acesso e permanência na escola para a população do campo,

bem como predominava o entendimento de que rural era sinônimo de atraso (KUENZER, 1996).

Tem-se que o sistema educativo adotado e as políticas públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socio-culturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

A Constituição Federal brasileira de 1988, considerada a mais humana de todos os tempos, trouxe em seu bojo abordagens importantes para a educação. Nesta contextualização, o artigo 205 diz o seguinte: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento de pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BULOS, 2009).

A qualidade na educação é elemento complexo devido a sua abrangência e necessidade de ter nas características físicas da escola, nos docentes e na didática de ensino fatores que possibilitem a construção desta qualidade. Isto não significa dizer que nenhuma criança ou adolescente fique fora da sala de aula é, importante que exista qualidade nesta escola básica, oferecida para todos (BOLZANO, 2004).

Fernandes (2006, p. 28) “(...) Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”. Para Caldart (2002, p. 22), “a educação do campo é uma proposta que se inova cotidianamente, baseada nos saberes dos povos do campo, na experiência, na luta por políticas”, além disso é:

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações (...).

A luta pela educação no campo deve ser pensada primeiramente através da luta pela formação de todos os sujeitos desse meio. É importante que a comunidade esteja envolvida no processo de construção das Políticas Públicas educacionais para o campo, por meio de mobilizações reivindicando melhorias na educação do campo “Têm-se a clareza de que sozinha a escola não provocará isto. Ao contrário, é o movimento social que precisa ocupar e ocupar-se da escola, construindo junto com os educadores que ali estão o seu novo projeto educativo” (CALDART, 2002, p. 72).

A luta é uma premissa importante para o avanço da educação "Percebo que a luta engendra um sabor em certo nível. Sempre que se luta e peleja há uma certa noção, há uma certa

clareza sobre aquilo que se luta, há uma noção de remover obstáculos." (FREIRE, 1998, p. 22)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As áreas de várzeas, que fazem parte da realidade do campo, se destacam pela sua peculiaridade no meio físico em que os ribeirinhos convivem e se adaptam a natureza durante o ano. Dadas as circunstâncias, uma pesquisa voltada ao modo de como funciona ou está distribuído as políticas públicas educacionais nas áreas rurais, especificamente nas áreas de várzea é mais um caso a se pensar quando o termo “políticas públicas” entra em questão.

O interesse pelo tema surgiu da inquietação referente ao descuido com a educação no campo percebido na Ilha de São Miguel, região do Aritapera, em Santarém, especificamente referente à estrutura dos espaços físicos, calendário escolar e ausência de políticas públicas. A educação constitui-se como um instrumento de grande importância para a sociedade. Diante disso, a necessidade de uma educação do campo eficiente e condizente com as realidades vividas localmente, se mostra cada vez mais evidente, por isso, a importância de conhecer como vem se configurando a educação nesses espaços.

Entender essa realidade representa a possibilidade de abrir caminhos para se pensar em possíveis melhorias tanto na constituição e aplicação de políticas públicas educacionais eficientes como na qualidade de vida das pessoas que vivem no planalto, na região de rio, ou na várzea.

CONCLUSÃO

Ainda que de forma parcial, este trabalho aponta para a ineficiência das políticas públicas sociais voltadas para a educação do campo na escola Duque de Caxias. Fica claro a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e de cunho geral na tentativa de identificar onde se encontram os principais impecílios que impedem que a educação do campo possa ser transformadora como preconiza a legislação nacional.

REFERÊNCIAS.

BOLZANO, Sonia Maria Nogueira. Do direito ao ensino de qualidade ao direito de aprender com qualidade – o desafio da nova década. In: LIBERTI, Wilson Donizeti. **Direito à educação: uma questão de justiça**. São Paulo: Malheiros, 2004, p.122

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada**. 9. ed. rev. e atual. até a EC n.57/2008. São Paulo: Saraiva, 2009.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING. E. J., CERIOLLI. P. R., CALDART. R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas** – Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25.

FERNANDES, B. M. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Planejamento e Educação no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

RUA, Maria das Graças. **Avaliação de políticas e programas: notas introdutórias**. [S.l.: s.n.], 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 4ª Ed. I reimp. 128 p.

Souza, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 06 de Agosto de 2017.

EIXO: POLÍTICAS DE LOGÍSTICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

Figura: Aspectos do porto da Cargill em Santarém (PA)



Foto: Márcio Benassuly, 2019.

CONFLITOS ECOLÓGICOS DISTRIBUTIVOS DA LOGÍSTICA GRANELEIRA NA AMAZÔNIA²³

Franciclei Burlamaque Maciel²⁴

RESUMO

O objetivo desse estudo é compreender os impactos indiretos com a política logística no território amazônico. O cenário da pesquisa é o Distrito de Miritituba, no município de Itaituba, estado do Pará. Utilizou-se dados de documentação oficial dos três entes da federação, e dados de entrevistas e observação participante nos anos de 2017 e 2018. Os resultados apontam para os efeitos da ecologia política com a política de desenvolvimento/logística na Amazônia. Conclui-se que os frequentes efeitos no cotidiano do Distrito de Miritituba geram riscos à saúde em virtude das condições de exposição adversas no ambiente. Essa questão e os passivos da oferta de serviços públicos demandam intervenção pública para conter os efeitos na perspectiva da equidade e sustentabilidade.

Palavras Chave: saúde-ambiente, ecologia política, desenvolvimento regional.

²³ Esse trabalho é parte da tese de doutorado da autora.

²⁴ Prof^ª Dra no Instituto de Ciência da Sociedade/UFOPA. E-mail: franciclei@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O olhar do Estado brasileiro sobre a região da Amazônia, enquanto recorte espacial sempre foi intencional com interesse geopolítico e econômico. Na contemporânea a política pública de desenvolvimento alinhado a política logística continuam perpetuando as transformações do território. As Estações de Transbordo e Cargas (ETCs) é um desses exemplo, que faz parte de um projeto econômico de desenvolvimento regional baseado na economia do agronegócio.

O estudo tem como objetivo, compreender os impactos gerados com a logística granelaria no território amazônico. O recorte do estudo é o Distrito de Miritituba, no município de Itaituba, estado do Pará. Utilizou-se dados de documentação oficial dos três entes da federação e dados de entrevistas e observação participante nos anos de 2017 e 2018, com análise reflexiva crítica (SEVERINO, 2007).

FUNDAÇÃO TEÓRICA: ECOLOGIA POLÍTICA E O TERRITÓRIO

As transformações socioambientais que afetam o território não são apenas de ordem natural, são de origem das ações decisórias do Estado e da ação do capital. Na região Amazônica as transformações socioambientais que afetam o território têm procedência exógena e/ou de parceria com atores e instituições locais. As discussões sobre o conjunto dessas ações muitas vezes apresentam a região com grandes capacidades para atender as demandas associadas à economia nacional. São exemplos de empreendimentos de grandes portes planejados no âmbito das políticas públicas, a mineração, estradas, portos, hidrelétricas, dentre outros.

As relações sociais cotidianas da região, dos quais Becker (1983) se apropria para apresentar o território com um produto construído pelas ações dos sujeitos sociais, caracterizando uma prática social no território. Por isso, território é um termo político utilizado para referir-se ao espaço geográfico, o qual deve ser entendido como extensão de diversas formas de apropriação. Nesse território ocorrem as manifestações do poder de diferentes sujeitos dos quais emergem as territorialidades e as geopolíticas com as pressões e as articulações individuais e coletivas.

Para Santos e Silveira (2004), o território representa a questão central no campo de discussão teórica e política da abordagem da ecologia política, na medida em que analisa os conflitos ecológicos distributivos decorrentes desses processos (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007). Esses conflitos se associam aos efeitos sobre múltiplos atributos naturais envolvendo a apropriação material e econômica, até aos impactos no ambiente e na saúde-doença (PORTO et al., 2012). Esses processos podem gerar efeitos desiguais afetando o bem-estar social, com a degradação ambiental ou com o crescimento demográfico pressionando a rede de serviços públicos. Nesse caso, a ecologia política aponta para os problemas ambientais os quais devem ser compreendidos nos contextos políticos e econômicos.

Para Monken *et al.*, (2008) a ecologia política é uma abordagem relevante para esclarecer os efeitos da relação entre o sujeito e o ambiente do ponto de vista epidemiológico. Sendo útil para aplicar a ideia de multicausalidade dos fenômenos relacionados às atividades econômicas e as transformações socioambientais que afetam a qualidade de vida. Essa questão aponta para a relação da ecologia política com a saúde coletiva

e visa mostrar a relação saúde-ambiente e os riscos a partir dos processos sociais e práticas econômicas. Assim, a ecologia política enquanto abordagem teórica conforme afirma Porto (2012, p. 209), “tem o desafio de fortalecer a integridade e a saúde das localidades e dos ecossistemas ao integrar criticamente questões sociais, econômicas, ambientais e de saúde na perspectiva territorialista”. Tal integração é importante para compreender e enfrentar os efeitos socioambientais, pressupondo articulação entre as dimensões da saúde e ambiente no território.

Os riscos à saúde advindo desses processos são implícitos no contexto histórico, social, cultural e econômico. Fato que ocorre por meio da poluição que se espalha pelo ar, água, solo, alimentos, entre outros, entendidos como riscos extensivos que afetam as pessoas que vivem e interagem com o território. Para Porto (2012) os riscos que afetam a saúde são classificados como exposição dos sujeitos sociais às condições ambientais desfavoráveis ao bem-estar, podendo influenciar nas manifestações de doenças e mortes. Assim, o modelo teórico da ecologia política procura revelar os efeitos gerados pela economia no ambiente, materializados nos conflitos que envolvem as transferências dos ônus em termos negativos, principalmente para os contextos sociais menos favorecidos economicamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O RISCO INDIRETO COM A POLÍTICA LOGÍSTICA GRANELEIRA

O Distrito de Miritituba em Itaituba é o eixo principal da política logística do agronegócio, onde estão instaladas as Estações de Tránsito e Carga (ETCs) que se beneficiam das rodovias federais e do rio Tapajós, por onde os grãos são es-

coados para portos internacionais. Dessa forma, os governos federal e estadual objetivam reduzir as desigualdades sociais no mesmo ritmo da ampliação da capacidade produtiva da região, assim como acirram riscos indiretos no ambiente.

A esse respeito Lima (2016) afirma que os impactos gerados por projetos dessa natureza, são desfavoráveis à saúde da população local, e influenciam a proliferação de doenças parasitárias como malária e leishmanioses. Esses fenômenos ocorrem porque a saúde-ambiente não são relevantes nos planejamentos dos empreendimentos, onde as ações são mediáticas e improvisadas. De forma geral, esses aspectos imprimem alerta em razão dos empreendimentos em Miritituba, que produzem transformações econômicas, socioambientais e riscos a saúde humana.

Cabe destacar que as obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), como as ETCs foram submetidas as avaliações por meio dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs), o que não significa a garantia de ações mitigadoras de impactos gerados no ambiente. Isso é preocupante quando se pensa nas áreas próximas aos ETCs em Miritituba, consideradas áreas de influência indireta dos impactos (BRASIL, 2012; TERFRON, 2011).

Martinez - Alier (2008) adverte sobre os conflitos relacionados ao transporte pela demanda cada vez mais intensa da economia, relacionados a construção de rodovias ou mesmo a pavimentação, construção de portos, hidrovias entre outros. Assinalando para a possibilidade de risco à saúde, no sentido de “exposição dos sujeitos às condições ambientais adversas” (PORTO, 2012, p. 96). No caso das implementações das ETCs em Miritituba, os efeitos indiretos geram forte pressão

sobre esses serviços públicos, fato previstos nos EIAs dos empreendimentos (TERFRON, 2011; BRASIL, 2012).

As operação das ETCs também contribui para elevar o nível de poluição ambiental com intenso trânsito de caminhões graneleiros, com movimento diário de 100 a 400 caminhões por empresa (até agosto de 2018), sem contar os caminhões com combustíveis que trafegam pelo local, entre outros. Esse intenso movimento de veículos tem gerado pressões sobre a infraestrutura com fortes impactos nas vias de transporte e para os usuários do lugar, bem como as residências afetadas pelos ruídos dos carros pesados, e intensos resíduos particulados na forma de poeiras.

Por outro lado, os moradores e as lideranças do Distrito de Miritituba apontaram os efeitos decorrentes no aumento do processo migratório e com significativa influências sobre a dimensão social, no que diz respeito ao aumento da violência, prostituição, exploração sexual infanto-juvenil e aumento de filhos órfãos. São fenômenos que caracterizam os chamados conflitos ecológicos distributivos no âmbito da ecologia política. Admite-se portanto que os efeitos sobre os processos sociais geram riscos à saúde humana, como no caso do aumento das infecções sexualmente transmissíveis (IST's), como a gonorreia, clamídia, sífilis e tricomoníase, Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), herpes genital, entre outras. Segundo o Ministério da Saúde, as IST's causam impacto na qualidade de vida, tanto nas relações pessoais como familiares e sociais (BRASIL, 2015). Essa preocupação foi manifestada no pelos sujeitos sociais entrevistados, principalmente pela reduzida infraestrutura para ofertar serviços públicos de saúde que atenda a essas demandas.

CONCLUSÃO

A ecologia política da logística graneleira ganha significado, na medida que procura compreender as dinâmicas no território envolvendo a dialética entre as transformações socioambientais e os efeitos indiretos da logística graneleira que propiciam os conflitos ecológico distributivos. Leva-nos a crer que a política logística perpetua os efeitos pouco favoráveis aos sujeitos sociais. Registrou-se avanços significativos como oportunidades de emprego (embora não apresentado nesse estudo), assim como os agravos a saúde, entendido não como retrocesso, mais de pouca relevância diante da economia do agronegócio.

Conclui-se que a promoção a saúde por meio da educação em saúde, assim como ações de prevenção de doenças, ao serem intensificadas podem contribuir com a capacidade resolutiva local alcançando resultados salutareos para a saúde humana.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo.** In: BECKER, BK; COSTA, RH. (Orgs). *Abordagens políticas da espacialidade.* Rio de Janeiro:UFRJ, 1983, p. 1-21.

HENRIQUES, A.; PORTO, M. F. de S.; **Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil.** E-cadernos ces, 17, 2012. Disponível < <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/02.Henriques%20e%20Porto.pdf>>. Acessado em: 21 jan 2017.

LIMA, M. de O. **Saúde Ambiental e Ocupacional na Amazônia.** Cad. Saúde Colet., 2016, Rio de Janeiro, 24 (1): 1-2. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n1/1414-462X-cadsc-24-1-1.pdf>>. Acessado em: 05 nov. 2016.

MONKEN, M. PEITER, P., BARCELLOS, C. ROJAS, L.I. M., NAVARRO, M. B. M. de A., GODIM, G. M. de M., GRADE, R. **O território na Saúde: Construindo referências para análise em saúde e ambiente.** In. MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C.; MONKEN, M. *Território, ambiente e saúde.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

TERFRON -Terminal Portuário Fronteira Norte. **Relatório de impacto ambiental – Estação de Transbordo de Cargas - ETC/Miritituba. Brandt Amazônia.** Junho, 2011. Disponível em< <http://www.sema.pa.gov.br/download/RIMA-EstacaodeTransbordodeCargas-ETCMiritituba.pdf>>. Acessado em: 21 dez 2016.

PORTO, M. F. de S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 270.

PORTO, M. F. S.; MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde.** Cadernos de Saúde Pública, 23(4). 2007. p. 503-512.

SANTOS M.; SILVEIRA M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record. 2004.

MIRITITUBA – ITAITUBA (PA) E A AVALANCHE DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE CARGAS (ETC) NO RIO TAPAJÓS²⁵

Márcio Júnior Benassuly Barros.

Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará.

E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

INTRODUÇÃO

O território onde atualmente está localizado o distrito de Miritituba, Itaituba, Pará tem suas origens associado ao processo de ocupação territorial pela coroa portuguesa na Amazônia iniciada no século XVII com a fundação de Belém do Pará em 1616.

A ocupação do vale do rio Tapajós pelos colonizadores portugueses tem na figura de Pedro Teixeira uma centralidade, que por volta de 1626 percorreu trechos do rio Tapajós (REIS, 1993).

Itaituba surge de um aldeamento de índios para onde por volta de 1836, foi constituído um destacamento militar sendo enviado para o local o tenente Joaquim Caetano Correa, considerado o fundador da cidade (IBGE, 1957)

Miritituba está localizada em frente à cidade de Itaituba, na margem direita do rio Tapajós. Nesta agrovila houve a insta-

²⁵ A presente pesquisa é um resumo modificado e ampliado do artigo *De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará* publicado na revista **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, Abril. 2019.

lação de uma unidade do Departamento Nacional Estradas e Rodagens (DNER) quando da construção da rodovia Transamazônica em 1972. No local foram instalados um escritório do INCRA, instalações do DNER, da Companhia do 8º Batalhão de Engenharia do Exército, Terminal de Combustível da Petrobrás (diesel e gasolina) e do Porto da Companhia Docas do Pará (SUDAM, 1976)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da década de 1970 no contexto das políticas do Programa de Integração Nacional (PIN) foi construída a rodovia Transamazônica (BR 230). Naquela época a área onde atualmente encontra-se o distrito de Miritituba existia uma fazenda de propriedade de Tibiriçá Cunha, em cujo local foram instalados vários alojamentos de trabalhadores responsáveis pela construção desta rodovia.

Ao longo desta rodovia teve início um intenso processo de colonização dirigida, onde foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PIC'S): PIC Altamira, PIC Itaituba e PIC Marabá (CARDOSO, MÜLLER, 1977; BARROS, 2011)

O PIC Itaituba teve sua primeira sede no distrito de Miritituba, onde foi instalada uma agrovila sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (SUDAM, 1976). A partir de 2010 inicia os primeiros estudos visando à instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) no distrito de Miritituba.

Atualmente existem quatro grandes ETC's de escoamento de grãos controladas por cinco grandes empresas em Miritituba, a saber: ETC da Bunge\Amaggi, ETC da Hidrovias do Brasil, ETC da Cianport e ETC da Cargill. A ADM utiliza ins-

talações da Cargill em Miritituba e a Louis Dreyfus Company usa a estrutura da CIANPORT em Miritituba.

A chegada destas instalações portuárias foi responsável, por uma série de dinâmicas sócio – econômicas - territoriais no distrito em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da república, teve início a uma série de ações que foram tomadas para viabilizar a construção de um conjunto de infraestrutura que pudesse permitir a exportação da soja pelos portos da região amazônica. Durante os dois mandatos de FHC foram inseridos nos dois Planos Plurianuais (PPA) diversas ações com este propósito. No primeiro mandato, foi elaborado o *Programa Brasil em Ação* que previa a implantação de um conjunto de hidrovias na bacia amazônica. As hidrovias previstas foram a do rio Madeira no trecho entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM) e dos rios Tocantins e Araguaia. Este programa previa o asfaltamento de trechos de diversas rodovias federais na região como a BR 163, BR 364 e BR 164 (OLIVEIRA, 2006).

Com o avanço do asfaltamento da BR 163 nos anos 2000, a aprovação da lei de portos em 2013 e a expansão da fronteira agrícola de soja para o Norte passa a haver uma forte pressão pela exportação da produção agrícola do Mato Grosso, principal produtor de grãos do Brasil, pelos portos do Arco Norte, localizados acima do paralelo 16 para a instalação de Terminais de Uso Privado (TUP) de empresas do agronegócio em Miritituba.

O escoamento da produção agrícola do Mato Grosso pelos portos do Arco Norte representam a redução de custos em relação aos tradicionais portos de exportação de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

O sistema logístico das empresas de agronegócio instaladas em Miritituba, Pará atualmente é constituído pelas empresas Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill conforme descrição seguinte. A ADM e a Louis Dreyfus Company utilizam estruturas de outras empresas em Miritituba.

A *Bunge* é uma empresa norte-americana que tem sua sede em Nova York. A empresa atua no Brasil a mais de 100 anos, sendo a maior processadora de soja e trigo do país, líder no segmento de óleos vegetais, farinha de trigo e pré - misturas para panificação, além de ser a maior exportadora de agronegócio. Em 2016, possuía 100 unidades no Brasil, atuando em 17 estados e no Distrito Federal e possuía 17 mil colaboradores, transportando neste ano cerca de 35 milhões de toneladas de grãos no país. A empresa foi pioneira na abertura de nova rota de soja, realizando a conexão estrada, pela BR 163 a hidrovia Tapajós-Amazonas, ligando Miritituba ao Porto de Vila do Conde no município paraense de Barcarena (BUNGE, 2017)

A Estação de Transbordo de Cargas (ETC Miritituba) visa o escoamento de grãos e farelo de soja provenientes de produtores do norte do Mato Grosso que chegam a estação pela BR 163 por caminhões. Neste local a carga é transportada em barcaças que seguem para o Terminal Graneleiro de Barcarena onde será embarcada em grandes navios que seguem para os principais mercados consumidores globais.

Em 2016 a empresa firmou parceria com o grupo Amaggi para escoamento de grãos pela hidrovia Tapajós-Amazonas,

mediante o compartilhamento das instalações da Estação de Transbordo de Miritituba e do Terminal Portuário de Barcarena (BUNGE, 2016)

Para realizar o transporte de Miritituba para Barcarena a Bunge realizou uma parceria mediante uma *Joint Venture* de transporte fluvial com a Amaggi, que resultou na criação da Navegações Unidas Tapajós Ltda. (Unitapajós) com a construção de 90 barcaças e 05 empurradores e com investimentos de R\$ 300 milhões (VALOR ECONÔMICO, 25\04\2014)

A *Amaggi* é uma empresa que foi fundada em 1977 em São Miguel do Iguazu, Paraná, em 1979 realiza a aquisição da primeira propriedade no estado de Mato Grosso, no município de Itiquira. Em 1997 a empresa foi pioneira ao iniciar o transporte de grãos em direção a Amazônia, mediante atividade de Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) onde mantém instalações portuárias. Em 2002 tem início as operações de esmagamento de grãos em Itacoatiara (AM). Em 2014 a empresa realiza o primeiro transporte de grãos pelo corredor hidroviário Tapajós-Amazonas, dando início a uma parceria estratégica com a multinacional Bunge pelo compartilhamento das instalações da Estação de Transbordo de Miritituba (PA) e mediante a formação da Unitapajós. Em 2016 a empresa fez a aquisição de 50% das Estação de Transbordo de Miritituba e do Terminal Portuário de Barcarena da Bunge (AMAGGI, 2017).

A empresa opera em dois corredores na Amazônia. O primeiro é o corredor Madeira e o segundo é o corredor Tapajós. A empresa possuía em 2016 uma frota operando no corredor Tapajós de 90 barcaças graneleiras, 8 empurradores e 1 empurrador em construção, que transportaram neste ano 1,6 milhões de toneladas de grãos. Opera este corredor em parceria com a Bunge Alimentos (AMAGGI, 2017).

A *Cargill* é uma empresa americana fundada em 1865, tem sua sede global em Minneapolis, Minesota, Estados Unidos. Opera em 70 países, tem 150 mil funcionários no mundo. É a maior empresa de capital privado do mundo. Atua no Brasil desde 1965, com sua sede em São Paulo, possui no Brasil 22 fábricas e 05 terminais portuários (CARGILL, 2016).

A Estação de Transbordo de Cargas (ETC Cargill) localizada em Miritituba tem como objetivo o transporte de grãos da região de influência da BR 163 (MT-PA) até o terminal da empresa em Santarém.

Este transporte de grãos das regiões produtoras do norte do Mato Grosso ocorre de caminhões pela BR 163 até Miritituba de onde seguem por barcaças pela hidrovia Tapajós - Amazonas até o terminal da Cargill em Santarém. Neste local a carga será embarcada em navios com destino aos mercados mundiais consumidores.

Em 2015, o terminal de Santarém passou por uma ampliação que elevou sua capacidade de transporte para cinco milhões de toneladas. Em 2016 a empresa iniciou a operação da Estação de Transbordo de Miritituba (CARGILL, 2017)

A *Hidroviás do Brasil* é uma empresa que foi criada em 2010 com o objetivo de promover soluções logísticas integradas na América Latina no setor de transporte hidroviário. A empresa atua em dois corredores logísticos: o corredor logístico norte e o corredor logístico sul.

O *Corredor Logístico Norte*. Visa atender a demanda de transporte de grãos e farelo de soja da região Centro – Oeste para os portos do Arco Norte. A empresa possui uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, Itaituba, Pará

e um Terminal de Uso Privado (TUP), no porto de Vila do Conde, Barcarena, Pará.

A Estação de Transbordo de Cargas de Miritituba (ETC Miritituba) recebe a carga de grãos que chegam no local por caminhões que é posteriormente carregado em barcaças que seguem para o TUP de Vila do Conde.

O Terminal de Uso Privado (TUP) de Vila do Conde, recebe os grãos os grãos em caminhões ou em barcaças que em seguida são transportados em navios graneleiros do tipo *post panamax* que possuem capacidade de 120 toneladas e segue para os mercados consumidores internacionais.

O *Corredor Logístico Sul*. Visa atender o transporte de minério, grãos, fertilizantes, celulose no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A empresa em 31/07/2014 assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República que autorizou a construção e/ou exploração da instalação portuária em Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga (ETC) para movimentação de granel sólido (grãos e farelo de soja).

A *Companhia Norte de Navegação e Portos S. A (Cianport)* é uma *Joint Venture* criada em 2012, como braço logístico da Friagil que possui 32% das ações e a Aprosoja que detém 68% da empresa. A empresa tem como objetivo o escoamento da produção de grãos da região Centro - Oeste para os portos do Arco Norte (Pará e Amapá). A empresa possui instalações na Estação de Transbordo em Miritituba, Itaituba, além de atuar em Santana, no Amapá. Em 2014 a empresa previa um investimento no Pará em Amapá de R\$ 613 milhões no setor de transporte de soja (VALOR ECONÔMICO, 10\06\2014).

Em junho de 2016 a empresa inaugurou a Estação de Transbordo de Carga (ETC Itaituba) localizada em Miritituba que contou com investimento de R\$ 45 milhões. Para 2017 a previsão era de exportação por esta ETC de 1,5 milhão de toneladas de grãos. Esta estação tem capacidade para movimentar 3,5 milhões de toneladas por ano, que visa atender a produção própria de produtores da Aprosoja e da Friagil, do qual a Cianport é um importante braço logístico (ESTADO DE SÃO PAULO, 12/05/2016).

A Estação de Transbordo de Carga (ETC Itaituba) está localizada em Miritituba e tem como objetivo a viabilização do escoamento de grãos pela hidrovia Tapajós-Amazonas até os terminais portuários de Santana, Amapá.

A presença destas empresas nesta localidade foi responsável por um conjunto de dinâmicas na pacata localidade localizada as margens do rio Tapajós. Uma das alterações logo sentida pelos moradores foi quanto ao fluxo de carretas que no período do pico do transporte de grãos chegam à localidade. Diversas pesquisas apontam que no período do pico do transporte cerca de 1.500 carretas chegam a Miritituba todos os dias. Este elevado fluxo de carretas causa barulho, poeira, e congestionam as vias de acesso a localidade onde existem vários estacionamentos de carretas onde as mesmas ficam aguardando o sinal para seguir viagem para a área portuária onde a carga será transbordada para barcaças.

A seguir temos a relação das empresas com atuação em Miritituba na atualidade. São sete empresas que já operam nesta rota de transporte tendo como origem da produção agrícola o norte do estado de Mato Grosso que seguem pela rodovia Cuiabá – Santarém até Miritituba onde a carga é transbordada para barcaças. Na sequência desta rota a carga segue para des-

tinhas onde grandes navios do tipo *panamax* levam a produção agrícola para mercados consumidores da Ásia, América do Norte e Europa principalmente. As empresas com atuação em Miritituba são: Cargill, Bunge, ADM, Amaggi, Hidrovias do Brasil, Louis Dreyfus Company e Cianport, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 01: Empresas de soja com atuação em Miritituba - Itaituba

Empresa	Atuação
CARGILL	Possui terminal de transbordo rodo-fluvial em Itaituba (PA) e terminal portuário em Santarém (PA).
BUNGE	Possui Estação de Transbordo, em Miritituba (Tapajós), e o Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), em Barcarena (PA).
ADM	Joint-venture com a GLENCORE, opera terminal de transbordo flutuante em Miritituba, seguindo em barcaças até o Porto de Barcarena. Faz parceria com a CARGILL.
AMAGGI	Seu complexo portuário envolve a Estação de Transbordo, em Miritituba (Tapajós), e o Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), localizado em Barcarena, ambos no Pará. Atua em parceria com a BUNGE.
Hidrovias do Brasil S/A	Possui uma Estação de Transbordo, em Miritituba e um TUP em Barcarena (PA).

LDC - Louis Dreyfus Company	Utiliza a estrutura portuária da CIANPORT em Miritituba enquanto seu terminal de transbordo em Santarenzinho não é concluído. Em Santarém, utiliza o espaço público do porto.
CIANPORT	Possui TUP em Miritituba opera em parceria com a LDC.

Fonte: TNC, 2018; BARROS, 2019.

Como podemos verificar no quadro anterior, a rota de transporte de cargas de grãos (soja e milho) que tem como transbordo os portos de Miritituba, já contam com a presença da atuação das maiores empresas de grãos com atuação no Brasil.

CONCLUSÃO

Ao longo de sua trajetória histórica, Miritituba assumiu várias funções na economia regional do Tapajós. O povoado surge em frente à cidade de Itaituba no século XVIII, sendo nestes primeiros tempos da ocupação habitada pelos colonizadores portugueses e índios Mundurucus.

Com a criação das políticas de integração nacional da década de 1970, a pequena vila torna - se uma importante agrovila do modelo da colonização dirigida pelo INCRA para a ocupação econômica - territorial da rodovia Cuiabá - Santarém. Nos lotes rurais entregues aos assentados nesta agrovila, cultivou-se por um bom tempo, arroz, feijão que eram usados na alimentação da família, ou vendidos no armazém da CIBRAZEM localizado na vila. A dinâmica socioeconômica nestes dois períodos históricos ocorria em função das demandas locais.

Com a chegada de grandes empresas do agronegócio de soja (Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill) na vila houve uma profunda mudança no cotidiano dos moradores de Miritituba, onde uma nova racionalidade de exportação foi implantada, transformando a vila em nó do agronegócio de soja na Amazônia, responsável pela conexão do transporte de grãos pelo sistema estrada-rio.

REFERÊNCIAS.

- AMAGGI. **Relatório de sustentabilidade 2016**. Cuiabá, 2017.
- BARROS. Márcio Júnior Benassuly. Concepções e práticas no projeto integrado de colonização Altamira 1: o caso da agro-
vila vale piauiense. In. **Anais do V Seminário Internacional de Geografia Agrária**. Belém, 2011.
- BUNGE. **Relatório de sustentabilidade 2015**. São Paulo, 2016.
- BUNGE. **Relatório de sustentabilidade 2016**. São Paulo, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique, MÜLLER, Geraldo, **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense – Cebrap. São Paulo, 1977, p. 198.
- CARGILL. **Relatório anual 2015**, São Paulo, 2016.
- CARGILL. **Relatório de sustentabilidade 2016**. São Paulo, 2017
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Miritituba encurta distância para Cianport acessar exterior**. São Paulo. 12\05\ 2016
- IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XIV, Rio de Janeiro, 1957.
- OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Revista Terra Livre**, ano 22, v. 1, n.26. Jan - Jun, 2006.
- SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Polamazônia Tapajós**. Belém, Pará, 1976.

VALOR ECONÔMICO. Bunge estreia terminal no Pará e inicia operação pela “saída norte”. Rio de Janeiro, 25\04\2014.

VALOR ECONÔMICO. Cianport reforça aposta no norte do país. Rio de Janeiro. 10\06\2014.

O COMPLEXO PORTÁRIO NO OESTE DO PARÁ

Lorene Azevedo, UFOPA.

Email: looregilbert@gmail.com

Jessica Elen Sousa, UFOPA.

Email: jes.sykesmall@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar políticas públicas de logística para o agronegócio da soja. Através da instalação de portos na região do Oeste do Pará e seus impactos nas cidades. A metodologia utilizada esta no levantamento bibliográfico. Os resultados aqui obtidos indicam que a existência de um complexo portuário no Oeste do Pará, detém impactos sociais, econômicos e ambientais.

Palavras-chave: Portos; Logística, Complexo Tapajós; Arco Norte;

INTRODUÇÃO

Com as transformações que vem ocorrendo através das instalações portuárias na região Oeste do Pará, com ênfase em nas cidades de Santarém, Itaituba e Ruropólis. No Estado do Pará existe um complexo portuário que atende não somente a região Amazônica, como também as regiões Centro-Oeste e Sul. Com a chegada do Projeto Arco Norte que veio para fortalecer a instalação destes complexos com a justificativa de desenvolver as cidades que fizessem parte do projeto. Pois,

seria investido em infraestruturas, incentivos de entrada de grandes empresas do ramo do agronegócio etc.

Através da instalação dos Portos nessas cidades o fluxo na estrada aumenta e a integração Norte- Sul acontece, pois a produção das regiões do Centro-Oeste, Sul e Sudeste adentram a região amazônica e vem para os Portos localizados em Santarém, Itaituba e Barcarena.

Este trabalho tem por objetivo trazer a discussão acerca da instalação de portos no Pará e seus impactos para a população local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Amazônia sempre esteve sob os olhares da Nação, como uma área que necessitava ser desenvolvida e integrada ao restante do país. Desta forma, foram elaborados alguns projetos nos diferentes governos militares (1964 -1985) que foi elaborado e executado um conjunto de ações públicas que resultaram na integração física, econômica, social e territorial da Amazônia ao Brasil. Já nos anos de 1990 no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram iniciadas ações que tinham como objetivos a infraestrutura e a construção de portos que beneficiassem a exportação da soja na região amazônica (BARROS, 2019).

O aumento dessa produção de soja na região Amazônica teve como influências as técnicas que eram adotadas pelos produtores da região do Centro Oeste. A soja chega à região do Baixo Amazonas trazendo consigo o asfaltamento da BR-163 que daria abertura para o possível Pólo Agroindustrial no Oeste do Pará. Além da presença dos investimentos privados,

junto de ações do estado para dar estrutura a essa nova forma atividade que ali se estabelecia (COSTA, 2015).

O município de Santarém detém um dos maiores volume de áreas para plantação de soja. E recebe apoio tanto da iniciativa privada como do Estado, e em 1999 iniciava os transmites para implantação do Porto da Cargill S/A. Aonde viria atrair mais produtores para investir em soja no município da região do Oeste do Pará (COSTA, 2015). A partir deste momento, iniciava o ciclo de implantação de portos no Rio Tapajós, colocando agora o município de Santarém na rota de exportação de grãos.

Com a instalação de portos na região do Tapajós vieram também alguns projetos de suporte de infraestrutura como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) II e a Política Nacional Logística e Transporte em 2007 etc. Essas medidas injetaram milhões nas políticas portuárias no Estado do Pará (CARTILHA PORTOS DO RIO TAPAJÓS, 2017).

Com a Lei 12.815, de 5 de junho de 2013 que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias no Brasil e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Aonde vem esclarecer que a União pode explorar diretamente ou não, concedendo a terceiros, porém é sua responsabilidade legislar sobre todas as ações envolvendo portos desde concessão, instalações e os processos que este desencadear.

Em 2015 é lançado o II Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), desembolsando em torno de R\$ 51,28 milhões de reais para instalações de novas zonas portuárias, investimentos em dragagens etc. (CARTILHA PORTOS DO RIO TAPAJÓS, 2017). Que fazem parte do projeto Arco Norte que visa ampliar o escoamento dos grãos, através de uma lo-

gística mais favorável ao produtor. Este projeto faz parte de uma política pública desenvolvimento econômico e de integração Norte e Sul.

O projeto Arco Norte recebe um suporte do Estado para sua estrutura como pavimentação de estradas, financiamento público para obras privadas e incentivos fiscais. Pois, além de ser atrativo e indispensável para as empresas granoleiras ecoarem sua produção com uma logística de transporte mas econômica e rápida (CARTILHA PORTOS DO RIO TAPAJÓS, 2017).

A inserção do município de Santarém e região ao projeto Arco Norte, se da devido abrigar o terminal privado da empresa Cargill S/A que tem o intuito de expandir as exportações de grãos para o mercado no exterior usufruindo da localização estratégica disponível nos rios do Oeste do Pará. Essa necessidade da instalação desses portos na região amazônica, se dar devido ao inchaço existentes nos Portos de Santos (SP) e Parangará (PR).

Atualmente, a região do Pará detém um complexo portuário que abrange os municípios de Barcarena, Santarém, Itaituba e Ruopólis. Onde as atividades portuárias já estão ocorrendo nos Portos da Cargill S/A (Santarém), Bunge (Miritituba) e nos Terminais de Vila do Conde(Barcarena). Em 2016 em Santarém foi assinado um convênio que incluía o município oficialmente no Arco Norte (CARTILHA PORTOS DO RIO TAPAJÓS, 2017).

Um dos portos mais importantes, hoje no Pará encontra-se em Miritituba, em Itaituba, com a criação do Complexo Portuário Miritituba-Barcarena pela Bunge. Essa nova rota colocou o Pará de vez na rota no cenário de exportações de grãos devido o Terminal de Vila do Conde, em Barcarena está

proximo ao canal do Panamá, e assim, agilizando a entrada destas cargas de grãos para o mercado europeu e americano (BARROS, 2019).

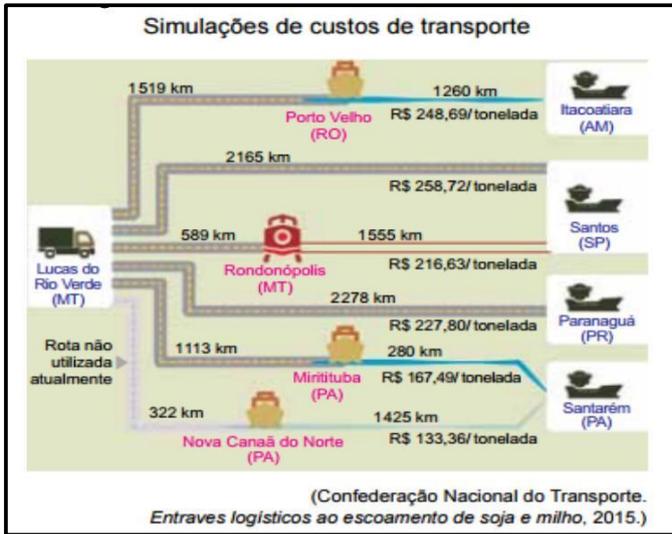
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dada a importância da logística, para transporte de grãos até os portos, o aumento da exportação para o exterior, houve a necessidade de criar uma nova fronteira que atendesse as demandas existentes para esse mercado, e devido toda essa conjuntura, surgiu o Arco-Norte, que nada mais é que corredores de escoamento de grãos que se dá pela região Amazônica.

Com a ideia de integrar a partir da década de 1970, houve a construção de algumas das rodovias federais, dentre essas as que ligam a região Norte ao Centro-Oeste, e a região Norte de Leste a Oeste. Dentre essas rodovias estão a Cuiabá-Santarém e a Rodovia Transamazônica, ambas são bastante conhecidas nacionalmente, não somente pela importância na logística de transporte, mas também por ser notícia nos períodos chuvosos.

A Cuiabá-Santarém, passou a ser um dos principais eixos de escoamento, quando o cultivo da soja chega ao município de Santarém, mais especificamente no planalto santareno, que fica as margens da rodovia e a implantação do empreendimento portuário ao final da rodovia, as margens do Rio Tapajós, e é Administrado pela Cargill.

No que diz respeito a Rodovia Transamazônica, essa tornou se um dos alvos, por essa transpassar no município de Rurópolis com a Cuiabá-Santarém. A Transamazônica, leva até o município de Itaituba que tem empreendimentos portuários instalados em um distrito chamado de Miritituba.



Os três municípios citados: Santarém, Itaituba e Rurópolis, formam dentro do Arco Norte, o Complexo Portuário do Tapajós, por conta do rio que os contempla. Em Itaituba e Santarém os portos já estão em funcionamento, em Rurópolis, também será instalado em um distrito, chamado de Santarenzinho, no entanto os empreendimentos ainda não foram consolidados em decorrência de diversos fatores.

Apresentado os principais municípios que estão sendo alvos de empreendimentos portuarios, cabe ainda ressaltar o município de Belterra que também tem plenas condições para instalação de portos, mas o município contém muitas áreas protegidas, através de áreas de proteções ambientais, florestas nacionais, que não permitem esse tipo de empreendimento.

CONCLUSÃO

Com a instalação de portos privados para a exportação da soja se tem diversos impactos. No decorrer da pesquisa fica claro o interesse do Estado na efetivação do Projeto Arco Norte na Região Amazônica, com ênfase no estado do Pará. O próprio Governo incentiva a instalação dando infraestrutura, incentivos fiscais e financiamentos para tais obras. Pois, já temos alguns portos em atividades com isso temos um aumento em decorrência da vinda de Cargas de grãos do Sul do país.

A nossa localização é privilegiada devido estamos mais próximos de canais importantes, como o do Panamá. Além, desse transporte ser mais barato e o tempo da carga em viagem diminuir consideravelmente. Os impactos também fazem parte deste desenvolvimento o aumento da população, desmatamento, etc.

REFERÊNCIAS.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Mirirituba, Itaituba, Pará. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 382-406, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 12.815, de 13 de junho de 2013**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm. Acesso em: 08 nov. 2019.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Sojicultura e mercado de terras na amazônia. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p.173-185, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. Portos do Rio Tapajós: O Arco do Desenvolvimento e Justiça social. 2017. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).

POLÍTICAS PORTUÁRIAS E DINÂMICAS TERRITÓRIAS NO OESTE: O CASO DE BELTERRA, PARÁ.

Glauber Jullian De Sousa Cardoso - UFOPA

E-mail: Glauberstm@hotmail.com

Hudson Jose Sousa da Silva - UFOPA

E-mail:hudsonjs@yahoo.com.br

João Mateus da Silva Costa - UFOPA

E-mail: joamateussilvaa@gmail.com

Larissa da Silva Carvalho - UFOPA

E-mail: larissa98carvalho@icloud.com

Paula Esperança Viana Benathar - UFOPA

E-mail: paulabenathar@gmail.com

RESUMO

A Amazônia continua sendo alvo de políticas desenvolvimentistas cujo foco principal é a exploração de seus recursos naturais sem a devida preocupação com o meio ambiente e com a população tradicional que ali vive instalada. Belterra, uma das pequenas cidades Amazônicas, vem mais uma vez - depois do período do Plantations de seringa de Henry Ford 1934 a 1945 e a presença dos cultivadores de soja desde fins dos anos 90 – sofrer duras investidas em função da “fala do desenvolvimento”. Agora, são as dinâmicas portuárias, distribuídas ao longo do Rio Tapajós, em especial, através da construção de um Porto, na região da APA Aramaná, para transbordo de madeira, que vem ameaçar a integridade da floresta e de seus recursos presentes na exuberante e pacata cidade de Belterra.

Palavras chave: Amazônia, dinâmicas portuárias, APA de Aramaí, Belterra.

INTRODUÇÃO

Assim como vem ocorrendo ao longo de anos, na primeira década do século XXI, a Amazônia foi uma das regiões para a qual foi mais canalizado investimento com projetos políticos de desenvolvimento e onde se observa relevantes dinâmicas territoriais calcados em grandes empreendimentos. Atualmente, o Oeste paraense, em especial a cidade de Belterra, constitui um desses espaços de materialização dessa política, através de projetos de infraestrutura, cujos complexos portuários são as maiores fontes de investimentos. (RODRIGUES; RODRIGUES; LIMA, 2019, p. 357).

Diante do cenário de disputas, ora governamentais, ora privadas, ora sociais que continuamente se instalam na região Amazônica, o presente resumo tem como objetivo apresentar a atual situação da região da APA Aramaí, no que se refere aos interesses políticos e empresariais em construir um porto para transbordo de madeira, precisamente na comunidade de Porto Novo, no Município de Belterra.

Para o desenvolvimento deste tema, utilizamos a abordagem teórico metodológica pautada na pesquisa bibliográfica, através de consultas, principalmente a artigos e matérias jornalísticas disponíveis em sites da internet, pois, como sugere Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Complementarmente, fez-se análise de documentos, como a Lei que criou a APA Aramaí e a Lei que sugere seu desmembramento para construção do Porto.

Houve, ainda, coleta de dados através de visita à Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Belterra que nos permitiu aprofundar os conhecimentos a respeito desse projeto de infraestrutura portuária na região. Estivemos também com o Dr. Túlio Novaes, integrante do GT (Tapajós), grupo de Promotores do Ministério Público do Estado do Pará engajados nas questões que envolvem atividades realizadas no Rio Tapajós.

O resumo está dividido em quatro seções. A primeira seção é marcada por essa introdução. A segunda faz uma breve contextualização histórica sobre a cidade de Belterra e sua relação com questões socioeconômicas. A terceira seção, por sua vez, apresenta o atual cenário político e as disputas pela instalação portuária na comunidade de Porto Novo. E, na quarta seção, são apresentadas algumas considerações finais.

A COBIÇADA BELTERRA.

Belterra, uma pequena comunidade elevada à categoria de município a pouco mais de 20 anos, passou e continua passando por profundos processos de transformação sociocultural ao longo de seus anos de existência. A citar o período do Plantations de seringa de Henry Ford 1934 a 1945, a presença dos cultivadores de soja desde fins dos anos 90 e mais recentemente, a possibilidade de implantação das dinâmicas portuárias, que preocupa a população local dada as probabilidades da ocorrência de degradação ambiental.

É dentro desse contexto que Belterra se encontra novamente sendo alvo, de investidas políticas, que mascaram o real interesse capitalista de enriquecimento às custas de uma região rica em recursos naturais, tendo como argumento, a ideia de crescimento e desenvolvimento local, que poderá ou não

vir a acontecer. No entanto, as grandes obras, apesar de não nos trazerem a certeza da vinda do desenvolvimento, ainda trazem a possibilidade de haver grandes impactos socioambientais, disso sim, não temos dúvida.

O ATUAL CONFLITO QUE ENVOLVE BELTERRA.

De acordo com o disposto no Site do Ministério Público do Estado do Pará, no ano de 2003, foi criada a Área de Proteção Ambiental - APA Aramanaí, na cidade de Belterra, por meio de Lei Municipal, com uma área de 10.985 hectares, localizada às margens do rio Tapajós, em terras da União, inserida nos assentamentos federais PAE Aramanaí e PAE Pindobal. Essa área, faz divisa ao norte com a APA Alter-do-Chão e ao sul com a Flona Tapajós.

Em registros do MPPA, mesmo após 14 anos da criação da APA, não há previsão de implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental, bem como os seus respectivos Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico, em flagrante prejuízo às políticas públicas ambientais, na ocupação desordenada e com impacto direto na qualidade de vida da população local.

Ainda segundo o MPPA, a APA Aramanaí é uma área de interesse turístico e imobiliário, por seus atrativos ecológicos e de recursos naturais, contando com uma extensa área balnearia, cortadas por dezenas de igarapés, presença de vegetação nativa, além da existência de comunidades locais há gerações, e sua localização estratégica, chamou a atenção de empresas privadas com o interesse de construir portos para o transbordo de madeira, haja vista que na região há também um intenso processo de extração desse produto, além de cami-

nhões e carretas carregadas, advirem de outras regiões através da Rodovia BR 163, que liga Santarém e Belterra até a região Centro – Oeste do Brasil.

Segundo matéria jornalística, publicada no Blog do Jeso Carneiro em 2017 a LN Guerra Indústria e Comércio de Madeiras, com sede em Belém, protocolou pedido de autorização junto à Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), para explorar e instalar uma ETC (Estação de Transbordo de Carga). O pedido de autorização está protocolado na Antaq desde julho de 2016. Segundo a matéria, o local para construção da ETC fica entre as praias de Pindobal e Aramanaí, no Porto Novo,

Esse empreendimento contou com o apoio do poder executivo de Belterra, uma vez que, segundo Jefferson Miranda, jornalista do Jornal o Impacto, nesse mesmo período, ocorreu - entre as manobras feitas pela Prefeitura de Belterra, na figura do prefeito, Dr. Jocélio Macêdo - no dia 2 de maio de 2017, na Câmara de Vereadores, em sessão ordinária, a aprovação da redução em cerca de 20% da área da APA (Área de Proteção Ambiental) de Aramanaí, o que abriria as portas para a efetivação da instalação do Porto naquela região.

No entanto, o Ministério Público Estadual (MPE) autuou o Poder Executivo de Belterra e vetou a matéria, de autoria do prefeito Jociclélio Macêdo (DEM). No dia 17 de setembro de 2017, o Ministério Público, por meio das promotorias de Justiça de Meio Ambiente e Agrária de Santarém, que integram o Grupo de Trabalho (GT) Tapajós, ajuizou Ação Civil Pública (ACP) para que o município de Belterra e o Estado do Pará – Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, não emitisse e suspendesse qualquer licenciamento ambiental na APA Aramanaí, e na área recentemente desafetada, até que fosse

implementado o Plano Diretor de Gestão Ambiental da APA. O MP pediu ainda o bloqueio do valor de R\$ 690 mil recebido pelo município de Belterra em 2017, oriundos do ICMS Verde. A ação foi ajuizada no dia 15 de setembro de 2017.

De acordo com a matéria, além dos pedidos liminares, requereu que o município de Belterra estivesse obrigado a fazer o Plano Diretor de Gestão Ambiental da APA no prazo de 12 meses e realização de estudos técnicos dos impactos ambientais da redução no mesmo prazo. Após cumprir essas duas obrigações, que seja realizada a consulta pública acerca dos limites da Área de Proteção Ambiental Aramanaí, no prazo de 24 meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o menor esforço, para o impedimento de obras que venham causar tantos impactos socioambientais, é de grande importância, haja vista que, na maioria das vezes, os grandes empreendimentos têm nome e endereços certos para quem vai realmente desfrutar dos benefícios daquela obra, e que raramente, os beneficiados serão a população local/ tradicional, ou os povos ribeirinhos que dedicaram uma vida inteira para a conservação e preservação de seu ambiente. Belterra está bem assessorada, tendo o MPPA acompanhado esse processo de disputas, no entanto, segundo o Dr. Túlio Novaes, após a Prefeitura de Belterra realizar todas as exigências do MP, se for do entendimento da União, as obras irão iniciar.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, José Carlos Matos; LEITE, Márcia da Silva Pereira. A “fala do desenvolvimento” em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização. **Novos Cadernos NAEA** v. 14, n. 2, p. 197-217, dez. 2011.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; LIMA, Ângelo Pereira. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia paraense. Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 357-381. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71. Abril. 2019.

<http://portal.antaq.gov.br/index.php/meio-ambiente/impactos-ambientais/> acesso em: 05.11.2019

<http://www.jesocarneiro.com.br/cidade/camara-de-vereadores-de-belterra-aprova-reducao-de-apa-para-construcao-de-portos.html>.acesso em: 05.11.2019

<https://oimpacto.com.br/2018/08/16/moradores-de-belterra-se-revoltam-com-projeto-de-construcao-de-porto/> acesso em: 20.10.2019

DINÂMICA DO COMPLEXO PORTUÁRIO NO DISTRITO DE MIRITITUBA, ITAITUBA – PA.

Ana Luiza Caldeira, Universidade Federal do Oeste do Pará.

Email: luizacaldeira@hotmail.com

Bianca Lopes, Universidade Federal do Oeste do Pará.

Email: biancalopes97@gmail.com

Monique Bastos, Universidade Federal do Oeste do Pará.

E-mail: monique_ellyn@hotmail.com

RESUMO

A partir da década de 40, na era militar de Vargas a Amazônia passou a ser alvo de políticas desenvolvimentistas com o anseio de inserir o Brasil competitivamente nos circuitos produtivos e financeiros globais, através da exportação de commodities. Em 2007, o governo federal intensificou esses projetos por meios de incentivos fiscais, concessões de terra e autorizações para a criação de portos privados na Amazônia Oriental, sobretudo na região do Pará por ser um ponto logístico extremamente de baixo custo e altamente lucrativo. A presente pesquisa tem como objetivo explicar as políticas públicas logísticas na área portuária na Amazônia abordando uma contextualização histórica, avanços e os impactos ambientais, sociais e econômicos.

Palavras-chaves: Amazônia; portos; logística, Arco Norte.

INTRODUÇÃO

As ideias de desenvolvimento para a região amazônica surgiram de forma intensa durante o regime militar da era Vargas, com uma visão desenvolvimentista. Assim, a partir de 2007, o governo federal intensificou a elaboração de projetos na área portuária a Amazônia Oriental, baseado nesse ideal desenvolvimentista, por meio de incentivos fiscais, financiamentos públicos, concessões de terras e autorizações para criação de portos privados, sobretudo na região Oeste do Pará. O porque dessas ações para grandes empresários são a priori benéficas, pois reduz o tempo de estocagem de mercadorias, promove a fluidez do transporte e além de diminuir o inchaço de outros portos privados usados para este fim.

O presente artigo busca explicar esses impactos e levantar a questão: Desenvolvimento para quem? Pois se não for levando em consideração comunidades tradicionais, economia local, sustentabilidade, estudo prévio e a opinião pública deixa ser um projeto viável para o desenvolvimento local. Possuindo fundamentação na contextualização histórica de como se deu a projeção portuária na Amazônia, as políticas públicas de integralização e colonização da região amazônica com enfoque na dinâmica portuária do município de Itaituba que integraliza o Arco Norte. Segundo (RODRIGUES, 2018). O Arco Norte é uma compactuação com o agronegócio como forma de jogar segundo os ditames da globalização/mundialização de trocas; ao custo do bem-estar das populações locais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante muitas décadas a Amazônia em relação as outras regiões do Brasil ficou despercebida sob os olhos do Governo Federal, somente na década de 1940 após um discurso de Getúlio Vargas, a atenção se volta para região com pautas voltadas para sua integração com o restante do Brasil, promoção do desenvolvimento na mesma assim como a intensificação de sua ocupação demográfica.

Um dos planos para integrar a região ao restante do Brasil, era o Plano de Integração Nacional - PIN, o qual começa a ser executado a partir da década de 1970, através deste plano que é construída a rodovia Transamazônica - BR 230. A construção da rodovia deu impulso no surgimento e a ocupação do Distrito de Miritituba. (BARROS, 2019)

Somado a isso, no mesmo período, com intuito de impulsionar o processo de ocupação, o governo lança o PIC - Projeto Integrado de Colonização, dentre os municípios participantes do projeto estava Itaituba, cuja a sede era no Distrito de Miritituba. Através do PIC é posto em Miritituba uma agrovila a qual era gerida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazendo com que a região se expandisse (BARROS, 2019)

Após algumas décadas houve a expansão do agronegócio na região do Oeste do Pará, com isso veio a necessidade de escoar esta produção de forma rápida e com o menor custo. Intensificaram-se os incentivos por meio das políticas públicas para a implantação de zonas portuárias em áreas específicas do Arco Norte que são compostas pelas cidades de Itaituba, Santarém e Rurópolis. Diante deste cenário, em 2010 se ini-

ciam as discussões acerca da abertura Estações de Transbordo de Cargas - ETC, em Miritituba.

Conforme Barros (2019), no caso do transporte de cargas na Amazônia por meio da malha hidroviária, a mesma apresenta grandes vantagens se comparado aos outros meios de transporte, as vantagens seriam redução de custos e tempo, mas a cultura levada ao longo das décadas de se fazer o transporte desta produção por meio da malha viária ainda prevalece, somado a isso o transporte por meio hidroviário desta produção ainda carece de políticas públicas.

Nos anos de 1990 com o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi iniciado ações que tinham como objetivos a infraestrutura e a construção de portos que beneficiassem a exportação da soja na região amazônica. Foi elaborado o Programa Brasil em Ação que viabilizava a construção de diversas hidrovias na bacia amazônica, onde neste mesmo programa havia a previsão de asfaltamento de diversos trechos nas rodovias estratégicas da região amazônica.

A partir dessas iniciativas no segundo mandato de FHC também proporcionou avanços estratégicos para a região. Com o Avança Brasil, o compromisso evidente era dar continuidade ao primeiro programa. Estes dois programas foram responsáveis para transformarem a Amazônia em eixos de desenvolvimento. Essas ações estatais, em torno da logística de transporte, resultaram na movimentação de grandes empresas, principalmente o setor da soja. As empresas do Centro-Oeste foram às percussoras e principais beneficiadas com as transformações de infraestrutura na região (BARROS, 2019).

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos e Consultoria Legislativa no ano de 2016 realizou um levantamento sobre

tais políticas trazendo as medidas que foram elaboradas pelos governos federais a partir de Getúlio Vargas, passando por Juscelino e assim sucessivamente, onde houve alternâncias de posições com relação ao crescimento econômico do País. Desta forma, as medidas tomadas como Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico (conhecido como o Plano Laffer), Programa de Metas, Plano de Ação e Bases do Governo – PAEG. Eram propostas que modificavam estruturalmente o país.

Várias rotas de exportação da soja pelos portos foram introduzidas na Amazônia, em 2003 foi inaugurada a Cargill em Santarém, em 2014 foi inaugurada a Bunge em Barcarena (PA), onde foi criado o Complexo Portuário Miritituba-Barcarena. Neste último, a rota de escoamento da soja é feita com o deslocamento de caminhões oriundos do norte de Mato Grosso que vem pela BR-163 até Miritituba. Chegando a Miritituba a soja é colocada em barcaças que percorrem o rio Tapajós e o estreito de Breves até chegar ao porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA) (BARROS, 2019).



O Brasil iniciou uma forte política de incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diferentes locais do país. Desta forma, observou-

-se a existência de alguns fatores que sustentam essa produção de Portos no Oeste do Pará. São técnico-econômico, ambiental e econômico-operacional e ajuste espacial e melhores taxas médias de lucro (lucro excedente mediante as mudanças de localizações) (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

A política de construção dos portos está baseada no baixo custo de operações, facilidade de obtenção de terras, a presença de empresas do segmento de grãos, rios em pontos estratégicos que facilitam a entrada e saída de navios para outros países. Existem pelo menos 10 projetos de projetos Portuários para a Região Oeste do Pará (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

O Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017, assinado por Michel Temer, é um dispositivo jurídico que busca regular a exploração de portos organizados e instalações portuárias (CARTILHA PORTOS NO RIO TAPAJÓS, 2017). Com este decreto fica nítido o incentivo do Governo Federal na instalação de portos na Amazônia. Onde essa ação abre portas para empresas estrangeiras se estabelecerem na região do Tapajós, implicando em consequências socioambientais.

No que diz respeito aos espaços para a construção de portos, estes precisam ser adequados para recebê-los, ocasionando uma mudança não somente geográfica, mas social e econômica, pois o sistema capitalista baseado em indicadores de mercado se torna o principal incentivador e beneficiário de todo e qualquer lucro proveniente.

Em relação ao sistema logístico em Miritituba, podemos descrever algumas empresas como: a Bunge, a Amaggi, a Cargill, as Hidrovias do Brasil e a Cianport e destacar os corredores por onde são transportados os grãos.

A Bunge é uma empresa norte-americana que atua no Brasil sendo a maior processadora de soja e trigo do país. Essa empresa foi pioneira na abertura da nova rota de soja, fazendo conexão através da BR-163 a hidrovia Tapajós-Amazonas, ligando Miritituba ao Porto de Vila do Conde no município paraense de Barcarena, a carga é transportada em barcaças que seguem para o Terminal Graneleiro de Barcarena, onde será embarcada em grandes navios para os principais mercados consumidores globais.

A Amaggi foi a primeira empresa do estado do Mato Grosso no transporte de grãos em direção a Amazônia, rumo a Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM). A empresa opera em dois corredores na Amazônia, sendo o primeiro o corredor Madeira e o outro Tapajós.

A *Cargill* é uma empresa americana tendo sede em São Paulo. A Estação de Transbordo de Cargas (ETC Cargill) localizada em Miritituba tem o objetivo do transporte de grãos da região de influência da BR 163 (MT-PA) até o terminal da empresa em Santarém. O transporte de grãos vem do Norte do Mato Grosso em caminhões até Miritituba de onde saem por barcaças pela hidrovia Tapajós-Amazonas até o terminal da Cargill em Santarém.

A empresa Hidrovias do Brasil foi criada em 2010 com o objetivo de promover soluções logísticas integradas na América Latina no setor de transporte hidroviário. A empresa possui uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, Itaituba, Pará e um Terminal de Uso Privado (TUP), no porto de Vila do Conde, Barcarena, Pará.

A Companhia Norte de Navegação e Portos S. A (Cianport) é uma Joint Venture criada em 2012. A empresa tem como objetivo o escoamento da produção de grãos da região Cen-

tro-Oeste para os portos do Arco Norte (Pará e Amapá). A empresa possui instalações na Estação de Transbordo em Miritituba, Itaituba, além de atuar em Santana, no Amapá.

Porém, se vislumbra outra possível formação de transporte de cargas por meio da linha ferroviária Ferrogrão EF-170. Que é a construção de uma ferrovia entre os municípios de Lucas do Rio Verde e Itaituba/PA (distrito de Miritituba). O projeto nasceu da necessidade de interligar esses municípios que estão passando pela expansão do agronegócio, com a justificativa de acompanhar o desenvolvimento e crescimento socioeconômico dessas localidades (CARTILHA FERROGRÃO, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A introdução de atividades que fomentassem o pleno “desenvolvimento” na região amazônica desde a década de 1940 teve o apoio e incentivos, não apenas do Estado, mas principalmente do Governo Federal. Através dos investimentos federais houve diversas ações estratégicas que facilitaram a abertura de novas rotas comerciais, como exemplo, o asfaltamento da BR-163 e a tentativa de ampliação e asfaltamento sem sucesso da Transamazônica.

A política de construção dos portos está pautada no baixo custo de operações, o forte segmento de empresas de grãos e facilidade e até a fraca fiscalização da entrada e saída de navios para outros países. Ou seja, os benefícios e a bandeira do famigerado desenvolvimento para a região é inexistente, pois quem lucra são as empresas que tampouco são da região e enriquece grandes empresários estrangeiros.

A criação e investimentos de portos nos municípios em destaque demonstram que se a forma terrestre de transporte de grandes mercadorias se tornou ineficiente, força ao governo encontrar outro meio para beneficiar as problemáticas que estão em torno dos interesses dos empresários e empresas de grande porte e os interesses e as consequências da introdução dessas formas de desenvolvimento não vislumbram as comunidades, terras indígenas ou quilombolas, impactos ambientais, entre outros.

Conforme Rodrigues e Rodrigues (2015) a produção dos complexos portuários em Itaituba e municípios próximos traz consigo inúmeras consequências como a destruição de sítios arqueológicos, desmatamento de áreas florestais e a poluição do ar e rios prejudicando assim, a fauna e flora do local. Além da existência dos conflitos de terras que são recorrentes.

CONCLUSÃO

As ideias desenvolvimentistas para a Amazônia ganham destaque na década de 1940, mas de fato se intensifica na década de 1970 com a ascensão de planos de integração da região com o restante do Brasil, dentre os processos de integração da região foi realizado a abertura da Transamazônica, com isso o processo de ocupação na Amazônia se acentuando dando origem a diversas localidades, dentre elas, o Distrito de Miritituba.

Através de estudos prévios se observou que a região era de grande potencial para a questão portuária de escoamento de produção, o interesse em investimentos voltados para a construção de portos se dá em decorrência de ser um meio o qual reduziria custos e tempo para a exportação da produção de

grãos. Mas em contrapartida, tais projetos tiveram suas consequências para a população que ali vivia como o aumento de desigualdades sociais, degradação do meio ambiente, conflitos por terras entre outros.

REFERÊNCIAS.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.**

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, 2015.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Mirirituba, Itaituba, Pará. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 382-406, 2019.

ANÁLISE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE SANTANA (AP) E AFUÁ (PA)

Edivan Oliveira da Silva

Universidade Federal do Amapá.

E-mail: edivanolvra@gmail.com

Elice Jackson Moreira Coutinho

Universidade Federal do Amapá.

E-mail: jackcoutho3@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de vulnerabilidade social dos municípios de Afuá – PA e Santana – AP, assim como correlaciona-los em seus distintos tipos de desenvolvimento urbano, pois ambos os municípios de pequeno e médio porte apresentam lento crescimento social e se relacionam pelo fluxo de transporte de bens e serviços com o município de Macapá – AP. Isto favorece uma melhor leitura e coleta desse tipo de dado. O que se pôde concluir e comparar é que há uma disparidade no desenvolvimento em torno de 10 anos e isso foi unilateral em prol do município de Santana por causa de sua utilidade para o desenvolvimento econômico, e o que o município de Afuá não o propicia visto sua desvantagem geográfica. Para a formulação desta pesquisa, utilizou-se como referencial bibliográfico: artigos, material disponível em órgãos, como: IBGE.

Palavras Chaves: Vulnerabilidade Social; Desenvolvimento Urbano; Espaço; Redes; Território.

INTRODUÇÃO

Nesse contexto, busca-se discorrer sobre a vulnerabilidade social, problema esse gerado pelo desenvolvimento desigual e combinado característico do sistema hegemônico, onde a desordem social econômica no povo nada mais é do que uma ação coordenada pelo sistema operante geral Smith (1998). No Brasil, ela se dá a partir da distribuição e disponibilidade econômica ao longo do território, tal é a desvantagem historicamente conhecida da região norte do Brasil no quesito desenvolvimento. Mesmo com uma vasta vantagem no que se refere a disponibilidade de recursos naturais que suprem a sede das empresas que visam um melhor desempenho industrial com finalidade real do lucro. Não parece tradição das grandes metrópoles, ou das empresas estrangeiras investirem em todo o território. Mas sempre foi costumeiro utilizar-se das regiões menos desenvolvidas para satisfazer as necessidades de empreendimento, desenvolvimento e lucro.

A região norte apresenta um cenário preocupante no que tange aos indicadores IVS - Índice de Vulnerabilidade Social, que decorre principalmente das disparidades regionais (grandes diferenças) nos mais diversos aspectos (sociais, econômicos e políticos), que abrangem desde atividades econômicas muitos relacionadas as principais atividades que garante um fluxo econômico populacional, características ambientais e políticas públicas de desenvolvimento regional, dentre outros.

MATERIAIS E MÉTODOS

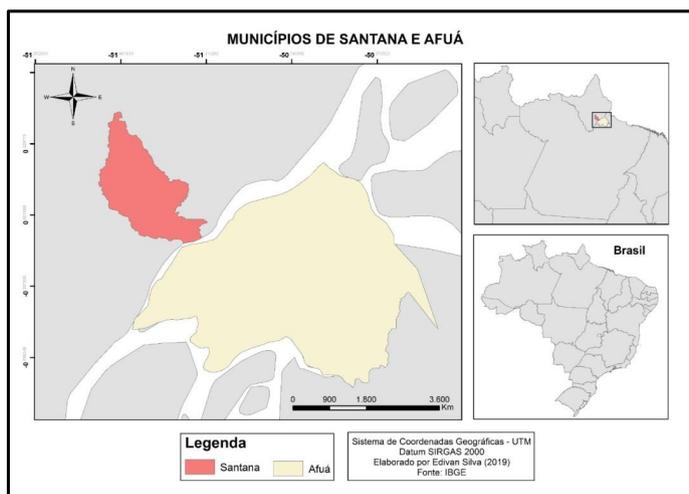
O referido trabalho foi realizado seguindo uma lógica inerente à produção científica, a priori a revisão bibliográfica como artigos com publicações sobre o tema e consulta no

IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) a respeito dos municípios de Afuá-PA e Santana-AP, livros que tratam a respeito da produção desigual do espaço no chamado desenvolvimento desigual e órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir do desenvolvimento desigual e combinado que gera uma constante construção de um espaço urbano que no âmbito de desenvolvimento social prioriza seus segregadores mais proeminentes, tal construção fundamenta uma espacialização urbana deficiente, Smith (1968). A disparidade no desenvolvimento estrutural urbano entre os municípios de Afuá – PA e Santana – AP (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Santana - AP e Afuá - PA.



Fonte: Elaborado por Silva (2019).

Outro ponto importante é que no campo da circulação de bens e serviços, seja circulação, seja comunicação, todas se encontram em um sistema de direções definidas, sujeitas a mudança de sentido de acordo com as necessidades dos que as controlam, sendo elas as redes que são portanto representações das trajetórias onde bens e informações circulam, modelam o território de acordo com as necessidades do estado (necessidades materiais, imateriais que são representadas por questões sociopolíticas e socioeconômicas). Elas se encontram em um processo constante de adaptação e de evolução. São explicadas a partir da realidade no seu tempo histórico e nos fenômenos opostos e conflituosos, ou seja na realidade vivida, no seu tempo de transformação e nas diferentes ações de ações relevante ao comando social, Raffestin (1993).

Assim o município de Afuá – PA não apresenta uma estrutura desenvolvida dentro de uma malha econômica, enquanto o município de Santana – PA tem um potencial de desenvolvimento mais atraente para o investimento do capital pelo Porto de Santana que se destaca por sua localização geográfica privilegiada, reunindo as melhores condições logísticas em relação aos países ditos desenvolvidos como os países da União Europeia, América do Norte/Central e Caribe.

Isso é explicado no desenvolvimento desigual e se fundamenta no movimento dito como "vaivém" do capital. A acumulação do capital induz ao desenvolvimento geográfico (considera-se aqui as áreas mais e menos valiosas), na possibilidade desse ser induzido pela taxa de lucro, Smith entende o mundo numa superfície de lucro, produzida pelo capital em três escalas separadas. O capital é atraído pelo lucro mais elevado, a crise e a acumulação determinam seu movimento. Sua capacidade de se mover induz ao desenvolvimento de áreas

com taxa de lucros elevadas e subdesenvolvimento das com baixa taxa de lucro, Smith (1968).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Integrando os 144 municípios que pertencem ao Estado do Pará, o município de Afuá está localizado ao norte do Marajó, na Microrregião dos Furos de Breves, com uma população estimada de 32.688 habitantes segundo o IBGE. Como muitas cidades ribeirinhas da Amazônia, Afuá apresenta uma paisagem natural, transformada pelo modo de vida de seus habitantes. Uma cidade que vive condicionada ao regime de águas e de florestas da Amazônia, e desenvolveu um modo de vida totalmente adaptável ao seu meio ambiente.

O município de Afuá possui uma área de unidade territorial de 8.372,795 km (IBGE, 2017), e de acordo com o último censo do IBGE em 2010 o esgotamento sanitário adequado da cidade era de 3,2%. Afuá é uma cidade construída sobre palafitas, as ruas são ruas-pontes, são imensos assoalhos onde transitam pedestres, bicicletas e “bicitáxis”, ou seja, o município não tem poluição causada por qualquer automóvel movido a combustível,

CONCLUSÃO

A vulnerabilidade social se apresenta congruente a situação a pobreza, onde há condições inadequadas a habitações e com perspectivas limitadas na para formação de capital mantenedor, nesse sentido, isso expressa a suscetibilidade à perda de qualidade de vida, pois as necessidades são socialmente criadas, mas a condição urbana de habitação acaba por induzir um aumento das necessidades e das escassez. Assim, a Vulne-

rabilidade Social acompanha o processo de urbanização e a mesma é aprofundada devido ao caráter de rapidez com que o processo de urbanização se materializa no território. No caso de Afuá, por ser uma cidade ribeirinha sofre com questões de saneamento básico, não há de fato um investimento consistente em sua malha urbana, visto que mesmo suas potencialidades não contribuem para o desenvolvimento da população em contrapartida ao município de Santana que se caracteriza por sua suscetibilidade ao investimento externo favorecendo sua própria população.

REFERÊNCIAS

Atlas de Desenvolvimento Humano e municipal. 2018. Acesso em: 02/12/2018. Disponível: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01/12/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), **Atlas da Vulnerabilidade Social Nos Municípios Brasileiros.** Brasília, 2015.

MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - MTPA. **Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana.** Junho, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Marília Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1998.

EIXO: POLÍTICAS AMBIENTAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

**Figura: Praia de Maguari na Floresta Nacional do
Tapajós, Belterra (PA).**



Foto: Márcio Benassuly, 2019.

**ANÁLISE DO IGARAPÉ DO URUMARI:
UMA VISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL
NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM,
PARÁ.**

Jarleane Maria de Castro Caetano

*Academica do Curso de Gestão Pública e
Desenvolvimento Regional da UFOPA
Email: dbicastro009@gmail.com*

Edclely de Sousa Guimarães

*Academico do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da UFOPA
Email: edcleysousa8@gmail.com*

José Henrique de Jesus Pinto

*Academico do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da UFOPA
Email: jbj.pinto@gmail.com*

Rafaela Kalila Batista da Silva

*Academica do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da UFOPA
Email: rafkalila.rk@gmail.com*

Ana Vitória Santos Soares

*Academica do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional da UFOPA
Email: anavivic11@gmail.com*

RESUMO.

O presente resumo tem como objetivo relatar a visita técnica ao Igarapé do Urumari, tendo um olhar crí-

tico sobre a questão da preservação ambiental e gestão sobre os igarapés no município de Santarém, Pará. Desta forma, foi investigado como a legislação ambiental brasileira ampara a proteção ao meio ambiente. Como resultados são apresentadas as principais ações antrópicas constatadas no seu entorno.

Palavras chaves: Igarapé, Gestão Ambiental, Santarém.

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo relatar a visita técnica ao Igarapé do Urumarí, tendo um olhar crítico sobre a questão da preservação ambiental e gestão sobre os igarapés no município de Santarém.

O município de Santarém, no Oeste do Pará, é banhado por diversos igarapés e lagos, no qual muitos destes estão sendo assoreado, dentre eles o do Urumarí, com o advento dos sojeiros no município alguns já desapareceram totalmente, devido não possuir uma gestão eficiente para fiscalização dos crimes ambientais. Sendo considerado fontes de água doce, essas nascentes vêm sendo alvo de degradação, em grande parte, pela ocupação humana, e pela urbanização mal planejada.

A poluição é a grande vilã do processo de degradação das águas superficiais e se continuar ocorrendo de forma indiscriminada pode transformar os igarapés de Santarém em verdadeiros esgotos a céu aberto, e lixões, que a própria população contamina, onde deixa de ser lazer e entretenimento passando a ser um ambiente de poluição ambiental, visual e totalmente prejudicial a vida humana.

A visita ao igarapé do Urumarí foi para demonstrar apenas uma parte do alto nível de assoreamento e poluição que ocor-

re nos igarapés de Santarém, uma vez que o Urumarí possui um projeto de intervenção é já está como área de preservação ambiental, com toda uma equipe formada, uma coordenação e a colaboração dos moradores dos bairros adjacentes, para preservar o mesmo, pois se não fosse essa coordenação quem sabe nem existiria mais o Urumarí.

A metodologia aplicada nesse processo, optou-se por utilizar as pesquisas qualitativa e quantitativa. Silva e Menezes²⁶ (2001) apresentam características como: tradução de números em informações quantitativa e análise indutiva, onde o pesquisador é o instrumento chave – qualitativa, que explicam tal classificação.

A coleta de dados foi realizada através de visita técnica no Igarapé do Urumarí, que se situa na parte leste da cidade de Santarém, seguindo na avenida Curuá-Una, sentido Hidrelétrica, sendo no perímetro Urbano. Conforme Pimentel (2014), imagem 1, o igarapé possui uma extensão de aproximadamente 7,5 Km, com nascente na Serra do Saubal localizada no bairro da Vigia, percorrendo pelos bairros: Santo André, Urumarí, São José Operário, Jutai, Uruará e Área Verde, com sua foz na denominada zona de mistura entre os rios Amazonas e Tapajós.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Floriano²⁷ (2007), as políticas de gestão ambiental podem ser caracterizadas quanto ao seu caráter e nível de

²⁶ SILVA, L. C. & MENEZES, E. M. (2001) - Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 3. edição. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

²⁷ FLORIANO, Eduardo Pagel. Políticas de gestão ambiental, 3ed. Santa Maria: UFSM-DCF, 2007. 111 p.

abrangência. Quanto ao caráter, podem ser classificadas como de caráter público e privado. Quanto à abrangência, podem ser políticas internacionais, federais, estaduais ou municipais, entre outros.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece as diretrizes com implicações ambientais nos Artigos 5º, 23, 24, 129, 170, 174, 187, 186 e 220.

Art.23º. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V- Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI- Preservar as florestas, a fauna e a flora;

Conforme o Art. 54º sobre Lei dos Crimes ambientais: Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

V - Ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, sendo este o primeiro de todos os princípios que regem a política ambiental no país, na qual está respaldado no Art.5º, LXXII.

Qualquer ato ou ação contrária a este princípio básico é ilegal. Outros princípios estabelecidos na Constituição são: o da sustentabilidade, impondo-se ao poder público e, à coletividade, o dever de defender e preservar o ambiente para a presente e futuras gerações; e o da responsabilidade ambiental, imputando o ônus da recuperação dos impactos e danos ambientais ao agente causador dos impactos ou danos ambientais.

Figura 01: Placa do Igarapé do Urumarí.



Fonte: Dados coletados na visita técnica (2017).

Desenvolveu-se uma revisão bibliográfica de caráter ambiental no que tange a legislação na proteção do meio ambiente, neste caso específico aos ecossistemas de igarapés, e de

trabalhos e estudos realizados no manancial estudado, tendo como fonte as entrevistas e reportagens sobre o Urumarí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as ações humanas alteram o ambiente natural e a civilização atual não seria possível sem a ocupação e uso intensivo deles, mas há risco de seu esgotamento ou de que seja alterado de tal forma que não se possa mais utilizá-lo. O objetivo dos cuidados com o ambiente deve ser de conservação dos seus recursos bióticos e abióticos, procurando evitar que eles se esgotem ou que sejam alterados de forma a se tornarem inúteis ou prejudiciais. Os recursos naturais são essenciais à civilização humana. Um ambiente saudável para o ser humano é aquele que permite que viva com saúde e recursos suficientes para sua sobrevivência.

Dentre os principais impactos ambientais registrados no Igarapé do Urumarí estão, o despejo de resíduos sólidos, nas margens e no próprio leito do Igarapé, como é demonstrada na imagem 02.

Figura 02: Resíduos sólidos as margem do Igarapé



Fonte: Dados coletados na visita técnica pelos autores.

À medida que a população aumenta de forma rápida desordenada ocorre uma acelerada redução de sua capacidade de manutenção, sendo que os governantes muitas vezes são obrigados a fazer pavimentação das ruas, organizar a urbanização do perímetro, abrindo avenidas para passagem do transporte coletivo, o que leva o assoreamento de muitos igarapés, montes de areias aos redores do igarapé, com uma chuva forte, toda essa terra acaba se alojando nos igarapés, levando seu assoreamento no futuro.

O lixo e o entulho jogados nos rios propositadamente são importantes componentes da poluição das águas, e no Urumarí não é diferente, as pessoas que passam pela ponte de carro, ônibus acabam jogando lixo, os moradores quando esquecem do dia da coleta de lixo, acabam jogando no Igarapé, com a desculpa que é água corrente e vai parar em outros lugares, isto é, em outros remanescente de água potável, que servia outras comunidades e outros seres bióticos.

É impressionante como a população não possuem o zelo, o cuidado, reclamações são muitas, que o igarapé é fonte de encontros de desocupados, depósito de lixo, mas quem faz tudo isso, são os próprios moradores, e alguns de bairros adjacentes que vem o tanto de lixo nas proximidades que acabam jogando ainda mais, seja por falta de instrução ou de ignorância mesmo, mas deve-se preservar, pois todo cidadão é fiscal da lei, e que devemos buscar o bem comum a todos, sem discutir de que seja o mérito, devemos apenas analisar o meio ambiente e o que ficará para as gerações futuras.

CONCLUSÃO

O igarapé do Urumarí nos últimos anos vem sofrendo alterações seja pelos fenômenos naturais ou pela ação do homem, como poluição e assoreamento, devido à presença de atividades poluidoras, crescimento desordenado da população que intensifica a perda da mata ciliar, lançamento de detritos e resíduos sólidos.

A Legislação Ambiental Brasileira é uma das mais progredidas em relação à proteção dos ecossistemas, sendo terrestres e aquáticos, onde está faltando mais o cumprimento dela tanto pela parte da população como do poder público em favor do meio ambiente, pois o meio ambiente é todo lugar aonde o ser habita, e não se tem funcionário suficiente para fazer toda esta fiscalização, e o próprio cidadão devem denunciar, as pessoas que degradam de má fé os igarapés, poluindo jogando lixos e restos de resíduos sólidos que poderiam muito bem ser reciclados.

A organização popular tem papel fundamental nas questões ambientais e grupos como o Comitê em Defesa do Uru-

marí é importante, sendo preciso buscar sempre mais parcerias com entidades e instituições e fazer reivindicações junto ao poder público para que ele seja comprometido na luta para a proteção e recuperação dos recursos hídricos.

A visita nos mostrou que no município, mesmo na área urbana ainda possuem alguns pontos de preservação ambiental, que busca a atenção da população, mais consciência com os recursos hídricos, e uma maior responsabilidade com o poder público, de prestar assistência e manutenção de limpeza aos Igarapés.

REFERÊNCIAS

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de gestão ambiental**. 3ed. Santa Maria: UFSM-DCF, 2007. 111 p

PIMENTEL, Diego Ramos. **Proteção ambiental no igarapé do urumari, cidade de Santarém, Pará, Brasil**. Em foco - ano xi • nº 22 • 2014, acessado no site:

SILVA, L. C; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 3. Edição**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

MATÉRIAS SOBRE O EVENTO DIVULGADAS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Aberto período de inscrições para submissão de resumos ao 3º Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas.

5 de Agosto de 2019 às 11:57

Políticas públicas e territórios na Amazônia no terceiro milênio. Esse é o tema do *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)*, que ocorrerá no período de 26 a 28 de novembro de 2019, na Universidade Federal do Oeste do Pará.

O evento será espaço para o debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o conhecimento científico sobre políticas públicas com ênfase no território amazônico. Durante a programação haverá minicursos, mesas-redondas, apresentações de resumos e pôsteres e trabalho de campo, e lançamento de livros.

O seminário é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM), vinculado ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR) da Ufopa.

Desde o dia 25 de julho, está aberto o período de submissão de resumos expandidos e pôsteres, prazo que se estende até 10 de novembro de 2019. As normas para a submissão encontram-se disponíveis no site do evento: <https://www.even3.com.br/IIISEPDAM>.

Inscrições: Estão abertas e podem ser realizadas até o dia 20 de novembro de 2019, através da página do evento. A taxa é de R\$ 15,00 (aluno de graduação e pós-graduação) e R\$ 20,00 (profissional). As vagas são limitadas. Haverá a emissão de certificado de 30 horas.

As discussões do SEPDAM serão realizadas no auditório Wilson Fonseca, na Unidade Rondon/Ufopa

<http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/aberto-periodo-de-inscricoes-para-submissao-de-resumos-ao-iii-seminario-de-pesquisa-em-politicas-publicas/>

Grupo de pesquisa da Ufopa lança coletânea do II Seminário de Políticas Públicas na Amazônia

8 de Outubro de 2019 às 15:43



Durante o *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)*, que ocorrerá de 26 a 28 de novembro, os professores da Ufopa Márcio Júnior Benassuly Barros e Francilene Sales da Conceição da Ufopa

lançam a publicação “*Coletânea de resumos do II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia*”. O lançamento será no dia 26 de novembro no auditório Wilson Fonseca, Unidade Rondon/Campus Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

A obra traz 38 resumos de autoria de palestrantes e estudantes de graduação e pós-graduação, apresentados nas modalidades comunicação oral e pôster, no II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEPDAM), realizado ano passado.

Segundo o professor Márcio Benassuly, “*o lançamento desta publicação é importante por contribuir para o registro e a difusão da divulgação de pesquisas sobre políticas públicas urbanas, rurais, ambientais e de logísticas e seus rebatimentos no território amazônico, temas estes que os grupos de pesquisa da Ufopa têm procurado contribuir com o debate na análise dos problemas que afetam nossa Amazônia*”.

Sobre os organizadores

Márcio Júnior Benassuly Barros - Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Líder do grupo de pesquisa CNPq Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/Ufopa).

Francilene Sales da Conceição - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Professora Substituta da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa

Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais da Amazônia (GP-DAM/Ufopa).

Serviço: Lançamento do livro “Coletânea de resumos do II seminário de pesquisa em políticas públicas e dinâmicas territoriais na Amazônia”

Data: 26 de novembro de 2019

Horário: 17h

Local: Auditório Wilson Fonseca, Unidade Rondon/Campus Santarém da Ufopa, durante o III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)

<http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/grupo-de-pesquisa-da-ufopa-lanca-em-novembro-coletanea-de-resumos-de-seminario-de-politicas-publicas-na-amazonia/>

Seminário em Santarém divulga pesquisas sobre políticas públicas na Amazônia

29/11/2019 16h13 Por ASCOM



A divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, para contribuição no conhecimento científico sobre políticas públicas urbanas, rurais, ambientais e de logística, principalmente amazônica, esteve entre os objetivos do 3º *Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia*, realizado de terça-feira (26) até quinta-feira (28), no auditório da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), realizadora do evento no município de Santarém, região Baixo Amazonas. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) participou nos debates sobre políticas ambientais.

Os representantes da Semas estiveram presentes no Seminário promovido pela Ufopa, por meio do Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia, que apresentou minicursos, mesas-redondas, lançamentos de livros e trabalhos em campo na Floresta Nacional do Tapajós e na Aldeia Açaizal, e outras atividades voltadas às políticas públicas e suas dimensões.

Na ocasião, o coordenador de licenciamento de projetos Industriais, Comércio, Serviços e Resíduos, da Semas, Marcelo Moreno, participou das discussões representando o órgão gestor ambiental do Pará.

Direitos indígenas e poder judiciário, elementos de cartografia para ordenamento ambiental, questão agrária no Brasil e comunicação de resultados de pesquisas de discentes sobre a Amazônia foram outros temas abordados no seminário realizado pela Ufopa

<https://www.semas.pa.gov.br/2019/11/29/seminario-em-santarem-divulga-pesquisas-sobre-politicas-publicas-na-amazonia/>

O *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)* ocorreu no período de 26 a 28 de novembro de 2019 no auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em Santarém, Pará. O *objetivo do evento* foi promover o debate da execução e avaliação das políticas públicas na Amazônia e de como os reflexos de tais políticas se cristaliza no espaço amazônico. A proposta do evento buscou propiciar um debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o conhecimento científico sobre políticas públicas com ênfase no território amazônico.

O evento contou com a presença de palestrantes das seguintes instituições: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Diocese de Santarém, Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

No evento participaram estudantes e profissionais das seguintes instituições: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nesta publicação você encontra os resumos das palestras, bem como os resumos das seções de apresentação de resumos expandidos e pôsteres. Desejamos uma excelente leitura.

Belém do Pará, 13 de janeiro de 2020, numa tarde chuvosa.

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

Organizador Geral do III SEPDAM.

Líder do Grupo de Pesquisa GPDAM\UFOPA\CNPq



ISBN 978-85-9535-173-8



9 788595 351738 >